

POPULISMO: PURGA DO DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA

Autor: Raimundo Amizalac Joaquim Dungula

Índice

Apresentação	3
Nota de Apresentação	6
Introdução	7
Nota preliminar do autor	11
Duas exigências inteiramente novas	13
Capítulo primeiro	19
O sistema internacional de fim de século, e o seu impacto em África	19
Porque é que intervém o Estado na economia?	27
Capítulo segundo	35
Os expurgos que obstaculizam o desenvolvimento dos Países Africanos	35
O que é realmente o populismo?	41
Capítulo Terceiro	53
Os expurgos e a sua transversalidade com a moral	53
O populismo Vs imoralidade	53
O populismo e o Nepotismo	54
Populismo Vs poder popular	55
Populismo Vs cabritismo	56
Populismo Vs doutormanía	57
O populismo Vs pandemias	60
Capítulo Quarto	63
O populismo , a purga em Angola: Ontem, Hoje e Futuro	63
Populismo, purga de Angola: Hoje	70
Exemplo:	90
Capítulo Quinto	111
Descodificando os Enigmas, para o desenvolvimento de África	111
Conclusões	115
Bibiografia	117

Apresentação

O projecto deste livro tem já alguns anos de vida. Tem inspiração, na tese doctoral, em Dinâmicas urbanas, formações em estudos internacionais, e africanos. A longividade desta obra, já conta com aproximadamente sessenta anos, começou com base num pensamento inicial; a nossa querida África, olhando para o problema do desenvolvimento que demora em chegar. No momento que começamos a tomar as primeiras notas para estruturar a obra, tivemos como referências temporais, as décadas dos anos 70, período aproximadamente de 50 anos. Depois da independência nacional em 1975, altura em que na condição de estudante, do Liceu Diogo Cão, em 1974, vivenciamos algumas situações de discriminação, com booleing racial, próprias do sistema, a que estavam submetidos indivíduos de “cor” negros e mestiça. A ideia de retratar, aquelas vivências num livro, foi inspirada nas temáticas de igualdades, que preenchia, um vazio na nossa vontade de reivindicar, pois tinha uma sensação que, ser aluno de uma instituição académica as portas da universidade, melhores oportunidades, tinha de compreender, e expor as minhas convicções, na condição de um ser humano o que, me tornaria, alguém com uma nova actitude comportamental, com o nível que tínhamos alcançado.

As circunstâncias do tempo de então (independência), e os desígnios alheios a nossa vontade, fizeram que o projecto de escrever, editar a obra permanecesse num estado de “hibernação”, à espera da oportunidade de fazer acontecer. Ademais a Bíblia nos ensina em Eclesiastes que há “tempo para tudo”: para nacer, para morrer, para sorrir, para chorar...” por isso as coisas acontecem quando elas teem que acontecer, segundo a vontade do Criador, pois acreditamos numa pré destinação das coisas, por isso achamos ser este o momento certo, para escrevê-lo, e editá-lo, pondo-o a disposição dos leitores.

O interesse, inspiração e curiosidade, relativa ao desenvolvimento do continente africano sempre foi, um dos questionamentos de qualquer indivíduo esclarecido, quer no mundo desenvolvido, assim como no não desenvolvido. Com o que esta acontecer; política, social, e economicamente, a um ritmo tão lento, com uns avanços, e outros retrocessos, como que se de um “passo de camaleão”, se tratasse, mudando de cores, cuja a última cor é a “negra”, para não fugir a denominação do continente “negro”, é o que queremos questionar, mantendo com fidelidade as ideias da história que mantem toda investigação e resultados com a pertinência requerida na matéria.

Para além desta breve nota histórico/introdutória que, nos ajudará a perceber a génese do pensamento do livro que o leitor tem agora em suas mãos, seja-nos permitido sublinhar as ideias essenciais: *Porque é que o continente africano sendo, detentor de riquezas, com imensos recursos naturais e humanos (população jovem), não se desenvolve?* A resposta a este questionamento, tem duas visões: primeiro, “o porque não se desenvolve”, esta virada para alguém, que tem a obrigação de executar, o requerido desenvolvimento, ou seja, responsabilidade directa; o segundo esta reflacionado, uma responsabilidade, indirecta, tendo em conta que, ela África, por si só, não se pode desenvolver.

Na verdade, nas suas várias partes e capítulos, com identidades bem definidas, este livro reflecte sobre a preocupação de criticamente debater as suas controvérsias; em nome de outros valores, de outras justiça, de outras cidadanias, de uma outras democracias, esta última entendida como direitos humanos e analisar, questões pouco explícitas e ocultas das políticas de desenvolvimento.

A primeira ideia relaciona-se, com o próprio conceito de Geografia política, é por aqui que começa o livro, desconstruindo a ideia de que a geografia só descreve e analisa, matérias relacionadas com a natureza física (geografia física- montanhas, rios, vales, animais, etc.), ou com o homem (geografia da população, demografia) ou ainda as regiões (geografia regional, urbanismo, etc). Ela é muito mais profunda e complexa, penetrando nos eandros, do mundo político (Geografia política). Como dizia o mestre Alberto Caeiro, cito esse aparentemente feliz e inculto heterónimo de Fernando Pessoa, depois de rasparmos a tinta com que nos embotaram os sentidos; “depois de desaprendermos o que enviesa o olhar e as inteligencias” fim de citação.

A segunda ideia decorre do problema do desenvolvimento, centrado num pensamento dinâmico para entender as variáveis do desenvolvimento, e dissipar a confusão instaurada com o crescimento económico. Uma coisa é o desenvolvimento outra é entender o crescimento. Quer para um ou para outro, é fundamental usar variáveis mensuráveis, o que vai permitir a definição do conceito pretendido, centrando sempre o homem, no centro do estudo das referidas variáveis. A verdade é que primeiro (o crescimento), se forja e edifica, e depois, se introduzem as variáveis (PIB, IDH, Industrialização), o que permitirá, medir os níveis de desenvolvimento.

A terceira ideia, assenta na visão estratégica do desenvolvimento: indicando, que alguns factores não jogam um papel catalizador para que o referido desenvolvimento se efectue, com as regras do saber, saber-fazer,

saber - estar, relevantes nos diferentes contextos com desafios concretos de cada realidade.

A quarta e última ideia, quer fazer referência a estrutura de conteúdos desenhados de forma enigmática, para levar a compreensão de todos, o que obstaculiza o referido desenvolvimento traduzido no propósito deste livro.

De todas as formas os critérios que estão expostos, foram selecionados quer de textos conhecidos, e da oportunidade de dar uma maior visibilidade a trabalhos publicados já alguns anos sobre temáticas, que na altura eram pouco discutidas, entre nós como aconteceu com os estudos sobre as políticas populistas (segundo capítulo), texto escrito na década dos 90, do século presente, na sequência de alguns estudos internacionais, pela CEI, que não fora devidamente explorados, para obtenção da titulação de especialista em estudos internacionais, não obstante a riqueza e a complexidade do seu tratamento teórico, nesta livro. Embora não ser considerado, um livro canónico, linear, unidimensional, mas sim uma investigação narrativa complexa, onde fucalisamos, factos contextualizados no tempo e no espaço. A nosso ver, é uma *obra aberta* desafiante para as inteligências dos leitores, que indaga e convida a um enriquecimento do saber e uma acção individual e colectiva.

Por isso é também particularmente coerente com o tema e sub-tema que o organiza em: seis capítulos incluindo uma (introdução, conclusões e bibliografia).

Um texto sem explicação, dentro de um contexto, pode criar vários pretextos

Por isso:

Sabemos de onde viemos- De África;

Sabemos o que, temos de fazer- Contribuir para - África;

Sabemos para onde vamos- Para um crescimento e desenvolvimento sustentável De África;

Raimundo Amizalak J. Dungula

Nota de Apresentação

A presente obra corresponde a uma versão reduzida da monografia da dissertação de especialização em Altos Estudos Internacionais apresentado ao Centro de Altos Estudos Internacionais, em Espanha, Madrid, em 2003. A investigação, e correspondente dissertação foi suportada sob um tema, em torno do processo de paz em Angola, e da condição sócio/económica/política, dos líderes angolanos, seus pensamentos políticos dos, quanto ao desenvolvimento, quer do continente africano como de Angola.

Nesta adaptação, procedemos a reelaboração da pergunta do problema: porque não se desenvolve África? e repondemos, com uma hipótese: o populismo, como corpus central desta obra. Na Introdução apresentamos: o pensamento para elaboração da obra; no capítulo primeiro, apresentamos, o sistema Internacional de fim de século, e seu impacto em África; no capítulo segundo, apresentamos os expurgos que obstaculizam o desenvolvimento dos países africanos; no capítulo terceiro, apresentamos, Os expurgos e a transvesalidade com a moral: No capítulo quarto, apresentamos, o populismo; a purga em Angola: Ontem, hoje e futuro, e no quinto, apresentamos, descodificando os enigmas, do desenvolvimento de África.

De igual forma, a Conclusão segue muito de perto o texto original, dada a sua importância enquanto espectro, questionador/ comparativo realizado enquanto conjunto de respostas e sugestões relativas às políticas económicas.

Por último, as referências bibliográficas, pensamos pesquisar, as mais actualizadas, para os contextos, requeridos.

Gostaria, de agradecer, ao nosso editor, Márcio Undolo, e a equipe da Eco7, pela fidelidade, imprimida ao conteúdo, original.

Introdução

Esta obra aborda uma das questões actuais, senão mesmo a mais atuantes para os dias de hoje, em que o “Homem”, deve ser e estar no centro do desenvolvimento. É também um livro de sínteses acerca dos conteúdos tradicionais e novos, na perspectiva das ciências geográficas, económica de forma integradora, particularizando-se, numa subdisciplina, a geografia política, fora e dentro, das descrições dos ecossistemas, quer naturais, como humanos. Um relato sobre o que é possível mudar no contexto social e político. Claro esta é que esta subdisciplina da geografia, tem registado uma notável evolução nos últimos tempos, alinhada com os modernos avanços da ciência geográfica e das ciências políticas, que num binómio perfeito, podem interessar ao nosso conhecimento, a estudiosos de muitas diferentes áreas do saber científico, e a pessoas interessadas neste campo.

Para uma boa parte dos leitores, é necessário assinalar que, na actualidade esta sub-disciplina da geografia (geografia política), já não aparece limitada ao estudo do *Poder* e das características do *Estado*, tão pouco se singe a particularizar uma visão da geopolítica, da etapa das entre-guerras, pois são diversos os temas que se foram incorporando ao seu campo de estudo, de forma tal que já não se entende, tal como a definia o professor Kjéllen, seguindo a Fiedrich Ratzel: “ a ciencia que estuda do Estado, concebido como de vida, como um organismo que vive no espaço”. Esta noção se detinha numa análise das relações entre o Estado e a sua luta pelo domínio do espaço. É curioso que alguns especialistas tentaram dar um sentido a esta matéria de; geografia das tensões e das guerras, citados nos textos de (Passin, 1988).

Segundo Lorenzo (1999), a nova Geografia Política agora renovada, ampliou os seus conteúdos e interesses e o seu actual conceito como disciplina é más global e menos singida ao Estado, recorrendo ao estudo da interação entre o comportamento político do homem e a organização do espaço, ou simplesmente a “análise espacial dos fenómenos políticos”, nas suas diferentes escalas.

Um as linhas para nos determos lendo, no que importa de verdade, e reflectir, sonhar e aspirar, com mudanças (atitudes, desejos). Isto é o que significa para nós mudanças como autor.

A Nossa história recente esta repleta de assuntos preocupantes, interrelacionados, com o ser humano, cada vez mais graves: dinâmicas de

crescimento populacional, desemprego , desigualdades sociais cada vez mais assentuadas; cenários de falta de amor ao noso próximo (desrespeito) , convertendo-se num perigoso de vida; o escasseamento de recursos(de todo tipo) a ponto de esgotarem-se; batalhas culturais ideológicas relacionadas intrínsecamente com todos intervenientes políticos do problema do resgate ou encarceramento de países inteiros.

Este é somente uma parte do relato. Reflectir sobre a situação do nosso mundo, em constante transformação e mudanças, que nos obrigam a considerar, não só como são, estão as coisas, senão como gostaríamos que fossem, e avaliá-las de forma honesta, e estratégica, olhando para o rumo que toma, cada um dos países africanos.

Vivemos no século XXI, muito conturbado, com vários problemas, fundamentais na perspectiva da moralidade das sociedades, quer na condição de desenvolvidas, quer para os não desenvolvidos.

Entendemos assim escrever, neste livro em forma de contributo, para a nossa África, o que achamos fundamental e necessário, fazendo uma “síntese” como já o referimos anteriormente integrando temas com alguns conteúdos elaborados; tradicionais e novos numa matéria como a GEOGRAFIA POLÍTICA.

Nesta nota introdutória, damos umas pinceladas com o que as novas tendencias geográficas nos ensinam, baseadas em enfoques teóricos e sistemáticos, humanísticos e radicais, se necessário for, tratando-se de estudar os problemas más relevantes, das nossas vidas, através de um assunto, muito actual actuante, no contexto das políticas. Referimo-nos as dinâmicas do desenvolvimento, pela sua implicação, nos meandros da propria Geografia Política. Ainda assim, como introduzimos, o que denominamos como novas tendencias em qualquer das novas tendencias, não vamos deixá-las de fora, usá-las hemos na vertente transversal e multidisciplinar, com as demais ciencias em análise, referimo-nos, a educação. A educação, ela por si só é, como uma “lâmpada” para os nossas vidas, e uma luz para os nossos passos, direccionando a nossa visão futura. O discurso de “crise”, evocado nos dias de hoje com mais intensidade, ela instalou-se há muito tempo no mundo moderno, desde da antiguidade, o que a sabedoria nos ensina é que perante tal fenómeno, a estratégia assenta na racionalização dos recursos.

Segundo o investigador Carlos V. Estevão, na sua obra “ política & valores em educação”, considera que é urgente, que se revejam os novos

paradigmas no mundo científico, o que achamos ser básico para repensar a educação, como uma necessidade público transversal, que arrasta todos aqueles que directa ou indirectamente que tem um protagonismo em questões sociais. A questão central, é que essa crise instalada há muito tempo, atrás arrastou consigo muitas inquietações; particularmente com o Estado Providencia, assistimos a reformulação das condições da laço social e cívico, uma vez que as instituições com responsabilidade sociais e da solidariedade tem cada vez mais dificuldades em funcionar; com a crise económico-financeira, questionam-se as ortodoxias relativas ao funcionamento dos mercados, deixando a “nu” as suas práticas numa espécie de feitiçaria adaptada aos novos tempos e com impactos muito negativos nos direitos dos cidadãos; com a crise do emprego (falta de trabalho) , são alteradas, as relações entre e economia e a sociedade, com um prejuízo claro para um contingente cada vez mas vasto de desempregados que tentam cada dia sobreviver sem grandes expectativas de um futuro melhor; com a crise do sujeito, os modos de constituição das identidades individuais e colectivas, modificam-se, debatem-se com contradições crescentes ao nível da sua afirmação. Mercé a estas transformações o tempo actual apresenta-se de facto em muitas sociedades, como tempos de grande vulnerabilidade social em que nações com: precaridade e desemprego, emprego temporario, debilidade de movimentação social, desigualdades, individualização nas relações sociais, insegurança, incertezas, fragilidades sociais, etc, são o comum. Esta situação demarcou um campo semántico claro de inquietações profundas.

O que é remarcável, nesta perspectiva dramática, é que a nossas sociedades cada vez mais desiguais, são cada vez mais injustas e excluentes , não conseguiram cumprir as suas promessas do desenvolvimento e da modernidade, que apontava para uma gestão controlada das desigualdades através de políticas redistributivas do pleno emprego, agora veem desapontadas com novos processos económicos, políticos e culturais, novos sistemas de desigualdades, no campo da economia, política, incluindo a social com a educação .

É dentro deste amágo de preocupações, de crise que também se está a virar contra a escola, que neste livro tentamos repensar algumas políticas e valores em educação, prevendo que as questões que fundamentaremos no conteúdo central da obra intitulada: dinâmicas para o desenvolvimento de África, com um subtema conceituado de *populismo* e e suas consequencias virado para a análise da necessidade urgente de expurgar a imoralidade , obstáculo ao desenvolvimento, sob pena de nos contagiarmos

com as imoralidades, propostas o achamos, que muito tem a ver com uma educação deficitária, e conseqüentemente, com a moral.

Esperemos, que o presente livro com título, de geografia política, e um subtítulo narrativo, em assuntos relacionado com os populismos, nos permitam entender, a razão de ser do porque, do não desenvolvimento em África, em geral e particularizado num contextualizado de um dos países africanos Angola. Também que sirva de um conhecimento, uma vez que a reflexão é advertiva, quer em ambitos universitários, ou para sociedade civil (políticos), assim como para todas novas gerações (pessoas interessadas por ter uma vida dentro dos padrões universalmente aceites, como dizia o grande poeta Cubano José Martí: “Ser culto para ser livre”). Talvez muitos de nós desconhecedores da contribuição da ciencia Geografica, numa perspectiva política, se lhes possamos, diipar de dúvidas, que esta ciencia, é simplesmente para descrever; paisagens, geossistemas físicos, económicos e demográficos.

A história do pensamento geográfico, com efeito, é uma mostra de um porvenir plural e de uma interrelação com o mundo científico, no contexto social, cultural e político de cada época, é cada vez, más imperativa, multidisciplinar.

Da nossa parte, na qualidade geógrafo da nova era, seguiremos nesta análise emprestando uma visão e pensamento semelhante, a dos pais do pensamento geográfico da modernidade, incluindo em: primeiro lugar os autores da evolução da geografia política, (Monstesquieu e Ritter e outros; em segundo lugar seguindo a Ratzel; e em terceiro incluir a todos geógrafos da nova era), com uma revisão naquelas figuras mais relevantes neste campo da geografia política.

Pela pertinencia do estudo, achamos interessante integrar resultados de outras ciencias afins, como é o caso da economia política.

Nota preliminar do autor

A questão a saber, qual a razão do avanço e recuos do continente africano, no quesito de desenvolvimento. O quão é imperativo pormos a nossa África na rota do desenvolvimento global, para o afastarmos dos avanços e recuos verificados em algumas paragens do referido mundo global, e em particular ser crónico em alguns países do continente africano, sendo este: Berço a humanidade; detentor de muitas potencialidades em recursos, quer naturais (petróleo, minerais, solos, florestas,etc.) ainda assim como humanos (população maioritariamente jovem); Ainda como países independentes dos processos longos de colonização, com o direito das auto-determinações, continuaram e continuam na penumbra do desenvolvimento.

O desenvolvimento para além de ser um conceito positivo, é satisfatório emocionalmente. Quando pensamos nesta palavra, internamente cria em nós uma sensação de satisfação, ao contr+ario da palavra sub-desenvolvimento (depressiva), que reflecte “atraso”. Nas análises científicas, é complexo na sua concretização para determinados países no mundo global. Um facto que embora mesurável não se consegue quantificar, feliz ou infelizmente, as organizações internaionais dão sinais deste problema, valeremo-nos das estatísticas das organizações mundiais relatadas pelo FMI, e Banco Mundial, inclusive a OMS, e também, usaremos um suporte “ relatório económico anual das dinâmica do desenvolvimento em África 2018, para analisarmos o crescimento, emprego e desigualdades, elaborado pela União africana e Centro de desenvolvimento da Organização para a cooperação e desenvolvimento económico (OCDE). Os países em desenvolvimento, com enfase, para os africanos, são analisados como registando valores negativos. Afinal podemos “planificar” o nosso desenvolvimento, ou é uma ilusão?

A palavra “planificação”, me parece reenviar-nos de volta para algumas experiências praticadas, naqueles contextos dos sistemas, da “guerra fria”, que de fria, não havia nada, mas sim “guerra quente, pois ela se es quente a cada período que se passa, principalmente para aqueles países, que noutroa, batisados com umpseudonimo deprecionativo, tal como “países atrasados”, depois “do terceiro mundo”, hoje “países em desenvolvimento. Nesta prespectiva o sistema comunista, experimentado, na antiga “união soviética”, lá para os anos 30 do século passado, sem qualquer dúvida na tentativa de evocar os países do terceiro mundo no decurso do período que seguiu o acesso as independencias das antigas colónias africanas, depois da segunda guerra mundial, tudo parecia ser uma construção robusta. Em

todo o caso, a experiência parecia ter terminado no essencial, mas o que observamos é, que não na totalidade, o que assistimos, foi o emplementer de um desenvolvimento descartável, pois ainda assim no século XXI, assistimos, o retorno a um processo de pouco crescimento económico em muito dos países, então apoiados pelo sistema soviético. Quanto ao termo de desenvolvimento, depois de ter exprimido tantas esperanças de uma convivência esperançosa, ele mesmo o tão propagado termo de desenvolvimento foi desaparecendo do vocabulário da maior parte dos países em desenvolvimento, com assento tónico para os africanos, passando em seu lugar a falar-se das estratégias económicas nacionais e internacionais, aproveitando o conceitos de “ajustamento estrutural”, como se de uma convergência global se tratasse, fora da globalização (económica, política e tecnológica) mundial.

A concepção que propomos nesta obra, é fruto de uma reflexão de longos anos, depois da nossa formação, em estudos africanos, e internacionais e passagem pela ciência geográfica, com especialização em análise e dinâmicas territoriais, acreditamos poder por de manifesto esta reflexão. Ela assenta, em temas relacionados com a pertinência, das independências, pelo facto de verificarmos, o quebrar constante do princípio de continuidade em termos de desejos para um desenvolvimento, lincado pelas potências colonizadoras de então. Experiências há que, na maioria dos países colonizados os níveis de produção, eram considerados (com avaliação de indicadores internacionais) altos, o que reflectia de forma indirecta na avaliação e classificação daqueles, como países em franco desenvolvimento. As Nações Unidas, organismo internacional, com responsabilidades acrescidas de fazer o acompanhamento, avaliação dos índices de : desenvolvimento humano (IDH), que inclui no seu cálculo indicadores tais como: **duração da vida ou longevidade; Renda nacional; nível de escolaridade**, como sabemos por fim com fins de avaliação e pontuação dos países este índice varia entre 0 e 1. ; Entretanto ainda assim para calcular esse índice é importante avaliar as seguintes posições: (a) muito alto o desenvolvimento humano; pontuação de 0,800 a 1; (b) alto desenvolvimento humano- pontuação de 0,700 a 0,799; (c) médio desenvolvimento humano- pontuação de 0,557 a 0,699. Tendo em conta que primeiramente o Índice de desenvolvimento Humano (IDH), é uma medida que estipula o nível de progresso social de determinados países, também, se deve medir um outro índice o de desenvolvimento social (IDS); olhando para o indicador “oportunidades básicas”. Em relatórios anuais, elaborado por organismos internacionais, sempre se relataram os resultados, das investigações feitas, estabelecendo os rankings de

desenvolvimento a nível global, o que advem a classificação de países desenvolvidos, e não desenvolvidos, e que alguns teóricos, principalmente africanos com sentimento de prejuízo, opinam ser mais eficaz denominar, aqueles países sem o desenvolvimento, de “países em desenvolvimento”, fugindo da prejuízo, de países atrasados.

Atenção, não queremos cair no redículo do saudosismo, tão pouco do pessimismo ou mesmo derrutismo, simplesmente, aos nossos sessenta anos de idade, olhando para o retrovisor de alguns países particularmente africanos, me junto aqueles (académicos ou fazedores de opinião) que questionando, o fazem da seguinte forma; “valeu a pena as independências?”. A resposta é **sim**, e **não**. O sim esta diretamente ligado as liberdades, o direito a “**auto determinação**” dos povos. O não, esta relacionado, com a recusa (incofessa) dos líderes dos países, não desenvolvidos, em não fazer acontecer o “bem comum”, o desenvolvimento.

Na qualidade de investigador, vamos tentar dar umas pistas, sobre alguns fenómenos que retrataremos em capitulos posteriores, com reflexão e análises profundas. Ainda assim neste momento que redactamos estas linhas, nos parece oportuno sublinhar, que alinhamos com o pensamento do líder da República de Angola, sua excelencia, o Presidente João Manuel Lourenço, a quando da sua intervenção num fórum africano (comércio livre), realizado em Accra no Ghana, dia 2 de Agosto de 2021, cito: Devemos deixar de sermos chamados de países, potencialmente ricos, para passarmos a ser, países efectivamente ricos”, fim de citação. Este pode e não ser, mais um desses discursos que alimentam esperanças populistas, mas que, da intensão a prática pode haver “derrapagens” com descréditos, se recordarmos que os denominados “pãis” das “liberdades africanas” sempre o prometeram, e lá se vão séculos, sem concretização prática. Ao contrário, assistimos, cada vez mais miséria no continente africano.

Tuda análise decorre em retrospectiva dos anos 70, 90 do século XX, período em que África em geral se tentava regenerar do síndrome da exclusão, com o fim das colonizações, no quadro geo-político internacional, alvo de discriminação, a determinado grupo de países como sendo do terceiro mundo, ou ainda sub-desenvolvidos.

Duas exigências inteiramente novas.

Durante os pretéritos anos 80, início dos 90, depois de termos regressado ao país, vindo de Cuba, acedemos a uma candidatura, para o

quadro da docencia universitária em Angola, uma vez acreditado, ocupamos uma vaga de docente, com a categoria de assistente na universidade Agostinho Neto, numa das unidades académicas Instituto Superior de ciencias de educação na Huila. Passados alguns anos obtivemos a oportunidade de nos formarmos no Instituto de demografia, na universidade de Louvain la neuve em Bruxelas- Bélgica, onde combinamos diversos estudos sobre população e desenvolvimento. Tentamos sempre reflectir sobre este problema relacionado com desenvolvimento, pois a meu ver o país Angola, acabava de se integrar nos países independentes africanos, com opções de economias centralizadas pró-comunistas e socialistas, e isso era a ponta do iceberg, para as discussões que trazemos hoje.

Esta constatação abrupta chamou-nos imediatamente a atenção por um certo número de comentários:

Em primeiro lugar, tratou-se do problema do desenvolvimento, com todas as suas características gerais: “modelos de desenvolvimento” integrado no sistema mundial actual e o correspondente ao processo de “modernização”, que ele pretendia difundir.

Em segundo lugar, quisemos determinar, qual a razão segundo a qual essa questão de “trato comum” do desenvolvimento, não se prestou a devida atenção, para dar solução a tal problema, através de mecanismos do mercado adequadamente.

Em terceiro lugar, constatamos, a falta de uma verdadeira pujança dos mercados, internamente, por isso deveríamos encontrar, diferentes modos de resolução alternativos desses déficits. Nesta perspectiva, deveríamos ter em conta as características actuais da “ciência económica”, com investigações e os meios (intelectuais, teóricos e metodológicos), de racionalização desses modos de resolução.

Nestes períodos em que o africanismo “subsaariano” não conhece melhores momentos, embora sejam perceptíveis alguns avanços, fundamentalmente académicos (com conferencias, debates, estudos, etc) e compromissos com respeito aos referidos temas com várias perspectivas; sociedade civil, etc. o resultado não tem passado de um sofisma, tendo em conta, que os recursos naturais, ainda aí estão por explorar, e quando, são explorados, são estabelecidos acordos, parcerias, com sociedades, (denominadas de *juan-venture*, ou *sociedades anónimas*), constituídas com

pseudo-nacionais, nas vestes de dirigentes políticos que aparecem nas referidas sociedades.

Expertos, de distintos ambitos de trabalho ou investigação relacionadas com África (política, académicos, técnicos e actores da sociedade civil) centram as suas reflexões nos problemas: económicos, políticos, transformações sociais, culturais internas dos países, sendo o seu objectivo dar a conhecer ao público em geral, os problemas e realidades deste continente, maravilhoso, mas sombrio com uma negatividade acentuada.

Se tivermos que fazer referencia as estatísticas do Fondo Monetário Internacional (FMI, e do Banco Mundial (BM), deveremos concluir que África é a campeã do mundo em valores negativos. Se isso é assim, não pecamos na reflexão feita. Depois da democratização dos anos noventa, é simplesmente por ter havido um engano sobre o resgate, do negativo, pois as crisis de governabilidade, não foi erradiada, e se não foi, é que esse mal que espalha o terror é muito mais profundo que o simples ajuste institucional e, portanto sob a protecção do Estado de Direito e da boa governabilidade, as élites africanas e occidentais, não abriram mão da tirania (em nome da teoria do desenvolvimento e da modernização), eles não estão insistindo, nem sobre a natureza do Estado, tão pouco sobre a adaptabilidade a natureza plurinacional, ou pluriétnica das referidas sociedades africanas, (Mbuyi Kabumda, 2007).

Todavia más, nenhum projecto de sociedade democrática, nem projecto de desenvolvimento sustentável em ruptura com com o Estado postcolonial e uma economia de renda, saíu a luz.

As elites africanas confundiram o Estado de Direito Democrático com o Estado-nação, para exibirem unicamente a falta de funcionamento conjuntural que os impedia de prosperar sobre o solo africano. (MwandaTshiyembe, 2002).

Este postulado é falso, qualquer que seja a atracção que se exerça sobre o pensamento alargado a nivel mundial, são razoradas, por duas razões: por uma parte o Estado-Nação não é um modelo universal de invenção política, mas sim é um producto da história e da cultura occidental. Por outro lado, o seu princípio unificador e de homogeneidade (fusão do Estado com a nação), é incompatível com lógica de segmentação e diferenciação que caracterizam as sociedades plurinacionais e multiétnicas de África.

Neste contexto o seu carácter biligerante é inegável, pois institucionalizam a negação do pluralismo nacional. Ademais, a ruptura com o paradigma de crise e de marginalização de África, anuncia o renascimento como variável explicativa das mutações africanas do século XXI. Daí que o Estado africano como um “ende” tradicional, foi qualificado de “Estado Segmentário”, (Mbuyie Kbumda, 2007).

Podemos considerar o Estado como um agente do desenvolvimento!

Interessa em todo o caso advertir aqui a concepção da política como ciência que surgiu e delimitou o campo de investigação, da mesma forma como o foi com a ciência geográfica moderna entre 1870 e 1950, (Caminal, 1996) citado por Lopéz. É considerada como uma ciência numa cruzilhada ou globalista, que vê na análise política o ponto de encontro de outras ciências, tal como a sociologia, antropologia, etc. Por tudo isso não nos esqueçamos que a política por si só é vaga ela necessita de um espaço e uma estrutura do Estado. Por isso Friedrich Ratzel como pai desta doutrina, parte de uma geografia política ao serviço de um interesse concreto, muitas vezes nacionalista como tal vai ver e definir o Estado nos nossos tempos como o poder organizado na comunidade nacional, Duverger, (1964) e dotado de um governo e uma administração que controla como última autoridade soberana um território e um povo que esta assentado nele. Isto é assim e sempre foi assim desde os primórdios, a quando da criação do ser humano, sendo a antropologia teológica (Genesis:1: 26) a ciência que estuda o homem, e a sua relação com o Criador. Mas quanto ao propósito, é simplesmente o de “administrar”.

Por último, no sistema internacional, os Estados não existem nem actuam de forma solitária. Se esta afirmação, afirmação pode ser aplicada desde o primeiro momento em que os Estados-Nação modernos, se constituíram, hoje esse sentido se reafirma com razão dos processos dominantes da globalização ou mundialização nas economias, e das interdependências crescentes entre si, os intercâmbios comerciais e as estratégias de segurança e defesa ou de cooperação ao desenvolvimento.

Mbuyi Kabunda, afirma que, os Estados africanos recém-independentes se propuseram como objectivo fundamental o desenvolvimento. Este se interpretava em termos de modelo de modernização, quer dizer, a introdução em África do modelo europeu de sociedade de consumo. Para realizar este “sonho” havia que realizar-se um conjunto de obras tais como: a industrialização e a urbanização, ou seja, toda a infraestrutura básica para que, quele tipo de sociedade, apesar das suas opções políticas, socialista ou

capitalista, e dos seus discursos acerca da reabilitação da “autenticidade africana”, etc, se levassem acabo.

Nesta perspectiva, os dirigentes africanos impuseram aos seus povos um tipo de pensamento que este era a luta contra a cultura acertada, impondo regimes políticos monopartidários. Era uma forma de evitar dispersar a forças nos debates políticos e suas divergencias para assim concentrarem todos os reursos para um só objectivo, a construção e desenvolvimento do Estado moderno, mas a verdade foi impedir o surgimento das solidariedades geográficas.

De facto, depois de décadas de consenso, o modelo de estado como “agente” de desenvolvimento nacional revelou limites, para não dizer acabou em fracasso.

Achamos oportuno trazer uma perspectiva científica para uma ciencia, que imperou, nas sociedades africanas, com a disciplina de “economia política”.

Segundo Professor José da Silva Costa, Catedrático da FEP-UP, que em 2008, prefaciou o livro de José Neves Cruz, intitulado Economia e Política. Refere, que as finanças Públicas foram durante muito tempo vistos como uma disciplina com fronteiras consolidadas. A disciplina estuda a intervenção do Estado na econonomia no desempenho de quatro funções (afecção, redistribuição, estabilização e promoção do desenvolvimento) e o seu financiamento. Nesta perpectiva, mais tradicional segundo este eminente académico, as finanças públicas dependem de dois factores: Em primeiro lugar, depende da importância relativa que se atribui a uma aproximação dedutiva e feita predominantemente em termos reais (mais frequente em compendios de Economia Pública), comparativamente com uma aproximação mais indutiva e feita numa perspectiva institucional e financeira (mais frequente nos compendios de Finanças Públicas). Em segundo lugar, em geral, incluem a função estabilização da economia e gestão em consequencia desta problemática.

A fronteira das finanças Públicas tem vindo a expandir-se com inclusão de muitos desenvolvimentos produzidos na área dos federalismos fiscais. Nesta fase de desenvolvimento, a disciplina de Finanças Públicas, ainda se situa claramente num quadro de economia Nacional e de intervenção xclusivamente pública.

Isto sim cientificamente, é aceitável, a questão, é saber que percepção tiveram alguns líderes a respeito desta ciência, nos seus países. Queremos analisar, este aspecto, se na compreensão, se terá invertido o sentido dos vocábulos: “**Economia e Política**”, conforme a perspectiva científica, ao invés de “**Política e Economia**”, com drásticas consequências, para a vida de cada cidadão, naqueles países, em que o autoritarismo do líder emperar. Pois se assim foi poderá ter sido o fatalismo de muitos países, principalmente africanos. Ditar políticas, sobre as economias, são devastadores, pelo o que já enfocamos anteriormente, a “vontade” do líder, funcionará como sua propriedade, e desejos. (exemplo de ordens de transferencias bilionárias, para contas de organizações individuais, ou colectivas) desrespeitando as regras científicas/económicas.

Capítulo primeiro

O sistema internacional de fim de século, e o seu impacto em África.

Contra a desordem mundial, a única força que resiste, é a vontade de se criar uma nova “*ordem social*”, capaz de oferecer progresso económico e solidariedade, as nações. (Alain Touraine, 1998).

Nos últimos decénios, o mundo assistiu a dissolução do que poderíamos chamar “o paradigma da guerra fria”, quer dizer a quebra da ordem mundial, baseada na política de blocos que enfrentavam, por um lado, a um grupo de nações ricas e democráticas, encabeçadas pelos Estados Unidos da América, e militarmente integradas na OTAN, e por outro lado, a um grupo de nações dirigidas pela União Soviética e alinhadas com o Pacto de Varsóvia. As diferenças ideológicas, políticas e económicas entre estes blocos antagónicos, definiam um tipo de conflitos Este-Oeste, que, provocaram tensões arrastando, e impactando, os países chamados do terceiro mundo, descritos como conflitos, Norte-Sul, segundo Alonso Zaldivar,(1996).

Os Estudos Internacionais, repassam e estudam estes temas e estas matérias, históricas, tratando de demonstrar, que a base da ruptura deste esquema mundial de relações, a crise do comunismo soviético e da desintegração da URSS, acontecimentos que viriam a precipitar, a queda do “muro de Berlin”, em 1989. Estes e outros factores, foram o catalizador para a definição da “Nova Ordem Mundial” internacional, acompanhada pela construção da União Europeia, um processo de integração e desintegração supranacional, que podemos considerar de “paradigmático”. A crise do **Estado Nação** e o auge dos nacionalismos, sem esquecer o avanço significativo o fundamentalismo religioso, com um impacto notável no Oriente Médio e Norte de África, são resultado também deste paradigma.

Este impacto para o caso particular dos países africanos, recém independentes, viriam assumir um fenómeno, como se de um síndrome “se tratasse, o compromisso anti-histórico e anti-democrático”. Segundo o escritor César Alonso, (1999), diz que o facto político mais transcendental, ocorrido nas últimas cinco décadas, o que está condicionando a organização da vida pública de algumas nações quer na Europa, como em África.

A génese, deste fenómeno está no deslocamento da *esquerda para os nacionalismos*, ou bem integrando-se neles ou mediante a aceitação das razões ou regras daqueles. Não foi a existencia de alguns nacionalismos

conservadores, por muito fortes que fossem, a ponto de pôr em perigo o Estado, tão pouco o que introduziu, distorções nos princípios e nas práticas políticas, senão a convergência dos nacionalismos conservadores e radicais, e por suposto, o apoio moral e ideológico que estes recebem dos partidos de esquerda estatais. A integração da esquerda nos nacionalismos, é o factor que diferencia a “questão nacional” nas últimas décadas com respeito a pré-guerra, porque lhes deu e dá um carácter “nacional-popular”.

O papel nefasto da esquerda, consistiu em colaborar com os nacionalismos na construção de uma ideia de “povo unido”, como aquela parte da sociedade que se caracteriza por uns factores étnicos, culturais e sociais determinados. Desta maneira a esquerda se comprometeu com a teoria anti-democrática que, supôs a defesa da “comunidade” diante da sociedade, ou seja, todos os cidadãos que não compartilham, com as características ideológicas da esquerda, ficam relegados a um papel de segunda classe. Quando se aceita a discriminação de uma parte da sociedade, as vezes a metade, ou incluso más, que é, a mais débil economicamente e culturalmente, então de que esquerda estaremos a falar? Onde colocamos os patriotismos?

Começamos por adiantar um facto, (o populismo) que também é definidor de várias situações: a sedução que os nacionalismos exerceram sobre os partidos, quer de esquerda ou de direita; nos parece, haver uma relação de subordinação que tem haver com os nacionalismos; seu seguidismo como, vamos tentar comprovar pelas suas propensões ideológicas e pela sua tendencia a pactar com estes, e os denominados partidos populares? Por acaso não governam graças aos pactos parlamentares com os nacionalistas? Certamente que assim, o que prova a desproporcionada capacidade de manobras que tem os nacionalistas. Mas, como acabamos de referir, do mesmo modo que seria lícito e muito conveniente estudar as relações entre as direitas nacionais e regionais, nos propomos aqui analisar as dependências ideológicas que tem a esquerda com respeito aos nacionalismos, incluído os conservadores ou moderados. Um dependências que chegaram ao que se denomina uma “traição” a nação. Esta é uma das razões que pode explicar a novidade que representa o surgimento de uma esquerda nacionalista com uma disponibilidade “mental e moral” da esquerda estatal assumir as teses daquela, e que em boa medida, a estratégia dos nacionalistas, é a *crise da ideia nacional*. Atenção, não se trata da “crise do patriotismo”. Trata-se de uma comoção

ideológica e cultural que questiona a ideia da nação, que a partir dela, para um Estado.

O erro da esquerda não foi rechazar a ideia da nação, senão de confundí-la com toda a ideia de nação e com as concretizações históricas. Portanto o pecado não é somente pela carencia de perspectiva ou por oportunismos políticos, o que se chamou, com mega slogan, do **(tudo pela pátria)**.

Ainda é sábio referirmo-nos sobre os direitos humanos. Não seria de bom tom, tão pouco correcto, que ficassmos sómente num entendimento da questão nacional, no relativo a unidade territorial, sem velarmos pelos direitos do homem. O que dizer, de outros fenómenos como o terrorismo, as autonomias? e do semear do ódio? Por acaso não podemos classificar de agravamento da imersão de novos fenómenos culturais?

A questão “nacional” tornou tão raro a vida pública que não tem abandonado as primeiras páginas, quer de jornais, noticiários, redes sociais, já seja pelas tensões interterritoriais que criam, enfrentamentos em tribunais, que propiciam, as desigualdades entre funcionários das distintas comunidades pelo aniquilamento sistemático, sem que Max Weber não havia podido conceber o Estado Moderno, pela ruptura da unidade de jurisdições, pelo custo de vidas humanas. A verdade é que a questão nacional, muito longe de ser metafísica, conduz a uma corrida sem fim, aos privilégios; excita aos oportunismos dos partidos; tritura critérios graças a imoravéis pactos que permite a anulação de ideologias. Nestas condições, as governações ficam reduzidas a governabilidade. Por fim os tribunais Constitucionais, que deveriam haver-se limitado, com sensatez, a resolver os conflitos entre as comunidades e do papel do poder central, se esfumam, e se põem ao serviço de forma descarada as conveniências políticas, embora, não se sabe se isto é o mais humilhante que pode suceder a uma sociedade.

Nestes ambitos a esquerda, joga toda as suas cartas, ao apostar pelo nacionalismo que se esta suicidando.

E que dizer dos cléricos progressistas? Intelectuais orgânicos, comunistas e socialistas, no pensar de César Alonso, começaram a profetizar com pregações a partir do final das ditaduras usando uma moral baseada nos localismos, nas diferenças, inclusive nos valores da burguesia. Justificando a superioridade daqueles povos que haviam sido capazes de estar à altura das exigências do desenvolvimento: estes moralistas encontravam seus argumentos no materialismo histórico. Este tipo de

moralistas de esquerda deixaram de “pregar”, sobre apropriação dos meios de produção e propuseram em sua substituição a luta de classes das nacionalidades a favor do Estado. Muitos se aproveitaram desta cruzada política para serem reconhecidos como os bons patriotas.

Lorenzo Lopez, destaca algumas consequências, deste fenómeno com impacto, assinalando o seguinte: Em primeiro lugar, o mais evidente desta é uma consequência Geográfica dos dois primeiros factores de crises, assinalados, o redesenho do Mapa Político da Europa e a Geopolítica da região, que experimentava mudanças substanciais: onde existia um gigantesco Estado Federal, a União Soviética, apareceram agora quinze novos, ou mais Estados independentes que procuram o seu encaixe na escena mundial. Enquanto a Europa buscava formas de recompor as suas fronteiras, e avançava na construção da União Europeia, buscando um lugar como actor geopolítico de primeira ordem, os Estados Unidos, se configurava como a única superpotencia mundial, e sem rival militar, nem económico, pois uma vez desaparecida a URSS, só poderia receber uma sombra da União Europeia. Na análise que efectuamos, por último, cabe fazer menção de alguns fenómenos que alteraram o funcionamento clássico do sistema político internacional. Com relação a este fenómeno, é evidente que quase a totalidade das actividades do Estado, estaria submetida na actualidade a fenómenos não só de *internacionalização*, senão que também de *transnacionalização*. Se a internacionalização tem haver com as relações entre Estados, e as Organizações Internacionais, os segundos (transnacionalizações), tem haver, com fenómenos de vária ordem e natureza (religiões, terrorismos, fluxos informativos, estandarização cultural, etc) , que se manifestam através de fronteiras, entre Estados, sob as normas do Direito Internacional, apesar das convecções diplomáticas, Villa Nova, (1996).

Para o caso de África, como um continente denominado de “Berço da Humanida”, por lado, mas, de “Laterna vermelha quanto ao desenvolvimento”, qual foi e é a situação da nossa África, no quadro desta bicefalia?

Vista a coisa deste prisma, não nos parece exagerado afirmar que África é um continente a “deriva” de si mesmo: Fomes, enfermidades, guerras, repressões, golpes de estado, enfrentamentos étnicos, enfim, todo um reportório de conflitos que maculam o mundo, convergem nesta macro região, do planeta, que muito de longe de fazer história pelo facto de ser “Berço da Humanidade”, parece mais ser o grande “berço das

desigualdades”. Umas décadas atrás, um só país desta massa continental, África do Sul, depois de “superar”, um dos fenómenos mais endiuidos, vergonhoso da civilização humana, o “*Apartheide*” que, sob a liderança do Nobel da Paz, Nelson Mandela, reunia, as condições para assumir o papel de potencia, no continente e trabalhar para a paz, no mesmo, com apoio das Nações unidas e da Organização de Unidade Africana (OUA). Passados alguns anos depois de pôr fim a tal fenómeno, nos últimos anos, o que tem mostrado é, a incapacidade de levar este desafio a bom porto.

Que experiências do passado africano, se podem registar sobre a planificação.

Fazendo uma análise crítica, o ponto de partida proposto neste capítulo, tendo em conta a nossa investigação, que se reveste de uma análise sumária, mas crítica usando um método (perguntas em série) de certas experiências de planificação dos anos passados em África, na qual muitas ficarão sem respostas, com objectivo de encontrar aproximações acertadas, ou próximas delas. Qual o fundamento, da busca de um método de elaboração nova em políticas de desenvolvimento, com uma análise crítica de qualquer experiência, se hoje por hoje, se constata de uma inversão nas experiências anunciadas, mesmo que os objectivos dessas políticas de desenvolvimento não mudaram nem do ponto de vista da natureza, tão pouco de paradigmas?

Então é ou não necessário planificar, o desenvolvimento para África! ou é uma mera ilusão?

Há pois , de princípio uma razão bastante óbvia: nos países concernentes ao desenvolvimento, terem atribuído um rolo importante ao processo de planificação do desenvolvimento, num certo período das suas histórias como países independentes (principalmente no decurso dos anos 50, 60 e 70), onde as suas instituições nacionais de planificação não foram formalmente suprimidas e continuaram produzindo documentos chamados de “planos” independentemente das suas economias, mostrarem certa preocupação e timidez, de adaptação aos novos contextos internacionais de globalização e de liberalização. Mas esta situação de facto, que pode ser interpretada de várias formas pode ser a entrada de diversas consequências muito profundas: necessidade de profunda coerência que se faça presente nas políticas públicas, esta é realmente o que traz a esperança a natureza dessas instituições nostálgicas do passado. Gostaria de sugerir aqui, que tal esperança não é justamente, que se remeta

em causa as suas experiências do passado, elas são analisadas com uma lucidez das lacunas do passado sob pena de se agravarem no novo contexto.

A conclusão sobre os ensinamentos do passado, nos recordam de princípio que a perspectiva desta análise crítica do passado ela não anula a restauração de uma planificação do desenvolvimento ao estilo “antigo”, aproveitando algumas modificações de forma e conteúdo, e experimentar novas rotas de desenvolvimento. É de recordar, ao contrário que o mundo esta, se transformando rapidamente, aos hospícios das tecnologias, por isso os objectivos e os obstáculos do desenvolvimento nacional, não são os mesmos, quer para os países do (Sul como do Norte), e que esta planificação antiga é mais morta, hoje do que ontem. Entretanto, nem a mundialização nem a liberalização suprimirão a realidade do jogo do desenvolvimento a longo prazo, mas a necessidade de retomar as políticas públicas, que ensinem a “racionalizar”.(Comelieu C., 1990).

É no quadro desta perspectiva que é necessário identificar em que princípio comum, é que estas experiências diferenciadas evocadas neste quadro analítico não tem permitido esta tomada de ponto de vista a da “racionalização”, num novo contexto.

A dificuldade é desagregada de ensinamentos realmente comuns, visto que as três categorias de experiências, com a planificação, se situam num contexto, a priori muito distante uns de outros. A minha convicção é de todas formas de que essas diferenças evidenciam, algo de timidez de contextos novos, vão se roçando levemente, com aspectos similares, nos problemas fundamentais reencontrados e dessas é que tal identificação e semelhanças dos problemas e das lacunas possam identificar a direcção naqueles países, não alinhadas com uma nova proposta de racionalização das políticas públicas de desenvolvimento a meio termo, podendo ser reinvestigadas.

Caros leitores e amantes destes temas que deem uma olhadela a questão sobre a possibilidade de se “planificar” o desenvolvimento. Restamos através da uma exigência inelutável da racionalização, comparar no seio da ambição de planificar o desenvolvimento, pois ela se furta, profundamente a filosofia liberal. Apartir destes interesses particulares (arbitragem para o mercado), ela se caracterize pela ausencia de todo projecto de sociedade e a recusa de toda prioridade colectiva, sem pôr em causa a jogada do “mercado”.

Se aceitarmos que estamos vivenciando, fenómenos assimétrias, no contexto territorial, então o desenvolvimento regional, deverá estar no centro do problema. O desenvolvimento regional, funciona como um balão de oxigénio para as regiões deprimidas assimetricamente. Esta facto no contexto da geografia é analisada pela ciencia geografia regional que, de a muito vem anunciando tendencias irreversíveis para a desagregação de variáveis com que trabalha, com acento tónico sobre o grau de desagregação nesta análise que, naturalmente tem a ver com a representatividade das medidas de localização. Torna-se indispensável que seja conduzida em relação as demais as variáveis, que na mesma direcção trabalham analisando essas variáveis que, só muito mais tarde veriam a merecer atenções de desagregação, referindo-se à variável “espaço”.

Segundo Lopes Simões, em economia abstrata, como escrevia Ponsard em 1955, os postulados e as análises são tal que a explicação é apresentada independentemente das coordenadas espaciais, sem qualquer preocupação de explorar as realidades do ponto de vista dimensional. As referidas, análises de relações económicas devem ter sempre em conta as funções da oferta e da procura, propensões ao consumo e ao investimento, etc.

Para uma análise mais exaustiva, técnica cientificamente, considerando importante, trazer também uma abordagem económica e política, sob uma visão dialéctica, das escolhas públicas.

Toda a exposição feita neste apartado, sobre a economia, tem como reflexo a evolução dos estudos das finanças públicas e da economia pública, a análise é interdisciplinar e dialéctica, onde se conjugam a ciencia economica, e a ciencia política.

As decisões públicas são boas e definem o que o estado deve fazer na sua actuação concreta. A abordagem da escolha pública (public choice) atribui ao Estado as mesmas características dos indivíduos, considerando que a sua motivação é o interesse próprio, isto é o interesse dos agentes que influenciam economicamente, politicamente ou institucionalmente as decisões públicas.

O objectivo do livro, é dar respostas, a pergunta de partida, porque é que África apresenta um grande déficit no quesito “desenvolvimento”? Entretanto o interesse este apartado é expor a actuação do Estado de modo a que a sociedade possa definir um conjunto de restricções e instituções que evitam uma acção pública abusiva. Nesta abordagem diz-se que a

análise é positiva, não porque abdique de modelos comportamentais tradicionais, mas no sentido em que, despida de normas pré-estabelecidas, procura perceber a intervenção concreta do Estado e os efeitos das decisões públicas.

A escolha pública e das finanças públicas do Estado tem uma influência no desenvolvimento de um determinado País.

O Termo “finanças” tem como mais provável raiz etimológica na expressão “finis”, a qual significa o prazo e o seu termo para pagamento das dívidas. Segundo Cruz (1989), no século XII, derivando de “finis”, usava-se “finatio” e no século XIV, usava-se “financia” para exprimir as ideias de débito e de prestação. Nos países de expressão portuguesa, durante muito tempo (colonial, excoloniais) Portugal, Angola, Cabo – verde, Moçambique, Guiné Bissau, Goa- Damão e Dio) utilizou-se a expressão de “ fazenda” para significar o que hoje denominamos de “ Finanças”. Actualmente usa-se a mesma expressão de finanças, agregando, o adjectivo “públicas”, que dá o termo “finanças públicas”.

Qual a função do Estado, em matéria de crescimento económico?

Para podermos fazer entender os nossos leitores, e enquadrar esta matéria, no quadro do campo em análise o desenvolvimento, faz sentido neste apartado, ver uma classificação clássica de Musgrave das funções socialmente do sector público: (1) função afectação de recursos e correcção de falhas de mercado; (2) função redistribuição na correcção de desigualdades indesejáveis; (3) função estabilização das variáveis macroeconómicas e consolidação de políticas de crescimento económico.

Como questões fundamentais, sobre o entendimento da dimensão e das funções do sector público, o enquadramento do Estado de Bem-Estar numa economia mundial cada vez mais globalizada e as relações entre escolha pública e as preferências dos eleitores é fundamental, pois eles é que a consubstanciam. De forma geral apresentam-se algumas razões para a existência do Estado (razões históricas e ideológicas, falhas de mercado, monopólios naturais, necessidade de regulação, a redistribuição, os objectivos de estabilização e a falha de acção colectiva) e faz-se uma reflexão sobre a comunidade .

Porque é que intervém o Estado na economia?

São várias os argumentos normativos que justificam a intervenção do Estado, no estudo realizado por José Neves Cruz, apresenta alguns dos quais nós retomamos os seguintes:

1. Para o mercado subsistir é necessário regulação que garanta os direitos de propriedade e de apropriação e um conjunto de regras de comportamento dos agentes (cumprimento dos contratos, livre acesso ao mercado e a informação, penalização dos prevaricadores, etc.), assim como um clima de concorrência, de segurança e de estabilidade social. Daí que se justifica a intervenção Pública ao nível dos sistemas regulador, judicial e de segurança.
2. O mercado falha no fornecimento de determinados bens necessários e muitas vezes não permite a acção colectiva eficiente (monopólio natural, bens públicos e efeitos externos). Recorrendo a nomenclatura consagrada por Musgrave (1989), a intervenção estatal correctora destas falhas de mercado será doravante designada de função afectação do Estado.
3. O equilíbrio de mercado não toma em consideração as preferências sociais em termos de justiça social e equidade apenas garantido um eficiente uso dos recursos no domínio dos bens privados em condições de informação simétrica entre os agentes. Assim, o Estado obedecendo a objectivos de justiça social irá alterar a distribuição que resultaria do normal funcionamento do mercado. A intervenção do Estado neste domínio é a função redistribuição.

EXISTE UM BOM ARGUMENTO PARA A INTERVENÇÃO DO ESTADO?

A resposta esta pergunta tem dois caminhos; um sim, e um não.

Para reafirmarmos, o “sim”, segundo Cruz (1989), afirma que a teoria de jogos, através do “Dilema do Prisioneiro”, demonstra que os grupos (pessoas, agentes productivos, instituições) negociando livremente podem ser levados a fazer escolhas contraditórias ao seu interesse. Ainda para Cruz (1989), daqui decorre um resultado muito importante que contraria o “laissez- faire”, (expressão na linguagem francesa, que significa em português, “deixa andar”), ou as virtualidades absolutas da “mão invisível” que se expressa pela proposição de que a agregação espontânea de preferência não conduz necessariamente a melhor decisão. Este resultado advoga em favor da intervenção de um “terceiro agente” com poder superior para implementar a melhor solução (intervenção pública).

O desenvolvimento da ciência económica nos últimos anos não foi um processo linear, quer para a economia global, assim como para cada das regiões económicas (países), mas, pelo contrário, foi composto por uma dinâmica de conflitos nas abordagens diferenciadas por vezes sujeitas a processos de síntese unificadoras, por vezes evoluindo separadamente, onde só depois de longos hiatos temporais se redescobriam pontos comuns.

A ANÁLISE ECONÓMICA DA INTERVENÇÃO ESTATAL COMO SUB-TEMA DA CIÊNCIA ECONÓMICA NÃO FOI IMUNE A ESSA DINÂMICA.

Como forma de explicitar melhor a tese de “Musgrave”, descreveremos as características, da actuação do Estado na Economia.

Depois de justificada a necessidade do Estado intervir apartir das três funções económicas: afectação, redistribuição e estabilização.

- a) A primeira função, tem o objectivo a afectação, que consiste na supressão da falha do mercado no fornecimento de bens públicos, e na correcção de efeitos externos, para aumentar a eficiência no uso dos recursos.
- b) A segunda função, tem como objectivo a redistribuição, da riqueza. Essa distribuição pode não corresponder ao que a sociedade considera justo. Nesses casos normalmente cabe ao Estado a competência para intervir, no sentido de redistribuir o rendimento (retirar dos mais ricos- através dos impostos- e dar aos mais pobres- através de alocação de transferências). No entanto é difícil medir as desigualdades e definir o que é uma distribuição justa, pois tudo depende de juízos de valor, de quem redistribuir.
- c) A terceira, função, tem como objectivo a Estabilização, que decorre da necessidade de políticas de estabilização, pois o pleno emprego e a estabilidade dos preços não ocorrem automaticamente nas economias de mercado.

Estes aspectos podem ficar já referidos como fundamentais em desenvolvimento regional: importa a caracterização do todo (o país), sem descurar as características das diferentes partes (regiões); importa conhecer a relação entre as partes.

Estas considerações feitas com carácter introdutório, deixam o campo aberto, para a problemática do desenvolvimento, abordado no quadro regional. O interesse estratégico pelo desenvolvimento regional, não se

deve confundir com a evolução das preocupações analíticas sobre a organização da sociedade, em termos simplesmente espaciais. A razão segunda a qual não nos devemos confundir, sobre a questão, resulta dos estudos sobre o mesmo desenvolvimento regional, ele é recente embora hajam manifestações anteriores. Para Lopes Simões (2001), elas datam do pós-guerra, com o aparecimento das primeiras organizações internacionais ligadas a este campo de interesse, com lançamento de programas de ensino e investigação, particularmente nos Estados Unidos da América, em algumas universidades. Foi o aproveitamento de “integrar” de certos espaços, que desencadeou os primeiros estudos regionais, la para os longícuos anos 20; a experiência do T.V.A. (*Tennessee Valley Authority*).

A concepção de desenvolvimento regional, que se adoptará deseja-se que fique perfeitamente claro, deve assentar em conceitos de desenvolvimento e não de crescimento. Considerar-se que ao desenvolvimento, na grande maioria dos casos e particularmente em situações de sub-desenvolvimento interessa o crescimento, ter-se-á sempre bem presente que, este apenas interessa como meio, ou instrumento ao serviço daquele e não como objectivo em si.

O “desenvolvimento” é toda acção ou efeito relacionado com o processo de crescimento, evolução de um objeto, pessoa ou situação. O desenvolvimento humano (DH) de acordo o programa das Nações Unidas, é necessário que se situe no centro do referido desenvolvimento, “o homem”, promovendo a realização do seu potencial, aumentando as possibilidades e o desfrute da liberdade de viver a vida que elas desejam lá onde se encontrem. A questão se torna ainda assim turva se fixarmos o nosso olhar, simplesmente atrás, até onde a nossa vista alcançar. É necessário pôr em funcionamento uma outra prespectiva, o de alcançar um pouco mais além torná-lo sustentável.

Para podermos cimentar, esta questão do desenvolvimento, é necessário, passarmos pela geografia das localidades, a regional, e concomitantemente, pelo desenvolvimento local.

Ora esta questão do desenvolvimento local, na perspectiva do investigador Bernard Vachon (2001), trás uma síntese de teorias e prácticas, onde a preocupação com a reintroductão do “humano” se veja nesta lógica de desenvolvimento real.

Segundo o Centro de estudos para o desenvolvimento local (CEDEL), faz uma explicação sucinta sobre o que é o desenvolvimento local e para que serve.

Cada vez, é mais habitual, falar-se sobre a importancia que tem para os povos e cidades projectos de desenvolvimento gerados a nível local. Com distintos níveis de resultados, recursos, planificação e participação da comunidade, são alcançados. Muitas são as localidades que estiveram e estão implementando, desde meado dos anos 90 deste século, até a actualidade, políticas orientadas ao desenvolvimento local.

Podemos entender o desenvolvimento local, segundo o CEDEL, de maneira muito sintética; **como um processo complexo, que é producto de uma construção colectiva** a nível local, que tem como objectivo mobilizar os recursos do território no entorno do projecto comum e incluir o conjunto da população, supõe uma perspectiva integral de desenvolvimento, que também incluye a dimensão social, política, ambiental, cultural, e o perfil productivo, etc. Assim não pode haver exclusões de nenhum tipo. O homem deverá estar sempre no centro do desenvolvimento. Se é imperativo reter que o desenvolvimento é um processo complexo referido anteriormente, é lógico, que a questão da sustentabilidade não pode ficar de fora, sob pena assistirmos a um conflito de gerações e que o Estado, será um agente do desenvolvimento, quando assegurar a utilização dos recursos disponíveis, onde hoje e pensar na geração vindoura, a isso consiste a sustentabilidade.

Porque é que esse Estado africano, na maioria fracassou e fracassa na sua construção? O Estado africano tem uma perspectiva diferente do Estado Ocidental, são duas realidades e construções totalmente diferentes. Os paradigmas, encontram a sua justificação numa dimensão sociológica e empirica do estado. Trata-se do “Estado Patrimonial, referenciado pelo académico, Zeki Ergas, (citado por Méhard, 1991) no seguinte:

“Se pode afirmar que em todos os Estados africanos as relações entre o estado e a sociedade se determinam fundamentalmente pelo seu carácter patrimonial. O Estados africanos podem trocar a sua ideologia, seu desenvolvimento económico, sua liderança, mas todos compartilham num denominador comum o “ patrimonial”.

O Conceito de “patrimonial” segundo, Mbuyi Kabumda, vem de uma tipologia de Max Weber, em particular dos seus tres tipos ideais o modo de representação do poder: Trata-se do poder tradicional, carismático e

racional, (legal) O primeiro modelo tem como fundamento a autoridade da tradição; o segundo enfoca o carisma, ou o singular dinamismo do chefe; e o terceiro, se apoia na racionalidade das leis. Portanto o poder patrimonial pode comparar-se com a autoridade do patriarca, sobre a sua linhagem.

A nossa visão pode não distanciar-se muito, desta perspectiva, se podermos reflectir com profundidade, nos expurgos propostos, (imoralidade, nepotismo, corrupção, etc.), o que por si só faz toda diferença anunciada relativamente a sustentabilidade, pois a sustentabilidade, requer um compromisso com os do futuro, oferecendo o essencial, para uma qualidade de vida do homem, e não, a preocupação com o património. É imperativo e urgente banir o equívoco na visão da sustentabilidade. A noção de sustentabilidade incorpora uma multidimensionalidade de aspectos interdependentes (humanos, ambientais, tecnológicos, económicos, sociais, políticos, culturais) o que obriga a realizar adaptações nas formas de gestão e planificação, tanto públicas como privadas.

O desenvolvimento entendido como processo requer, uma mudança estrutural nos sistemas quer: políticos, gestão, produção, etc. Apesar de que este enfoque pareça estar aceite a nível declarativo, o que requer ser traduzido em critérios operativos que orientem aos poderes de decisão, para uma forma de gestão capazes de actuar sobre a realidade, assim como reinventar a organização institucional adequada e eficiente para promover as transformações necessárias. As sugestões para todo este problema, passa por darmos uma olhada, com uma visão estratégica e sustentável, tirando partido das dinâmicas do desenvolvimento em África, pondo o colosso africano nos carris, que conduzam a chamada “rota do desenvolvimento” tirando proveito máximo, das agendas; 2030 das Nações Unidas, e a 2063, da União Africana. Trataremos esta questão das dinâmicas do desenvolvimento, em capítulo posterior, com uma maior acotilação, e profundidade.

Agora desde o ponto de vista da geopolítica, a geografia política, nos ensina que, África oferece dois espaços bem diferenciados e separados fisicamente pela barreira que representa o deserto do Saara, Egipto, e a zona do Magrebe; ao norte, caracterizado pelo domínio de uma população muçulmana, como a Argélia, confrontado desde 1989 com o Sudão, com aspirações políticas e económicas próximas a Europa; e África subsahariana, zona de frequentes e violentos enfrentamentos político étnicos nas que, sobresaem a região dos grandes Lagos, articulada no entorno, a Uganda, Ruanda e Congo- RDC (ex Zaire); e no corno sul de África

com África do Sul, como país principal e com um modelo de transição política, e económica, com características de países desenvolvidos, particularmente pelo indicador industrialização. No coração de África central, temos a região dos Grandes Lagos, concentrando as maiores e más recentes tensões políticas e os mais cruéis conflitos étnico. Esta é uma zona de tradicional influencia francófona, mas que na actualidade com uma implicação acentuada anglófona, zona de influencia dos Tutchis no Ruanda, aliada incondicional dos Estados Unidos na região. Este país começou a sua ascensão em 1986, a partir da liderança de Uyuri Muceveni, que tomou o poder, graças aos Tutchis refugiados, no seu país depois da limpeza étnica que sofreu Ruanda, lá para os anos sessenta. (Anuário, O estado do mundo, 1998). Começou a implantar uma reforma do Estado, que ainda até hoje não se transformou numa verdadeira democracia.

Por outro lado, o Zaire parecia, no início dos anos noventa, governado por Mobutu Sesseko, um ditador de gema, que havia contado, desde a década anterior com o apoio de França, Bélgica e Estados Unidos. Mas a situação interna que o ditador havia levado o país a que, a sua relação com os tres aliados, o abandonassem, deixando uma janela aberta para a oposição. Na realidade Mobutu, depois da guerra fría, havia deixado de ser útil como bastião contra o comunismo na região da África central , e a sua imagem de didactor, se tornou insustentável , para o ocidente, segundo sustentou, não só Alonzo Armada, , do jornal (El País, de 17 de Maio de 1997), como nós na qualidade de estudante, no então prestigiado Universidade Complutense, e investigador dos Centros de Estudos Internacional, (CEI), e Esudos Africanos, (CIDAF), em Madrid, Espanha, acompanhavamos, as conferencias, colóquios, sobre toda a narrativa e protagonismos de alguns líderes africanos , razão pela qual, estamos alinhados com este investigador. O que se seguiu de lá para cá, temos assistido, sucessões de lideranças no país; Kabila pai, sucedido por Kabila filho, Numa manifestação de verdadeiro fenómeno de nepotismo, e actualmente, Tchissekedi. Na mesma região, assistimos conflitos sangrentos, no Ruanda, Burundi, lutas inter étnicas, com colaboração de excolonizadores belgas e franceses.

Por outro lado nos países lusófonos, na mesma região representado por Angola, com um extraordinário potencial económico, dominado pelo MPLA, antigo partido único de matriz socialista, em desacordos políticos com os demais partidos, protagonistas da luta contra o colonialismo, e integrantes do primeiro governo de transição; UNITA e FNLA. O não entendimento entre, estes protagonistas, viria, a provocar incidentes político/militares,

profundos que durariam décadas, com consequências imprevisíveis, e danos económicos, incalculáveis. Tudo parecia e parece ainda hoje, como que alguém quiz acender, um “fósforo”, no rastilho de pólvora em direção do barril, que pode explodir a qualquer momento, impondo a um povo inteiro uma guerra civil, que viria a durar, desde 1975, altura da independência, retomada, em 1975 até 1992, momento de assinatura dos acordos de paz, com o calar das armas, mas que, a verdadeira paz das almas ideologicamente, se perpetua no falar, musculoso com expressões de desacreditar, desconfiar depois de 46 anos, minando desta forma, os corações dos mais jovens, violando plenamente o princípio consagrado nas Nações Unidas o direito humano, da livre escolha e da democracia.

Quase ao longo do mesmo paralelo, na costa ocidental, de África, encontramos outro dos países, a Guiné Bissau, caracterizada por sucessivos golpes de Estado, muitas tensões políticas, atrasando o crescimento uma das maiores ameaças e atentado à democracia, e no mesmo paralelo, na costa oriental, Moçambique, com mesmos fenómenos.

Como assinalamos anteriormente, depois de 1997, em África, deixou-se de sentir a influência dos Estados Unidos, manifestando, este país, uma vontade de estar mais flexível com os direitos humanos, com a sua política de “compromisso, sem prejuízo”, que ficou claramente expressada, pela ronda que efetuou pela região, a secretária de Estado, norte-americana, a senhora Madalaine Albright. Neste contexto, África passou a ser o centro de interesse pelo então presidente Bill Clinton, no seu segundo mandato, ao anunciar um programa ambicioso de “Crescimento e Oportunidade”, baseado na ideia de integrar África, na economia mundial, o que requereria um como requisito prévio, a estabilização da região.

Perante tal situação descrita, se levantaram, vozes que reclamaram uma saída, africana da crise, quer dizer que, África deveria ser dona de si própria, dos seus destinos, e se ocuparia dos seus próprios assuntos, sem esperar da ajuda do ocidente, sempre mediatizado por interesses políticos, económicos, exteriores. É nesta linha que situamos, a pujante economia de África do Sul, para desempenhar um papel de destaque em África. É aqui que muitos dos líderes, começam, pelo fim das acções. Muitos, perdem o sentido de continuidade. Ora se algo já foi construído, ou conquistado, é perigoso, apagar-se, todas as acções encontradas, sob justificação de querer fazer, tudo de novo. Perde-se tempo, e recursos, fundamentalmente financeiros, e os humanos, com tempo envelhecem.

Segundo pontos de vista, de alguns analistas políticos , para que algum estado exerça um papel de tamanha grandeza, o de líder é importante que tenha na sua liderança, pessoas comprometidas com as causas, sem que nenhum outro estado soberano esteja por detrás. Não nos esqueçamos que o potencial continental em recursos materiais, é dádiva do Criador, os processos de crises e transições políticas contorvadas são vontade do homem. O caso de África do Sul, graças também ao prestígio e respeito, ganho pelo seu primeiro Presidente Nelson Mandela, e pela comunidade internacional. África do Sul conta com uma Constituição, cujo texto definitivo fora aprovado, e promulgado em Fevereiro de 1997, que fundou um verdadeiro Estado de Direito e um regime de *Governo Cooperativo*, que ractifica o sentido de que os governo das maiorias, numa mais deveria conduzir o país a situações de exclusões.

Capítulo segundo

Os expurgos que obstaculizam o desenvolvimento dos Países Africanos.

Neste capítulo queremos fixar a nossa atenção num conjunto de fenómenos, que para nós tem como, consequências, obstaculizar directa ou indirectamente, alguns processos de desenvolvimento, sejam eles de forma individual ou colectivo, paralisando ou adiando, o requerido desenvolvimento.

Para tal exercício complexo o de estudar, explicar tais fenómenos, utilizaremos o conceito de expurgo, um termo com uma incidência versátil, para quem pretende, mudar as mentalidades, ou mesmo, atitudes negativas, para um processo positivo. Estabeleceremos um paralelismo, com a compreensão de uma pandemia, algo semiliar a um linguajar nos tempos que correm actualmente, com pandemia da sars, conhecido nesta época como a covid 19, fenómeno que não é novo, simplismente ciclico, pois, há registos, da ocorrência, na história da humanidade, outras pandemias: peste negra, espanhola, bubónia, variola, cólera e a gripe suíça, HIV, etc., Mas para expressar um simbolismo um quanto “víral” e que contamina todo um corpo , com “cormobilidades”, é o que pretendemos relacionar ; um corpo, “inerte” como o poeta Agostinho Neto escrevia, cito “ África é um corpo Inerte; onde cada abútre, vem debicar o seu pedaço...”; a questão é identificar quem são o abútres! Quem permite que os referidos abútres debiquem o seu pedaço no corpo africano? Questões por reflectir, (viremos a este assunto mais adiante), mas é no sentido figurativo, que que pomos o paralelismo, onde, o continente africano, é o visado omo esta infestado, com uma série de fenómenos negativos(educação, saúde, industrialização, vias de acesso, tecnologias, etc), que o tornam num continente como se sem esperança existissem, para os seus povos, que não permite que este colosso continental se desenvolva, chegado a este ponto em que concordamos com o desafio lançado pelo líder angolano, quando proferiu a expressão de: temos de deixar de ser, pontencialmente ricos, para sermos efectivamente ricos”. Tentaremos identificar, ou simplismente fazer uma análise análoga, a actividade de um médicos no desempenho das suas competencias, investigando seus pacientes, para identificar as reais causas das diferentes patologias ou enfermidades que padecem. Retomemos rapidamente a questão relacionada com o termo “inerte”, anteriormente referido, não achamos que o continente, como um território, cheio de recursos que o traduz num continente rico, como conta uma história, segundo a qual: “ ***Deus O Criador dos Céus e da Terra;***

viajando pela Terra, que Ele criará, sendo dono do ouro e da prata, e de todas as demais riquezas, passando pela Europa, Américas e com a Ásia pondo a mão no bolso e despejou uma porção de riquezas, daquele continente, que constituem o potencial. Quando chegou no final da sua viagem ao continente africano, considerando o fim da sua tournée, despejou todo o resto de (recursos), o que faz com que este continente seja detentor, de toda a gama de recursos; os Anjos perguntaram ao Criador. E agora! Tantas riquezas aqui! A resposta foi. veréis o tipo de pessoas (egoístas, ambiciosas, oportunistas), que porei, neste lugar". É verdade, que Deus, por ser Omnisciente, sabe o que sucedrá no futuro, mas Ele não deseja o mal para os justos. É urgente transformar as referidas riquezas, para proveito e satisfação efectiva dos seus povos, assim se cumprirá, a máxima, de um dos líderes africanos, João Lourenço, quando lançou o pensamento, desafiante, segundo o qual era necessário, que África deixasse de "ser potencialmente rico, para transformar-se e passar a chamar-se de "efetivamente rico". A melhoria das condições de vida dos seus povos, maximizando o potencial dos recursos, deverá ser prioridade máxima dos líderes africanos, e partirmos para uma atitude positiva, e que para tal é imperativo, melhorar o sistema de educação, inculcando no sistema como "espinha dorsal" a moral, que é em essência, da natureza do homem. Não nos esqueçamos de que, a situação negativa que vivemos hoje, é consequência do negativo feito, ontem, se o que pretendermos viver de positivo, no futuro, temos que construí-lo hoje, de forma positiva, com base na moral. Responder a pergunta feita lá atrás: quem são os chamados de "abutres" só encontramos uma resposta. Aqueles que lideram os governos desses países. Quanto a "quem autorizou que os abutres, debiquem o tal bocado em África ! São igualmente os líderes dos países em desenvolvimento, particularmente os africanos usando sistemas complexos de corrupção, nacional e internacional.

Expurgo ou purga é um processo de afastar; expurgar, significa expulsar, exilar ou eliminar algo no sentido de desfazer-se dele e colocar para fora um objecto livrando-se dele, e em seu lugar colocar, algo com outra conotação, melhor; também pode ser separar o que é mau, por algo bom. (<https://dicionario.priperam.org>).

Segundo, o dicionário enciclopédico, a expressão expurgar ou purgar: é limpar, corrigir, descartar, suprimir o que é nocivo, ou prejudicial em.... Quase todos os significados poderiam se encaixar para dar sentido ao objectivo ou intenção que pretendemos expressar com o sub-título que

leva a obra. O que queremos mesmo é questionar, quais são realmente os factores que emperram/impedindo o desenvolvimento destes países.

O que pode ser considerado como “tão mau”, a tal ponto que, os diferentes países em vias de desenvolvimento africanos, adiem o seu futuro, por gerações e gerações?

Para tentar responder a estas questões, vamos apontar alguns factores que na nossa óptica podem estar na base, de tal facto obstaculizador, como algo muito mau.: (a) A falta de uma educação íntegra, eficaz e competente; a altura de fazer frente aos grandes desafios, para desenvolver, um dos 56 países africanos; (b) A falta de uma componente de moralização das sociedades africanas, que funcione como uma dorsal sustentadora do desenvolvimento. Não nos esqueçamos que a moral em si, é manifestamente superada pelo direito, pelo facto de que essa “moral”, na sua essência, é a razão da existência da humanidade... E. Kant). A ausência desta perspectiva nas mentalidades confusas, assim como ofuscadas com o egoísmo de todos aqueles que mesmo com boas intenções, se deixaram massagiar o seu, egoísmo (Pepelela faz menção a natureza egoísta do homem, mas que, o homem actual, é mais egoísta), nunca escaparão das más práticas próprias do ser humano, nestes novos tempos e que com tais atitudes numa poderia África curar-se de tais ferimentos, que a séculos trouxeram:

- a) **Populismos**- (correntes ideológicas fundamentalistas populares, com discursos falaciosos, exclusões, fomas, etc.; um dos males, muito usado como estratégia política, para submeter, massa populares desprotegidas, dos seus direitos, aplicando-se a máxima: se não estas comigo és contra mim
- b) **Imoralidades** - (corrupção endémica, oportunismos, falta de vontade política, religiosidades animistas com falta de amor ao próximo; a imoralidade é um processo tão complexo, nosivo, em qualquer sociedade. Ela é o inverso da moral, por isso eliminá-la, destruí-la, afastá-la, requer vontade pessoal, de quem a quiser combater.
- c) **Nepotismos** (sucessões parentescas no poder, perpetuação, ou substituição directa em cargos, etc.); um processo tão complicado, que engendra o egocentrismo do homem, nas vestes de dirigente.
- d) **Cabritismos** (sabotagem endógena, bajulação crónica); um termo, que cientificamente está muito relacionado com a lascívia sexual, mas que em contextos de corrupção, ela toma um significado, de um

herbívoro, quadrupete, que uma vez no pasto, se o amarra, a um ponto fixo, evitando que se distancie, do local onde se alimenta.

- e) **Doutormania** (oportunismos académicos discriminatórios, destruição de carácter pessoal, destruição de competências, imposição da iméritocracia); uma patologia, não estudada pelos psicólogos, praticada nos domínios sociais, exibindo uma linguagem defensiva, contra os níveis de concorrência a quem pratica esta doutormania, como a palavra diz, existem muitas formas maníacas, só que esta está relacionada com o uso de títulos académicos.
- f) **Pandemias**. As pandemias (corona vírus, pestes, varíolas, cóleras, gripes, HIV), são acontecimentos naturais dramáticos, cíclicos, que se produzem na epidermis da terra de período em período, uns com maior intensidade mortal, infectando o globo terrestre. Estes males, corroem hoje sistemas, e nações inteiras. É momento de olharmos com olhos de ver, dar um chega, a mesmidade de acção, contra estas práticas, que quase se veem tornando um normal, dentro de cada país africano.

É tempo de aprendermos, com as lições de boas lideranças carismáticas. Falar de formas de carácter é fundamental para tentar compreender, qual realmente a razão segundo a qual na maioria dos casos, de liderança de alguns dos dirigentes no mundo global, e em particular, dos países em desenvolvimento, se apresentam como indivíduos sem carácter. Olhemos um pouco para o que nos ensina a Palavra Sagrada Bíblicamente escrita em; Provérbio 29:2-5-12. “(2) Quando se multiplicam os justos, o povo se alegra, quando, porém, domina o perverso, o povo suspira. (5) O homem que lisongia a seu próximo, arma-lhe uma rede aos passos. (12) Se o governador dá atenção a palavras mentirosas, virão a ser perversos todos os seus servos.

Não nos esqueçamos que as nossas vidas devem ser revistidas de bons exemplos de homens que deram provas e que em tempos passados, marcaram as suas lideranças com bons exemplos, de forma indelével, ao longo da história. Para exemplificar com nomes de David, Salomão, assim como nos dias de hoje, com aqueles que se identificam com o carisma.

Segundo a Real academia da língua, define o “carisma” como a especial capacidade, de algumas pessoas poderem atrair ou fascinar alguém ou algo, com a sua postura.

O professor, Warren Bennis experto em liderança e administração de negócios estadunidense, definia a um líder com carisma com quatro

pontos ter: um ¹sentido uma ²existencia uma ³bandeira e saber ⁴comunicar;

Además de serem acertivos utilizando estas quatro pontos carismáticos, eles os líderes saberão rodear-se de boas equipas. Já o dizia Kennedy, *“Um homem inteligente é aquele que sabe ser tão inteligente como para contratar a pessoas mais inteligentes que ele”*.

Os líderes carismáticos invocam mitos, através de metáforas, que são assimilados como íconos das suas culturas. Trazemos como exemplos de: **Franklin Roosevelt** quando assumiu o poder em 1933, como presidente do Estados unidos teve fazer frente a um país em crise. No seu famoso discurso afirmava. Cito” O único que devemos temer é o medo”; **John Kennedy**-disse: “Jamais negociemos com medo, mas, jamais temamos negociar”; **Winston Churchill**- disse. “O êxito é a habilidade de ir de fracasso a fracasso sem perder o entusiasmo”; **Luther Márter King**- disse: “Se soubesse que o mundo se apagaria amanhã. Eu hoje todavia, plantaria uma árvore”; **Barack Obama**- disse: “ Para mim o patriotismo é más que a fidelidade a um lugar no mapa. É o respeito a uns valores, a uma forma de pensar. Penso que uma história como a minha só pode suceder num sítio como Estados Unidos”; **George S. Patton**- disse: “Não meço o êxito de um homem pela altura que é capaz de subir, senão pela altura, que reage quando toca no fundo”.

Caro leitor, se prestar atenção nestas expressões destes líderes, o que podemos retirar delas, são nada mais do que as lições de carisma para um dirigente.

A forma de estar, de líderes populistas não carismáticos, vão na direcção oposta. Se num extremo se situam os líderes, carismáticos, pese embora serem populistas, no outro extremo, estão os “não carismáticos, arrogantes”. Estes na sua forma de estar, manifestam actitudes arrogantes, como forma de encubrir, a falta de competencias, ou manobras, para proveito próprio. Este tipo de personalidades, normalmente tem como cosmovisão, as acções ditatoriais, e não são colaborativos, tão pouco participativos nas suas acções. Assentam-se na cadeira do “ego-centrismo excessivo”, e tendem a destruir as democracias, instaurando as autocracias.

A pergunta: Os líderes que seleccionamos, para descrever nesta obra, com estas características, embora sejam populistas dos países do norte (desenvolvido), ao contrário, dos demais, porque é que os líderes populistas dos países em desenvolvimento do (sul), persistem em fazer o contrário,

subdesenvolvendo os seus países? Terão, estados afectados com o síndrome do “hedonismo, a ausência de ideias?

O hedonismo é uma teoria ou doutrina filosófica- moral que afirma que o prazer é o bem supremo de vida humana. Surgiu na Grécia, e mais célebre representante foi Aristipo de Cirene. (wikipédia

Segundo Carlos de la Torre, afirma que, o século XXI provavelmente será recordado como o século dos “populismos”, embora o referido autor, afirme que, líderes populistas dominaram a cena política nacional e internacional, desde da década dos trinta e quarenta do século passado, e partidos populistas emergiram na Europa a partir dos oitenta. Nos últimos anos o fenómeno se expandiu a África, Ásia e Meio Oriente.

Com a eleição de Donald Trump, a cadeira máxima da democracia liberal, nos Estados Unidos, esse sistema democrático, viu-se ameaçada. Todos os nomes que vamos indicar, tanto do norte como do sul global, de direitas ou esquerdas, foram considerados como sendo populistas: **Donald Trump**, nos Estados Unidos; **Hugo Chaves e Nicolas Maduro**, na Venezuela; **Evo Morales**, na Bolívia; **Rafal Correia**, no Equador; **Rodrigo Duterte**, nas Filipinas; **Nestor e Cristina Kirchner** na Argentina; **Victor Orbán**, na Hungria; **Benjamim Netanyahu**, em Israel; **Sílvio Berlusconi** na Itália; **Bolsonaro** no Brasil, **Narendra Modi**, na Índia, etc.

Como o nosso objecto, e estudo está mais virado, por analisar o fenómeno do populismo em África, também é viável, indicarmos enumerando alguns casos de líderes populistas africanos para não ir e vir:

Michel Sata, na Zâmbia; **Abdoulaye Wade**, do Senegal, **Jacob Zuma e Julius Malene**, na África do Sul; **António Agostinho Neto, José Eduardo Dos Santos e João M. Lourenço**, de Angola; **Samora Moisés Machel , Joaquim Chissano, Manuel Chang, Filipe Nuyisede**, em Moçambique; **Kabila, Felix Tshisekedi** República Democrática do Congo; **Robert Mugab**, Zimbábue, **Raila Odinga**, do Quênia; na Ásia, **Thaksin Shinawatra**, na Tailândia, Alexis Tsipras, etc . A lista de líderes populistas é ainda maior. O desejo de permanência no poder faz com as linhagens por sucessão, se perpetuem pelo mundo, com particular ênfase em países em desenvolvimento notavelmente em África. É nesta senda, que para o caso dos países africanos, os desafios, são acrescidos, pois os seus governos enfrentam problemas muito complexos, neste século XXI.

Segundo Manuel Domingos Bembe, Jornalista do “Open Edition Journals, publicou um texto interessante na sua pagina (<http://doi.org/>. com o seguinte título: Os grandes desafios dos governos africanos no século XXI. Segundo a perspectiva deste jornalista, o sistema de governação de muitos países africanos é ainda caracterizado por um total desrespeito aos seus povos.

Mbeki (2001), considerava que as transformações estruturais e sistémicas de África passam, por uma construção de uma sociedade mais aberta. Todavia, Fátima Roque, (2005), sustenta que o sucesso da transformação de África dependeria de superação de obstáculos de pobreza externa, exclusão social e analfabetismo.

O novo projecto de desenvolvimento, baseado na nova parceria de desenvolvimento sustentável (2030/ 2063, requer uma avaliação pelos organismos (APRM 200).

Estamos a falar do termo populismo, parece fácil de entender, mas complexo de analisar, por isso vamos defini-lo:

O que é realmente o populismo?

Para além de ser um substantivo masculino, é um conceito, que põe em aberto um conjunto de práticas políticas, que se justificam num apelo ao “povo”, geralmente contrapondo este grupo por uma “elite”.

Não existe uma única definição do termo, que surgiu no século XIX e, tem obtido diferentes significados desde então.

Pode ainda ser usado nas ciências políticas, referindo-se a governos e políticos com práticas populistas e, que são ideologicamente controversos e complexos. Este conceito foi arrastado para os dias de hoje, século XXI, relacionando-o a governos quer de direitas ou esquerdas que possuem relação directa, não institucionalizada; deferindo um grande apelo as camadas mais pobres do local que governa. (<http://.org.ao/>).

Este conceito está basicamente caracterizado por:

- 1- Uma relação directa ao povo, mas não institucionalizada;
- 2- Nacionalismo económico;
- 3- Discurso em defesa da união de massas;
- 4- Liderança política baseada no clientilismo;
- 5- Frágilidade do sistema partidário;

Esta secção, vamos recolher algumas aproximações científicas para entender e definir, o populismo:

- a) **Aproximação através da teoria da modernização;** historicamente - entendamos a palavra populismo, como *teorias ou correntes da modernização*. As teorias do populismo, como ideias permitem distinguir entre o populismo incluyente e o excluyente.
- b) **Aproximação através das teorias político-estratégicas.** São *estratégias políticas*, para explicar as crises de representação, que podem levar a onda de populismo lá onde for propagado, desde países mais desenvolvidos como o caso dos Estados Unidos, passando pelos latino americanos, asiáticos, e os em desenvolvimento em África.
- c) **Teorias de aproximação populistas como uma ideologia.**

Aproximação baseada na teoria da modernização sobre o “peronismo”, interpretado como uma forma autoritária de incorporação dos excluídos a comunidade política. Nesta versão Torres, afirma que é algo comparado com o sistema facista. Quer o facismo como o peronismo se baseiam no contacto pessoal e directo na identificação das massas com o líder, dando uma sensação aos movimentos, de uma participação política, controlados por líderes autoritários. A diferença, entre o fascismo e o populismo, segundo Germani, reside no facto de que no facismo, foram intercedidas as classes médias pauperizadas, enquanto as no peronismo, a classe trabalhadora de formação recente, e que portanto tinha experiências sindicalistas, foram manobradas por Perón.

Germani citado por Torres, conceptualizou o populismo como uma etapa no processo de transição de uma sociedade tradicional, agrária e autocrática a uma sociedade moderna, urbana, industrial e democrática. Argumentou mais, afirmando que o processo de modernização rápida e abrupta, como a urbanização e a industrialização produzem uma massa de indivíduos em “estado de anomalia”. Os sectores rurais que, migram para as grandes cidades não tiveram, nem têm experiências, nem laborais, nem sindicalistas, nem a cultura política, de trabalhadores obreiros, o único que fizeram foi trasladar valores e costumes rurais a contextos urbanos. Ora este choque entre as formas de comportamento rural que não ajudam em nada na suas integrações nas cidades e nas fábricas levou-os e leva-os a actuar de maneira irracional e emocional, apoiando-se a indivíduos autoritários, e oportunistas.

O historiador Richard Hofstadter (1955), reinterpreto o populismo americano de finais do século XIX como um fenómeno incluyente e ao mesmo tempo autoritário. Da mesma forma, como com Germani, que entendeu o populismo como uma fase de transição a modernidade e como a expansão de um momento de crise do capitalismo.

As bases de apoio aos partidos populistas, foram e são feitos através de sectores com baixo nível de educação, pouco acesso a informação, provocando uma completa marginalização dos centros de poder e sujeitos a manipulação de quem detem esse mesmo poder, mais uma evidenciado da importancia da educação para as sociedades. As máximas populares, conhecidas como sabedoria, dizem: “dividir para poder reinar”; ou ainda, “um sego, não pode conduzir a outro cego, sob pena de cairem no precipício”.

As interpretações sobre este fenómeno, do populismo com as teorias da modernização, segundo Richar, tem uma série de erros empíricos e teóricos, segundo os quais, o populismo é um fenómeno passageiro, transitório e excepcional, ligado a crise que provoca a transição a modernidade. Portanto resolvam-se as crisis se regressará a “normalidade política”, isto significa a política não populista.

Assim é que o populismo pode ser visto como uma fase que eventualmente desaparecerá, ou seja cumprindo o seu ciclo, ou ainda se negará a desaparecer com a modernização e a democratização da sociedade, enquanto perdurarem as crisis, e em seu lugar, em vez de ser um fenómeno passageiro, tornar-se-á numa presença constante.

Os críticos da teoria da modernização questionam sobre os modelos binários que, dividiram a política e a acção colectiva; entre o normal e o anormal (patológico). Ademais , dividiram artificialmente a política entre o racional e o emotivo , assumindo os seguidores populistas com as emoções e a falta de razão.

Para concluir este apartado, queremos deixar aqui a nossa opinião. Para dar resposta a estas fragilidades, nos sistemas políticos devemos recorrer ao máximo e a todo custo a sistemas democráticos de governar, ou conduzir indivíduos, quer sejam eles com grande ou pequena pojança económico financeira. Por isso a resposta ao populismo demogógico, deve ser a democracia, com as suas críticas construtivas ao poder constituido, desta forma uma democracia complexa, mas participativa.

Claud Lefort, assinalou que os direitos não são estáticos, tão pouco geradores de democracia. Infelizmente como tentaremos demonstrar um pouco adiante os populismos, atentam contra de muitos direitos; (direitos de: liberdade, livre pensamento, associação, protecção de privacidade, etc.)

As lideranças populistas e os populismos crónicos, se parecem, mas se diferenciam dos movimentos populares e as insurgencias feitas em nome do povo, pela sua forma de estar e agir, e pela fama. Por exemplo, os indignados: movimentos de estudantes, trabalhadores políticos, religiosos defraudados, os excluídos sem terra, etc. reagem de forma diferenciada, em função das suas exigencias e necessidades.

Quanto aos estudantes universitários, ao exigirem direitos da academia (pagamentos de propinas a altura das suas rendas, comportamentos indignos de professores), movimentos de ocupantes de terrenos, “necessidade de uma vivenda”, associações solicitando alternância política (direito a processos autárquicos, emprego). Todos convergem num objectivo comum, a satisfação dos seus direitos.

A diferença destas formas de poder horizontal e disperso, o populismo como assinala Nadia Urbinati (2014), para que passe de movimento a governo necessita-se de uma ideologia que polarize, e um líder que pretenda transformar o descontentamento popular e a protesta estratégia para mobilizar as massas para conquistar o governo democraticamente. Como se relacionam o líder com seus seguidores?

Este epígrafa analisa, as relações entre os líderes e suas bases. No lugar de ler o populismo desde os discursos e as performances dos líderes independentemente dele se considerar , uma pessoa de origens popular que se superou desde baixo até converter-se em um ser que é igual ao povo, mas ao mesmo tempo se considera superior a gente comum, pelo cargo, ou responsabilidade que ostenta, também usa, como se fosse um tex-force, a fama, que grangeou, a sua indicação, para exercer o cargo de líder.

A “noção de missão”, revela as implicações (religiosas) deste tipo de “lideranças mesiânica”, que procura a retenção dos seus seguidores, quer sejam estes em grupos, classes sociais, ou toda nação. Os líderes são investidos pelos seus seguidores que consideram como extraordinário e fora de comum, tornando-se num elemento que gera carisma. Todos os obstáculos para ter exito, o sacrifício e o interesse pessoal do líder, os riscos a importancia da acção para os seguidores são elementos que geram a

relação carismática. Em consequência, surgem os chamados de “pais da pátria ou nação”.

Os territórios ora independentes, são um bem comum de todo um grupo de indivíduos, que pela sua dinâmica se é co-proprietário de forma geracional. Mas o impressionante é que os líderes populistas com uma intensão de resgatar o poder para si, surgem com termos equivalentes a patriárkas, ou pseudoprogenitores dos povos, tais como: pai da pátria, pai da nação, mwuatas da paz, arquitectos da paz, etc. utilizando um estilo puramente machista, de super masculinidade e pouco favorável para os pactos e os compromissos, que se avizinharem.

Muitos são os exemplos de líderes que usando este tipo de estratégia se auto-promovem, atraindo para si mesmos, como voz dos oprimidos e uma figura masculina forte que pode confrontar as injustiças nacionais e internacionais. (C. Torres, 2007).

Outros exemplos poderemos apontar com nomes de; Fernando Collor de Melo, que usou o seu éxito no desporto, Donal Trump, Berlusconi, usaram o poder de empresários, para mostrar a sua superioridade. Outros há que mostram a sua masculinidade como militares (Fidel Castro, Salvador Allende, etc). Em África poderíamos apontar exemplos de líderes populistas, nas vestes de militares: Mobutu Sesseko, Ediamin Dada, Samora Machel, Agostinho Neto, José Eduardo dos Santos, João Manuel Lourenço, Nino Vieira, etc., outros nas vestes de guerrilheiros brilhantes: Holden Roberto, Jonas Savimbi, etc.

Os líderes populistas dizem ser os “pais da Pátria ou da Nação” mas não cuidam os filhos dessa nação.

Segundo assinalou Karen Kampwirth, na sua obra, *Gender and Populism in latin America*, anota que, a figura do “pai”, deve ser de protector, forte de forma sábia e responsável. O líder entendido como pai também se deve preocupar com a transformação dos cidadãos, como crianças que necessitam da sua tutela. Assim a missão de um pai populista nunca deve terminar, cuidando e velando pelo bem estar dos seus filhos até as sua morte, de forma natural, e não provocadas com (pobrezas, exclusões, etc.) intencionalmente. Mais adiante trataremos este aspecto, com maior profundidade. Ora anteriormente já o havíamos comentado de que a forma de estar de alguns líderes, resgatando os menos esclarecidos, como consequência criam-se os grupos do clientelismo populista.

Um dos temas, senão mesmo o mais debatido e discutido, quando se trata de analisar o populismo, é sem dúvidas o comportamento político dos seguidores e seus vínculos com os líderes. Os estudos baseados em teorias da modernização, como já o referimos anteriormente, demonstram que não existem regras claras para dirigir ou controlar os referidos comportamentos. O argumento aqui é: quanto maior forem as condições de isolamento (asimetrias), desorganizações (falta de ordenamento), essas grandes franjas e massas de população, estão mais disponíveis para uma mobilização populista, ou seja, dividir para melhor reinar. É assim que se explicam alguns laços entre seguidores e líderes. Líderes há que usam técnicas demagógicas, por atributos subjectivos que supostamente explicam o comportamento político não racional dos seus partidos.

Estas visões baseadas em ideias de irracionalidade e desorganizações foram questionadas pelos estudos que demonstraram que os seguidores populistas foram mobilizados através de estruturas políticas clientelares. A ideia de massas desorganizadas foi substituída pela noção do autor racional instrumental integrado em estruturas partidárias. Os partidos populistas (esquerda ou de direita), construíram e constroem hoje as chamadas “redes clientelistas”. Exemplos tal como: Partido popular e o Podemos em Espanha; Partido Independente no Reino Unido; Partido Nacional em França; Partido Alternativa na Alemanha; partido Interesse Flamenco na Bélgica, partido democratas nos E.U.A.

Para o caso de África poderíamos apontar exemplos de: partido Popular de Libertação de Angola –MPLA, Partido Democrático – BDA, em Angola; Partido, Frelimo de Moçambique, Movimento Democrático em Moçambique, A.N.C. (Congresso Nacional Africano) na África do sul, PAIGC, na Guiné Bissau e Cabo-verde, SWAPO, na Namíbia, etc.

O clientilismo é por um lado uma estratégia de dominação política que converte os cidadãos em reféns da política, transformando os direitos dos cidadãos, (educação, a saúde, vivenda, emprego, etc), em dádivas a que se acede graças a bondade pessoal dos políticos, e aqui se evidencia mais uma vez a perspectiva da vontade messiânica, referida anteriormente. Pior de tudo, sem medidas de valor, e aqui a estratégia do “vale tudo”, os líderes e suas organizações, baseiam as suas acções numa série de etiquetas de como distribuir e otorgar bens materiais, exemplo de quando se aproximam sistemas eleitorais, são ofertados aqueles meios que são base de manifestações dos clientes desde (facilidades de toda ordem variada, com: privilégios, outrora negados, troca de favores, etc). Referimo-nos a; quites

de trabalho, terrenos para auto- construção, meios de transporte como, viaturas para escuar produção do campo, bolsas de estudo para estudantes, etc. O clientilismo é composto por sectores más desfavorecidos. Na presença a ausencia de um estado de direito, os cidadãos, caem numa armadilha, para satisfação das suas necessidades básicas, daí estarão a um passo da corrupção, tanto na condição de corruptores ou corruptado.

Nesta simbiose de acções, surge um binómio quase perfeito entre o populismo e o poder.

A diferença entre os estudos africanos, os altos estudos internacionais, e a investigação relacionada com os populismo, assenta simplesmente na aplicação de paradigmas, sem perder de vista uma vertente transversal, pelo facto de para além de ser um tema científico, também é um fenómeno que se pode constatar como práticas no dia, dia, e que toca em quase todos os quadrantes do globo mundial, lá onde há democracias consolidadas, e lá onde se trava uma batalha para instaurar a democracia. Diziamos que a diferença, assenta realmente nos paradigmas, enquanto o populismo como fenómeno socio/político, é estratégia para chegar ao poder, utilizando estratégias muito técnico demagógicas, para alcançar as grandes massas populares com promessas, como se de uma varinha mágica se tratasse; o poder para mobilizar aderentes não se importa com os valores éticos, com ofertas de bens materiais (muitos dos quais financeiros, casas, visturas, quites para emprender, etc) . Os estudos africanos e internacionais, querem entender, o funcionamento das organizações de cooperação como a OUA, NEPAD, etc, sem aplicar as estratégias populistas.

A análise que fazemos, esta inserida nas práticas de governação que são menos optimistas e mais sómbrias. Normalmente os populismos latino americano, e o africano em particular, incluem os pobres e os desposuídos, nas suas práticas como já nos referimos em capítulos anteriores, que os líderes depois de alcançarem o referido poder, transformam-se, como uma metamorfose se tratasse, evidenciando comportamentos autoritários, contra aqueles a quem as promessas forem feitas.

Quando os populismos surgem em contextos de instituições sólidas, os populismos normalmente desfiguram a democracia transformando a sua complexidade numa luta entre dois campos antagónicos. Se emergem de contextos de crise de representatividade política e em sistemas políticos frágeis, os populistas, podem levar ao autoritarismo de duas maneiras:

A primeira, é o encerramento de espaços institucionais a oposição, que busca livrar-se dos populistas de qualquer forma, incluso com golpes de estado. Quando não provocam golpes de estado, os ataques sistemáticos dos governos populistas a liberdade de expressão, a tutela estatal da sociedade civil, a clausura de espaços institucionais (canais televisivos, jornais, salas de convenções, etc), para a prestação de contas, e o uso instrumental do sistema legal para castigar aos críticos provocando assim a morte da democracia.

Um exemplo da acção do populismo latino-americano clássico, como Perón se enfrentaram aos sectores oligarquicos, mobilizaram o povo e atacaram alguns privilégios da classe alta. Ao mesmo tempo encerram espaços democráticos a oposição. Sem espaços institucionais alguns sectores mais conservadores e autoritários chamam as portas dos soldados, que favorecem os golpes de estado e estabelecem regimes muito más repressivos que os populistas.

Para o caso das realidades africanas, a estratégia não foge muito a realidade latino-americana.

Depois das experiências africanas, com a transição das formas de governação não democráticas ou autoritárias, para a experiências de imposição de governos democraticos, depois de longos regimes de ditaduras, tentam criar instituições ou sistemas políticos e culturas políticas que terminem com ciclos de populismo/ golpes de estado que caracterizaram as suas histórias regionais. Registam-se experiências dos países francófonos, anglófonos e também alguns de expressão lusófona. Conforme assinala a escritora, Nadia Urbinati (2014), num artigo, intitulado “as democracias desfiguradas”, assinala que, seguem sendo as democracias onde se reformam as representações nas eleições e se reduzem os espaços, para articular vozes críticas na esfera pública e da sociedade civil, mas não se eliminam os grupos críticos. Os ataques sistemáticos, ao largo do tempo, as liberdades civis levaram as instituições que preservam o pluralismo a perderem poderes e se renderem, levando-as pouco a pouco ao que, Guillermo Odonell, caracterizou, como sendo a morte lenta da democracia e a sua transformação em autoritarismo.

Passemos uma pequena revista ao processo do populismo, de forma global. Donald Trump ententando contra o futuro da democracia Americana. Na referência inicial, quando apontávamos algumas personalidades como carismáticos, também o fizemos com os não carismáticos, e curiosamente na lista dos populistas, anotávamos o nome

do ex presidente dos E.U.A., simplesmente o país onde a maior experiência de democracia no mundo se estuda, e se pratica.

O que nos dizem as experiências latinoamericanas com o populismo no poder sobre o futuro da democracia americana durante a presidência de Donald Trump?

É certo que, os Estados Unidos tem tradição como vigilantes entre as distintas áreas governativas para controlar os poderes políticos no mundo. A sua constituição, divide o poder em tres ramos; (1) as eleições estão espaciadas; (2) o poder se reparte entre os estados e o governo federal; há aqueles partidos que são dominantes. (3) A democracia e a sociedade civil estadunidense se revem em teoria suficientemente fortes para sobreviver aos desafios do populismo autocrático de um presidente eleito, mas no caso de Trump, me parece que ocorreu algo atípico, houve o que ousamos chamar “consequências desestabilizadoras”.

Segundo várias mídias, depois de assumir a presidência Donald Trump, se deram manifestações massivas em todo o país contra as políticas de Trump desvalorizando as mulheres. As cortes de justiça travaram temporalmente os planos de Trump, em proibir que cidadãos de países majoritariamente muçulmanos entrassem nos Estados Unidos. Em poucas semanas se deram manifestações massivas defendendo a ciência. Devido os ataques do presidente trump as subscrições aos diários más emblemáticos; *new york times* e *washington post*, se dispararam. O uso patrimonial do Estado para favorecer seus negócios familiares, as revelações de injerencia de Putin nas eleições, poderiam levar a um julgamento político, com o surgimento da pandemia mundial da covid 19, não foi diferente, usando desclaficações populistas, irresponsáveis, o que levou como consequencia a sua infecção, e consequentemente a de milhões, e morte, de cidadãos, posicionando o país nos lugares cimeiros dos níveis de contaminação e mortes.

Parecia que a sociedade civil e as instituições democráticas poderiam travar os impulsos más autoritários deste populismo de direitas.

Segundo C. Torres (2007), um cenário alternativo e plausível seria que Trump, tivesse seguido com a receita populista tratando de controlar todas as instituições do estado e transformando o partido republicano num instrumento político pessoal. De igual forma que outros populistas, Trump declarou guerra aos meios independentes e ameaçou com julgamentos aos diários más influentes, já referidos anteriormente, o *new york times* e

washington post. De igual forma como são os demais populistas, se sentiu desajustado com as organizações críticas e militantes da sociedade civil como o exemplo dos “Black Life Matters”. Era de esperar que os conflitos com a imprensa e as ONGs que defendem as liberdades, os direitos das maiorias, as mulheres e as comunidades, se intensificassem durante a presidência de Trump. Era difícil na altura que no marco institucional da democracia se derrubasse ou levasse abaixo Trump. Porém, a esfera política estava desfigurada democraticamente. O discurso de ódio, de emigração das minorias estavam substituindo a política do reconhecimento e de tolerância multicultural construída pelas lutas feministas e os movimentos anti-racistas desde os passados anos sessenta do século passado. Trump, normalizou quase institucionalizando a xenofobia e muitos dos seus seguidores se sentiam no direito de insultar aos negros, aos muçulmanos e pessoas que falassem espanhol, nos lugares públicos, como supermercados, e nos transportes públicos. Parecia que os seus ataques à imprensa eram imitados por políticos menores. Pese embora, ter atacado ao seu próprio jornalista que foi hospitalizado, o republicano Greg Gianfort, foi eleito parlamentar estatal de Montana em 2017.

Estas experiências, num contexto de globalização, teve um efeito de expansão imediata. As formas de expansão e meios de difusão do populismo depois de termos analisado em páginas anteriores de que este fenómeno, não é exclusivo de países em desenvolvimento mais que é inerente a todos os países do mundo. Como o mundo está mesmo globalizado, veremos como se difunde este fenómeno pelo mundo.

Segundo Torres (2007), os populismos surgem como ondas que se difundem a outros países e alguns líderes tentaram e tentam promover a suas ideologias e práticas de governação, usando, quase todos os expurgos propostos por nós nesta obra.

Perón fracassou em tentar expandir o justicialismo a latinoamericano, a outras regiões do mundo.

Para os casos de África, é bem sabido que muitos foram os países africanos que adotaram práticas populistas nos governos dos seus países; Angola, Argélia, Cabo verde, Moçambique, Marrocos, Namíbia, Guiné Bissau, etc.

Os populismos que se decantaram em governos autocráticos, o fizeram por uma combinação de factores institucionais como são os regimes presidencialistas, as crises de representação nestas nações e as construções

de slogans, “povo como único” ou “um só povo, uma só nação”. A diferença dos regimes presidencialistas, lá onde o líder pode más facilmente controlar todos os poderes e assumir o rolo de redentor, do sistema parlamentar, obrigam que os partidos tenham que pactuar e negociar as suas propostas.

A visão dos populistas com lemas, tais como; “Povo como único” ou “Um só Povo, uma só nação”, constitui um risco a democracia, pois travam a visão pluralista, desse massa popular. Queremos especificar nesta obra de que o populismo, não é uma etapa do desenvolvimento da sociedade, tão pouco uma resposta irracional de massas populares desorganizadas as mudanças estruturais bruscas, nem é alheio a democracia. Os populismos surgem ou emergem quando os cidadãos consideram que os partidos políticos não lhes representam, não oferecem alternativas e são usados para o dominio das élites.

Segundo a filósofa política, Nasstrom, diz que estes prometem devolver o poder ao seu legítimo dono, mas que na sua visão o mesmo povo não é um dos conceitos mais usados e abusados na história da política. O povo não é um dado primário, é antetudo uma construção discursiva que representa ao mesmo tempo a toda uma sociedade e a um sector da mesma sociedade, os “excluídos”. Ao contrário as elites usam este conceito de povo para desqualificar e estigmatizar as massas, como um perigo. Eles sustentam a sua posição, como populachos, atentam contra a democracia e a civilização. Foi assim nas eras de colonização, e é a mesma visão de alguns grupos de xenófogos, exclusivistas do século XXI. As elites constroem os excluídos, classificando-os de incapazes de ter um discurso racional. Jacques Ranciere, sustenta a tese de que, para não reconhecerem alguém como um ser político, não se entende o que diz ou não se escuta o que sai da sua boca como discurso, aqui nos dá a impressão de uma exigencia, anormal, de valorizar o linguajar do comunicador, se comunica mal, o discurso não é válido.

Margaret Canovam, citado por Torres (2007), argumenta que por sua vez o povo é evocado como um ser místico. Na sua obra, *The people* ela afirma que o povo não é unicamente a única fonte de legitimar a política, senão que a “promessa de prestação de contas através da opressão”, da corrupção e da banalidade. O populismo é uma política de reconhecimento simbólico e cultural das desprezadas e derespeitados, “classes baixas”, se é que existem. Este tipo de política, transforma as humilhações, das massas desposuídas em fontes com dignidade. Os excluídos tornam-se em fontes de toda a virtude, e os que os humlham e marginalizam, se convertem na

desprezada oligarquia, como uns verdadeiros “vende pátrias”, (C.Torres 2007).

Os discursos populistas agrupam as opressões das classes, étnica, e culturais em dois campos irreconciliáveis(i), o povo que compreende a nação, e o(ii), popular que esta contra a “oligarquia maligna” e corrupta.

Normalmente a noção de popular incorpora uma ideia de conflito antagonista, entre dois grupos, esta é uma visão “romântica” da pureza e de bondade natural do povo. Como resultado, o “popular” é imaginado como uma entidade homogénia, fixa e indeferenciada, já voltarei a este aspecto com uma contextualização mais profunda. Os líderes populistas actuam como se conhecessem quem é o povo e qual a sua vontade. Constroem-nos como inimigos aqueles que não estiverem de acordo com o que eles consideram como “povo virtuoso”, que tem de aceitar tudo que lhe é proposto, caso contrário, são qualificados de inimigos, e por consequencia devem ser irradicados.

Capítulo Terceiro

Os expurgos e a sua transversalidade com a moral

Falar da transversalidade requer, que entendamos o seu significado. Segundo o dicionário de línguas brasileiro, pode significar a característica ou o estado de transversar, o que se apresenta de modo oblíquo (inclinado), quando comparado a um referente. Pode ainda ser uma característica da disciplina que possibilita compreender outras, tendo em conta as relações estabelecidas entre elas, de forma hierárquica. Neste contexto, a cultura local passa a ter um efeito de transversalidade sobre as variáveis que sempre guiaram o conceito de desenvolvimento sustentável: económico social e ambiental, etc. (folha de são Paulo, 14/12/ 2021).

O populismo Vs imoralidade

Depois de termos identificado, o expurgo principal (populismo) e as diferentes formas em que se pode apresentar, apraz-nos fazer uma transverticalidade, ou uma hierarquização com os demais sub-expurgos (imoralidade, neputismo, cabritismo, doutormanía, pandemia), que na nossa visão limitam, ou obstaculizam o desenvolvimento das sociedades do mundo em geral, e de África em particular.

Falar da imoralidade, é óbvio que o fazemos, referindo-nos ao pior dos males sociais que interfere no carácter negativo de um ser humano. A primeira grande questão é ser o contraste, do bem maior do homem a “mora”. O que é tão mau para o desenvolvimento de um continente, país ou uma região, que seja patológico, a ponto de transtornar, sociedades inteiras?

Hert (2014), classifica o posicionamento da imoralidade, segundo a tese de Deblin, considerando a moral como o “cimento” de uma sociedade, sem a qual existiriam agregados de indivíduos e não uma comunidade em sociedade. Segundo ainda Dublin, a ruptura dos princípios morais é encarada como uma transgressão a sociedade num todo, e por isso possível o uso da lei, para preservar a moralidade da sociedade.

Dublin ainda desenvolveu o princípio segundo o qual uma sociedade tem o direito de tomar qualquer medida necessária a sua preservação, algo ambíguo, segundo este mesmo autor, considera inadequado, por não se poder comprovar com manifesta certeza, que a preservação de uma sociedade exige a coersão da sua moralidade. Mas se analisarmos a ética

da moral kantiana ela nos ensina que, a moral é algo nato a humanidade, e que ela, a moral esta acima de qualquer direito, ela é em essencia a existencia do humanidade.

Segundo a tradução do inglês, imoralidade é a violação das leis, normas ou padrões morais. Referindo-se a um agente que no seu pensamento ou no seu afazer, cré, que tudo o que pensa ou faz é errado. Os pensamentos, abrem caminho para construção de ideias, as ideias, conduzem-nos a certas atitudes, e as actitudes levam-nos a tipos de carcácter, e dos caracteres, as personalidades variadas. A imoralidade portanto é normalmente aplicada a pessoas ou acções ou ainda em sentido mais amplo, aplicado a grupo de entidades singulares/colectivas com práticas negativas. Ora se o populismo, segundo conceito é algo que arrasta consigo práticas negativas, ela é puramente contrária ou seja é transversal na negativa a moralização de uma sociedade.

O populismo e o Nepotismo

O nepotismo, é uma das formas de imoralidade, que deriva do latin, (nepos = sobrinho ou descendente), e é um termo para designar o descendente, substituto. Segundo Jonas Luschuer anota que o nepotismo, vai abraçado a corrupção na política. A distinção feita por Ágnes, referido, por Torres, (2008), entre os populistas e os etnonacionalistas, lhe parecia interessante, e logicamente a nós também que temos interesse em estudar estas barbaridades que emperram o desenvolvimento do continente berço, mas um pouco receoso de que ela se mantenha viva tão inequívoca que observada mais de perto, tem um mesmo efeito negativo.

Ágnes confirma de que os populistas são indivíduos muito multifacetados, o que podemos presumir que esse estilo de políticos matizados, nas suas condições de salvadores da pátria, se tratam, como preocupados principalmente com o bem estar do outro, identificado “como povo”, e não acima de tudo e de todos, pelo seus desejos de poder e a consciencia da sua própria grandeza . Simplesmente não consigo acreditar hoje por hoje da experiencias que ganhei, sessenta anos depois do meu nascimento, haver o “bom populista”. Desavergonhadamente até aqueles personalidades em que eu acreditei, 60 anos atrás com promessas vazias de conteúdo e de acção, são hoje itinerantes, pois é sempre a política de um (homem- forte raramente de uma mulher forte),, num manifest de machismo . Para o líder, o populismo é acima de tudo um meio para alcançar, o poder, e depois se manter nesse poder e naturalmente com frequencia, para o seu próprio enriquecimento.

Resumindo: O resultado é que sempre deveremos nos defender das mesmas tendências antigas e malignas, em nome dos “nacionalismos”, encobertos com racismos, exclusões, etc.

Tomamos a liberdade de numa breve observação expressar o seguinte: não temos a certeza se no fim das contas realmente faz uma diferença essencial se os populistas podem ser considerados de homens fortes ou não, o importante tem ou não a ver com sua vontade em satisfazer as necessidades do povo, sem que tirem proveito, da situação, quer da confiança, ou de fragilidade socio/políticas. Em meio desta nossa conversa por escrito, no nosso ensaio: a doutormania uma palogia académica, já advertiamos para o cuidado que deveríamos ter, por uma prática tão macabra de desorientação de uma sociedade, fazendo-se passar por algo que não somos, ninguém sabe realmente quem é quem, o que acarreta sérios problemas para o desenvolvimento, postos lá em lugares onde se efectiva, esta prática primeiro que se torna discriminatória lá onde é praticada; segundo porque provoca a perda de carácter e terceiro a perda de competência; O nepotismo tem como objectivo final, olhar para os descendentes como forma de garantir uma rectguarda segura em continuidade (benefícios materiais) segura para a satisfação dos interesses de quem o pratica. Viremos a esta prática, mais adiante com contextos más permenorizados.

Populismo Vs poder popular

Não faremos observações sobre o que é populismo, simplesmente diremos (ibden), mas entender como ele se cruza com um dos maiores “sloganes”, não explicado, e que na nossa óptica, ter chegado as massas populares, como uma bomba política, cometido por uma das organizações ou movimentos de contestação política anti-colonial o MPLA, nas vestes de partido-nação governando Angola a 46 anos. Parecendo que não, a questão do poder Popular, segundo o académico, Jean Michel Tati, tratou-se de mais um slogan daquele partido, inserido nas organizações de base constituídos na cidade de Luanda, os chamado CPB (comité popular de bairro). O poder popular para além de um slogan político, que terá convensido todos aqueles que estavam eufóricos com o novo contexto sócio-político, usando o slogan, “viva o poder popular”, muito consumido e mobilizador, foi estratégico, na construção de um grupo de clientes muito numeroso, dentro de um país com termos de convencimento, como se de

de uma “vacina made MPLA, se tratasse, convencendo gerações de indivíduos com faixas etárias diferenciadas (velhos e jovens).

Segundo o académico investigador, historiador, Michel, afirma, Citamos: “A forma como foi apresentada pelas CPB, e outros comités, a questão do poder popular depressa se tornou, com efeito a referencia obrigatória para qualquer modelo de descolonização. Na concepção dos seus promotores, segundo ainda Michel, era a escolha sem meio termo, entre a independencia, que colocaria “o povo no poder”, num sistema de autogestão e uma independencia neocolonial, defensora de privilégios que excluiria o povo da direcção do Estado. Assim formulada, esta questão gerou uma viva polémica e uma autentica batalha ideológica, mesmo semántica, entre os três movimentos. Fim da citação.

Agora a nossa questão é tentar entender, se terá sido esta uma “faísca”, que esta incendiando todo o processo que assistimos nos dias de hoje, 46 anos depois da independencia. Pese embora todos os slogans, tivessem a necessidade de serem explicados, a quem teria a condição de consumir tais slogans; já descodificaremos com alguns nivel de especulação, sem nenhuma má intenção, mera especulação com base do nosso entendimento.

Aqui ainda é importante, fazermos uma separação de águas entre o populismo versus popularidade. Se por um lado o populismo é uma prática que provoca “danos” politicamente, a popularidade é um comportamento ineficaz (de tangir, mostrar, aproximação a alguém que , estamos relacionados com alguém), quando aplicado com excessos. De todas as formas quer uma, como outra, aplicadas de forma excessiva, são danificadoras, para um verdadeiro desenvolvimeno.

Populismo Vs cabritismo

Um (ibdn), quanto significado do populismo. Más introduzimos na nossa análise um outro fenómeno (cabritismo), conhecido na literatura científica, como uma práctica de lecísvia sexual, mas que popularmente transformou-se numa parábola no linguajar angolano, para significar que um herbívoro quadrupete (cabrito) que se alimenta de ervas no pasto, para se alimentar, e para evitar a sua fuga, é lá amarrado. Para o contexto societal, o termo foi usado por alguns políticos, com o objectivo de desabafar a lácra do saque , quer através da: (imoralidade, nepotismo, corrupção, roubo,etc) , o importante para quem pratica o cabritismo, é apoderar-se, de certos bens materiais, postos sob sua responsabilidade. A expressão mais comúm

usada até então é; Ora, aqui sim faz sentido trazer a lógica do populismo praticado por aqueles líderes que, ao longo de anos não largam o cadeirão máximo da direcção de uma instituição, e claro está, quando o fazem obrigados (por pressão das massas populares), ou por doença (muribundos), indicam automaticamente alguém muito próximo a si para dar continuidade ao saque, em proveito próprio. O termo “amarrado”, não é mais do que autoritarismo político, pois quando por imérito ou sem mérito, eles são indicados (sob protecção partidária), para exercer uma função, é com objectivo de servir e não se servir; são duas perspectivas diferentes. Mas infelizmente na óptica da maioria dos líderes a nível mundial, que são identificados com as práticas populistas, tendem a cabritar-se dos recursos do estado, por isso um verdadeiro roubo ao povo, que cumprindo as suas obrigações, quer fiscais, e outras, o fazem de má fé. Nada mais vamos assinalar sobre esta fenómeno, por falta de um estudo profundo, cientificamente, como já o dissemos. Vamos abrir um campo de investigação aos antropólogos, sociólogos, etc, mas que não deixa de ser uma prática imoral).

Segundo o Michaelis no que o cabritismo, diz respeito, não é senão uma característica ou comportamento de quem tem interesses exagerado por sexo, lasívia, como já o referimos anteriormente. Na pesquisa feita encontramos uma primeira definição “ca...cabrito... ismo, significando sensualidade, devasidão, libertinagem, incontinência, luxúria, lasívia. Fora da veracidade dos factos apontado por Michaelis, a nossa reflexão e ponto de vista é que normalmente os líderes que se auto-amarram, só o fazem nos postos onde há recursos financeiros, a estratégia é: primeiro eu..., segundo eu..., terceiro eu... etc. e o cheque mate é cometerem outro tipo de imoralidade; a conjugal; buscam várias parceiras (1,2,3,4) promovendo uma outra espécie de forma de estar, no contexto das suas culturas occidentalizadas: a poligamia (homem com muitas mulheres), ou no caso das mulheres, a poliandria (mulheres com muitos homens), claro para sustententar esses desejos imorais, é necessário recursos, principalmente financeiros. Uma sociedade, pode perder o norte, e perder-se socialmente com estas práticas.

Populismo Vs doutormania

Esta relação tem uma perspectiva (ibden), um pouco semilar a anterior. A diferença consiste em que a “doutormania” é uma forma de estar, vinculada a exclusão, usando uma perspectiva académica.

Segundo Dungula (2010), na sua obra intitulada a "doutormania: uma patologia académica", retratou este fenómeno, com o objectivo de despertar a sociedade angolana em particular, mas a africana e mundial de forma geral, para atenção que se deveria dar as normas de ética moral, com o saber estar, em sociedade nos seus países.

Da análise feita, segundo o autor, esta patologia do campo da psicologia, normalmente evolui para um tipo de organização, com status próprio, posto que chega ao ponto de se pensar que, para se vencer na vida e ser-se alguém, é imprescindível ser doutor, ou pelo menos, ostentar, a qualquer preço o título de doutor. O mesmo ocorre, com a corrida a incerção de um indivíduo numa organização política, deste ou daquele partido, enclausurados em comités de especialidade, e daí serem promovidos para cargos públicos de realce na suas corrida, dando como se de um "cheque em branco" se tratasse (agora é minha vez). Esta compreensão tem representado, tanto a complexidade sociológica dos países coloniais e dos pós-coloniais (independente), quanto ao reflexo da dispersão na formação de elites, que virão a constituir a estrutura central da doutormania, quer do ponto de vista académico, quer do ponto de vista político, banalizando, um título que a todas formas é alcançado com muito sacrificio e mérito daqueles que o conquistam, pois muitos são os que fracassam diante deste grande desafio.

Definitivamente, se por um lado, o populismo permite, que os seus clientes ascendam a cargos com servidão aqui e acolá, pendurados numa organização partidária; a doutormania provoca a ascensão social de muitos cidadãos, quando matriculados neste clube; " todos somos doutores!" Com toda a conotação que este nome adquiriu no mercado nacional e internacional; porém combater-lo, é sem dúvida a medida certa para a valorização do mérito, favorecendo a meritocracia, link, essencial para o desenvolvimento dos destintos países do mundo, e África em particular.

Segundo, Nuno Rocha, eminente académico psicólogo, clínico, na sua edição de 12.4.2018, fez a seguinte reflexão, " Chamar doutores a pessoas que não tiraram um doutoramento é uma saliência". Por isso, uma recomendação especial, é dada aos Ministérios de Ensino Superior, em não ser um simples assistente, destes males, que envenenam o caminho para o desenvolvimento de um país.

Nesta secção, tomaremos a ousadia de citar, quase integralmente o texto do professor Victor Kajibanga, de uma conferencia, com o título sobre o papel do Ensino Superior em África, por acharmos muita coincidência na

reflexão que faz, com o foco do nosso pensamento para esta obra, que queremos seja abrangente, possibilitando relacionar o populismo com o desempenho do ensino superior, achamos poder desvendar alguns expurgos, feitos nesta comunicação.

Segundo o professor Victor, em (1998), terá participado, em Paris, na Conferencia Mundial sobre o Ensino Superior, organizada pela Unesco sob o lema “O Ensino Superior, no século XXI. Hoje que estamos escrevendo algumas linhas para completar o conteúdo da nossa obra; os populismos: purga do desenvolvimento. Achamos que há muitos consensos entre a sua visão e a nossa:

O primeiro dos consensos esta relacionado com os quatro problemas que devem estruturar o debate sobre sobre a mudança, e o desenvolvimento do ensino superior no limiar do século XXI, o que poderá catapultar o desempenho das universidades, africanas para o desenvolvimento do continente africano.

Nesta perspectiva, permitam que cite os quadro aspectos apontados por Kajibanga: em primeiro lugar, acha que se deverá fazer uma avaliação dos recursos históricos e sociais das universidades africanas; em segundo lugar, a situação da actual crise estrutural e conjuntural do ensino superior (crise de pertinencia, qualidade, gestão e financiamento); Em terceiro , o problema das liberdades académicas e responsabilidade social dos universitários africanos; e em quarto , a ideia sobre a missão e funções da universidade africana no século XXI. Hoje, passados doze anos, vejo-me obrigado a retomar o fundamental das ideias que então foram defendidas, por Kajibanga, e renová-las com reflexões sobre o porque do não desenvolvimento efectivo dos países africanos de forma geral e de Angola em particular.

Sem querer especular, falar do ensino superior e das universidades, é dar uma olhada séria e com responsabilidades acrescidas, se tivermos em conta que, o papel das universidades é o de formar quadros competentes, capazes de dar solução aos diversos problemas que surgem numa determinada realidade. Por esta ser, a secção que a nosso entender, deverá configurar-se no mais importante, sem desprimor, das anteriormente referidas, mas pensamos que por ser este departamento ministerial, onde se localizam as distintas universidades, vamos desenvolver aspectos ligados ao ensino superior formal, começando por demarcar tres grandes gerações de universitários africano, na óptica de Kajibanga, o que temos o mesmo sentimento:

A primeira instituição do ensino superior nascido no continente africano, foi a Universidade AL-AHZAR, do Cairo. Segundo o autor, ela surgiu no ano 988, antes do surgimento de algumas famosas universidades europeias, como o caso da Universidade de Paris (1150), a de Oxford (1167), a de Montpellier (1181). Esta Universidade do Cairo, (Al-Ahzar), oferecia cursos no domínio da agricultura, engenharia, estudos dentários, farmácia, etc, que integravam o currículo nuclear da universidade. A primeira universidade da África negra, foi a universidade de Sankoré, surgiu na cidade de Tombuctu entre os séculos X e XII.

A segunda geração de universidades africanas esteve constituída pelas universidades surgidas no período colonial. Em 1949, surgiram na África sob domínio britânico. Duas décadas depois surgiram centros de ensino superior em África sob domínio francês e português. Na África sob domínio português, este tipo de ensino, em Angola, apareceria apenas em 1962.

A terceira geração de universitários africanos, surgiria com o advento das independências nacionais. Trata-se de instituições de Ensino Superior, da fase pós-colonial. Logo depois das independências proclamadas em função das datas diferenciadas para cada caso, foram criadas as suas respectivas universidades, e na maioria dos casos, os Presidentes da República convertiam-se nos primeiros Reitores ou chanceleres das universidades.

O questionamento, para esta secção, relacionada com o factor mais determinante para o desenvolvimento de qualquer país, este particular, é o da indicação do Presidente do país, para dirigir uma instituição (universidade), que requeria presença, acompanhamento, avaliação de competências intelectuais, altamente capazes, não se terá confundido com a problemática, que trazemos para este estudo, a doutormania, encoberto por um populismo ou culto a personalidade encoberto? vamos tratar este assunto com maior profundidade em contexto próprio.

O populismo Vs pandemias .

Se o entendimento do conceito de populismo pode ser entendido como uma estratégia de líderes políticos identificado como um conjunto de práticas politicamente negativas, como o afirmamos anteriormente, pois que dizer aqueles que frustram a esperança de um povo. As pandemias, não estão muito longe desta perspectiva, podendo ser entendida também como a disseminação mundial de um enfermidades (virais), que também de forma silenciosa contamina toda uma sociedade, (frustrando), senão

mesmo destabilizando, a uma população mundial ou sistemas inteiros de nações do mundo global, a ponto de criar crises (económicas, políticas e sociais), das famílias. Para o caso comparativo, que trazemos em relação ao populismo, é algo semilar actuando de forma a adiar o futuro dos países.

O que pensam os líderes mundiais, a respeito da pandemias?

Segundo, o jornal .pt, publicou um artigo intitulado populismo e desinformação em tempos de Covid 19, um estudo impírico que avalia a associação entre actitudes políticas de populismo e as escolhas dos média feitas pelos indivíduos para se informarem sobre o novo coronavirus. A verdade é que as plataformas criadas conclui a fonte, ter havido novas ameaças, resultantes da qualidade da informação. A partir de um inquérito aplicado a 244 indivíduos, no início do estado de emergencia em 2019, provocado pela pandemias da covid 19, o artigo sugeria a uma associação positiva e significativa entre actitudes populistas quanto a informações nas redes sociais, e aceitação de desinformação.

Ora para podermos analisar um pouco profundamente esta questão, faremos seguinte pergunta; é certo que o surgimento da pandemia em 2019, foi tão drástica para as economias de todo mundo, em particular para as economias africanas, a ponto de por em causa o desenvolvimento? Mas se o referido desenvolvimento, estava, fora dos contextos africano, olhando, um pouco para as variáveis (PIB, IDH, industrialização) indicadas em relatórios, mas não operacionados, nos referidos países, tão pouco ao alcance dos seus habitantes. Como entender, que todos líderes dereccionam os seus discursos, jogando na defensiva, justificando os atrasos das economias destes países, depois de 2019, altura do surgimento, do surto epidémico?

Segundo, Jennifer de Moris & Júlia Bonzanini Bernardi, anotam o seguinte resumo. O enfrentamento a pandemia da covid 19 não esta somente em medidas como o isolamento social e investimento massivo na saúde pública, mas também no combate a noticias falsas e discursos populista. Vindo do presidente Donald Trump, que muitas vezes contrariou as recomendações da Organização Mundial de Saúde. A questão perante este cenário, tratando-se de atitudes negativas, do líder da maior economia do mundo, Donald Tramp, traria consequencias, nefastas para outras economias, do mundo, exemplo do Brasil, onde o seu Líder/ Presidente Bolsonaro e outros, tomaram a mesma perspectiva para as demais economias em desenvolvimento? A verdade é que ainda assim,

oportunistas, através de apropriações de valores (dinheiros), destinados para fazer frente a pandemia, para uso próprio.

Como os governos populistas interpretam e enfrentam uma crise de tal dimensão na área da saúde?

Segundo Cesar Renteria e David Arellano Gault, em 2020, frizaram que, os governos foram confrontados com a necessidade de enfrentar a crise sanitária causada pela covid 19, sem terem a certeza sobre quais as melhores alternativas para lidar com a pandemia, sem arruinar a economia. Num marco de incertezas causado pelo novo corona, os governos nacionais basearam suas respostas em crenças e ideias políticas o que se reflectiu na diversidade de respostas: liberais, autoritárias, centralizadas descentralizadas, transparentes e opacas. Nesta secção, procuraremos concentrar a nossa atenção, neste tipo de respostas populistas. Tentaremos fazer entender como tais crenças populistas determinam as acções burocráticas adoptadas por um governo para lidar com a crise sanitária. Experiencias de outras paragens do globo, algumas estratégia foram aplicadas como o caso do México, com programa chamado de “populismo downsizing) ou seja, um populismo que promove a redução do tamanho do Estado. É nosso entendimento de que o populismo pode afectar a função das burocracias.

Somos de opinião, conforme o considera o mundo, que a covid 19, não implica o fim do populismo, principalmente porque o populismo não é unívoco, mas ambiguo, e incluye vários fenómenos políticos. Para citar por exemplo, o populismo de direita inclui vários fenómenos que estão no governo de alguns países (como Brasil, E.U.A., Índia, oposição de França, Itália, Alemanha; e também o leque de países se alastra para países asiáticos e Africanos.

Temos de concordar que todo os expurgos apontados neste estudo, tem uma insidencia negativa, quer do ponto de vista de: estabilidade pessoal, assim como de toda uma colectividade de indivíduos, habitando num determinado país, e as consequencias, só podem ser obstaculizar as permissas para um crescimento célere, e não permitir passos seguros para o desenvolvimento. Razões bastantes são constactadas de líderes que, colocam hoje na primeira linha, toda a sua acção governativa, na pandemia da covid, postergando para segundo ou terceiro planos outras prioridades mundiais (HIV, Malária, Tuberculose, etc), tirando proveitos políticos, até mesmo financeiros.

Capítulo Quarto

O populismo , a purga em Angola: Ontem, Hoje e Futuro.

Estimados leitores queremos, num exercício, puramente académico fazer uma contextualização de tudo descrito anteriormente, trazendo uma síntese analítica, usando como paradigma um estudo de caso de um dos países africanos com grande potencial, senão o com a maiores concentrações de recursos (humanos jovens e naturais), que entretanto apresenta imensos contrastes na sua forma de estar, dando indícios de retrocesso no seu rescimento, e conseqüentemente no desenvolvimento (PIB, IDH e industrialização), estando muito aquém dos indicadores estabelecidos, quer pelas Nações Unidas, e muito longe de alancar a corrida proposta pela Unidade Africana, quanto a sustentabilidade, do plano 2030 e muito longe de encaixar o plano 2063.

Queremos fazer uma análise na perspectiva de contribuição para o desenvolvimento contextualizando, a realidade de Angola, trazendo um paralelismo de uma área, muito sensível à “médica”, para dar um sentido de compreensão de um corpo enfermo, pois que quando a cabeça “doi”, é sintomas, de que algo nos demais membros não vai bem. O fazemos, por várias razões; por sermos angolano, conhecedor de contextos, concretos, realidades vivenciadas, estudos /investigações efectuadas.

Assim é com o nosso grande continente africano, com cada um dos 56 países deste monstro, que vai dando sinis constantes de estar enfermo, com todas os males referidos, no texto como expurgos.

Faremos uma análise minuciosa das três etapas vivenciadas ao longo da existencia deste país Angola, nossa pátria mãe. Gostaríamos nos afastarmos de todas as interpretações políticas, que possam ser entendidas pelo tipo de análise que faremos, para interpretar o fenómeno em estudo o populismo em Angola.

Escrever qualquer que seja a matéria, sobre um país onde a cegueira intelectual, funciona como se de um “véu” se tratasse, com grandezas, intencionadas, convertidas em pequenez, de excusão, só se pode entender este comportamento de alguns (intelectuais, e académicos), nas vestes de políticos, ou como membros da sociedade civil que, podem estar identificados com características populistas. Não que queiramos culpar, os intelectuais ou académicos pelos fracassos que ocorrem por tudo quanto é problema, mas é fundamental que esta classe muita esclarecida possa

intervir com investigações, pesquisando, dando “um basta”, no encorralamento da com problemas, e enfoques nas destintintas áreas da vida social, e trazer sugestões, com resultados, positivos contribuindo assim para o desenvolvimento que se quer sustentável , sem obsecções de nenhuma natureza, nem por pessoas obsecadas por crenças, políticas, religiosos, culturais, destorcidas na sua forma de ver e analisar, factos.

Por isso como ponto de partida: conhecer o passado, enfrentar o presente, projectar o futuro, será a base desta análise.

Em Angola, arriscamo-nos, em afirmar ter havido, e ainda hoje o há, sinais de existência deste fenómeno o “ populismo”, hoje é real ou ilusão? A resposta é clara, sim, não é um ailusão, é uma realidade.

O populismo, é purga em Angola ontem, e hoje. Trataremos de contextualizar, todo manancial de conteúdos retratados, em capítulos anteriores, numa janela, quase que representativa, dos problemas, que enfermam a mãe África, revistas num dos seus filhos, Angola.

Vamos referir uma passagem do escritor angolano Pepetela, um eminente nacionalista angolano. citado por José Manuel Zenha Relá, “(...) Mas há homens que não precisam de ter uma fé para suportarem os sacrifícios; são aqueles que, em perfeita independencia, escolheram esse caminho, sabendo bem que o objectivo só será atingido em metade, mas que isso já significa um progresso imenso. É evidente que estes tem também um ideal, todos os tem. Mas nestes o ideal não é abstrato nem irreal. Eu sei por exemplo, que todos temos bem no fundo de nós um lado egoísta que pretendemos esconder. Assim é o homem, pelo menos o homem actual. Para que serviram séculos ou milénios de economia individual, senão para construir homens egoístas. Negá-lo é fugir a verdade dura, mas real. Enfim, sei que o homem actual é egoísta. Por isso, é necessário mostrar-lhe sempre que o pouco conquistado não chega e que se deve prosseguir. Isto impedir-me-á de continuar? Porqué? Se eu sei isso, a frio, e mesmo assim me decido lutar, se pretendo ajudar esses pequenos egoístas contra os grandes egoístas que tudo açambarcaram, então não vejo porque haveria de desistir quando outros continuam. Só pararei, e aí racionalmente quando vir que a minha acção é inútil, que é gratuita, isto é, se a revolução for desviada dos seus objectivos fundamentais.” Fim de citação.

Este monstro da literatura africana e angolano em particular, expressou, ou conjenturou um desabafo, com uma visão realística, sobre o homem

“egoísta”? Não nos atrevemos a expecular sobre o assunto, mas a verdade é que o que assistimos na forma de estar do homem africano em geral e o angolano em particular, o síndrome de egoísmo é real. Entendamos que egoísmo, é uma palavra muito forte, par o significado que pretendemos entender sobre a viagem no tempo actual de; Ontem Hoje e Amanhã. O egoísmo é um daqueles males, que cresce partindo do egocentrismo, e que na ponta não se pode deslumbrar princípios ético-morais. Ademais de contradizer um dos mandamentos bíblicos “ama o eu próximo como a ti mesmo”. Acho, que o comportamento é ao contrário; odeia ao teu próximo.

No capítulo terceiro desta obra (os expurgos: populismo, imoralidade, nepotismo, cabritismo, doutormania, pandemias), e sua transversalidade com a moral, na epígrafe 1. Populismo e a imoralidade, afirmamos que a imoralidade é o pior que pode existir no carácter de um ser humano. Entretanto Hart, citando a Dublin, considera a moral como, sendo comparado com o “cimento” de uma sociedade. Se aceitarmos esta máxima, de cimentar algo, na perspectiva de solidificar algo, como vemos nos dias de hoje a moral em Angola? Clama-se pela moralidade da sociedade angolana, o que terá ocupado o lugar da moral? Será a imoralidade a tal ponto do líder angolano nas vestes de “reformista”, levantar a bandeira da luta contra a corrupção, para cumprir o seu mandato, na terceira República?

Na memória de um passado presente, segundo, Torres Adelino, na sua obra – O império Portugues entre o Real e o Imaginário, Lisboa, (1991), citado por José Manuel Zenha Bela, narra o seguinte, citamos: “Na história da colonização portuguesa, o fosso entre o imaginário e o real, entre o discurso e a sua prática, é mais profundo do que alguns pretendem. Se é certo que ao primeiro não faltou grandiosidade, esta não entrou no concreto quotidiano do ego, da sua própria ambição impotente, deixou-se encurralar em sonhos de glórias a muito perdidas e mitologias sem consistencia. Mas, se o real não teve a dimensão do projecto que justificou, também na sua actuação não gerou, necessariamente, nada real, apenas trevas e escombros.

Não obstante a tendencia presente, para acentuar os erros e esquecer as virtualidades, que também reconhecemos, a verdade é que muito de positivo, só que este muito foi emcoberto, por um porcentual negativo de realizações, que o que sobresaí, é negativo em 46 anos de governação. O principal erro que entre muitos houve foi não termos consciencia do momento exacto de partir e de abandonar um sonho de antemão

condenado, o que eclipsou as expectativas, do desenvolvimento para Angola. No aspecto que directamente interessa, um dos “mitos” em que ainda se insiste e pelo qual se procura justificar com uma razão preferencial de actuação futura, assenta numa proclamada, embora enganadora, presença multiseular, do colonialismo. É bem sabido que quase até aos fins do século XIX, os tão apregoados séculos de presença portuguesa, se limitaram a permanência em alguns pontos do litoral entre os quais; Luanda e Benguela seriam os únicos e significativos”, fim de citação.

Que lições poderíamos tirar destas verdades? O Populismo foi uma realidade em Angola: Ontem, e que se repete hoje e se não tivermos cuidado, podemos seguir constactando amanhã? Não nos esqueçamos, que todos tipos de oportunistas, políticos, tem como foco apoderar-se das economias, que geram recursos, particularmente os financeiros.

A economia e a sociedade nos últimos anos do período colonial, segundo José Zenha (2008), Apontavam que no início da década 70, sensivelmente, 10 anos após o início da luta armada, poder-se-ia, caracterizar sob várias ópticas, sempre com origem nos traços fundamentais dos períodos anteriores, mas caracterizados por uma agutização muito forte nos ritmos e mecanismos de dominação da formação colonial (grande e média burguasia local e grande burguesia e tecnocracia de origem externa) sobre as restantes formações locais.

Convem dizer aqui que nessa época, a oligarquía financeira colonial era composta pelos chamados de “*proprietários*” de Angola. Esta expressão(proprietários), refere-se que eles eram na verdade donos da economia (empresas, públicas e privadas), enquanto os angolanos eram os donos da terra, Angola.

Podemos por isso tipificar sinteticamente o modelo societal angolano da década dos 70 da seguinte forma:

- a) Sociedade em mudança, quer por fenómenos de aculturação mais profundas, quer pelo crescente fluxo de indivíduos aos centros urbanos, a procura de novas oportunidades;
- b) Sociedade caracterizada por dois tipos de mobilidade social, uma vertical, dentro do mesmo grupo étnico e outro horizontal, preenchendo a permeabilidade dos grupos;
- c) Sociedade onde, os factores dominantes de prestígio (tais como a situação económica, as relações de parentesco, a profissão, o nível de instrução, etc) não estavam totalmente desagregados e se

confundiam, em certos retratos, com as características étnicas, desvalorizando-se a cor, pelo menos na aparência, em termos de prestígio, quanto mais se subia na escala social; Recordar, que até se elaborou o chamado, “ selo de povoamento”, integrando; um indivíduo de cor branca, um mestiço e um negro), eram sinais de mudança! Ou populismo?

- d) Afastamento cada vez maior, entre o rural (onde os papéis e as expectativas de comportamento se mantiveram ainda dentro do esquema tradicional, embora em transição para determinados aspectos da cultura ocidental) e o urbano, por soluções híbridas, de compromisso, e outra ainda não completamente onde os papéis tradicionais, foram substituídos por soluções híbridas, de compromisso, entre uma cultura não totalmente abandonada e outra não completamente assimilada.

Segundo ainda o autor Zenha, afirma que, todos estes movimentos foram e são nos dias de hoje, traduzidos em factos concretos; numa óptica que prevelegia indicadores de crescimento económico o que é possível destacar os seguintes aspectos:

- a) O petróleo bruto de Cabinda, começou a ser exportado, garantindo uma disponibilidade de cambiais até então perfeitamente desconhecida e capaz de eliminar as “eternas” dificuldades de transferências que constituíam o principal entrave ao crescimento; este produto, que ainda em 1968, não constava sequer da lista das principais mercadorias exportadas e que, em 1969 parecia um valor, que mesmo assim o colocava em 4 lugar (após o café, os diamantes e o minério de ferro), e que viu em 2 anos duplicar os seus valores, para que em 1973 passar a constituir a principal fonte de divisas do país “ Angola”, com ceca de 30% de valor total de exportações;
- b) Pressionado politicamente por todos os lados, em função da sua política colonial, Portugal embora continuasse a proclamar o princípio do “orgulhosamente só” procurou estimular o investimento estrangeiro em Angola, como possível forma de encontrar novos aliados;
- c) A agricultura de carácter empresarial, baseada na grande e média propriedade até a década anterior acuada, com muitas poucas culturas, ampliava mais ainda os sinais de grande agressividade e uma apetência muito particular pelo tipo de produções de grande procura, nomeadamente; as carnes bovina, as bananas, o ananás, algodão, começando-se igualmente a considerar o interesse pelas

produções ligadas ao aumento da procura interna, nomeadamente o milho, e algumas oleogenosas.

- d) Praticamente iniciada na década dos 60, é no fim desta e nos primeiros anos da de 70 que se dá o “boom” da pecuária bovina de características empresarial. Se na zona sul do país se continua a manter a extensificação e a privilegiar a melhoria das raças nacionais, na zona norte o loteamento do planalto de Camabatela em fazendas pecuárias e média dimensão (entre 5 e 10000 hectares) e o apoio do Fundo de diversificação do café de mais de uma centena de milhares de cabeças de raças exóticas e a introdução de técnicas de manejo que envolviam as pastagens cultivadas;
- e) Foi igualmente no início da década de 70, que se materializou a viabilização económica dos chamados “colonatos”, pela expansão da criação de gado leiteiro tendo sido atingido o objectivo de cerca de 100.000 litros por dia (nas bacias da Cela, Huambo e Matala) em grande parte destinadas a fabricação de queijo.
- f) Embora de forma tímida e quase sempre a partir de investimentos externos (vindos de Portugal) começou a verificar-se uma certa alteração na estrutura do sector das pescas. As actividades tradicionais, menos valorizadas, a farinha e o peixe seco começaram a juntar-se a outras mais rentáveis, nomeadamente a congelação e do pescado, posterior exportação do pescado, assentes em alguns entrepostos frigoríficos, que posteriormente configuraram –se nos principais centros pesqueiros. O Tómbua, viria transformar-se no principal centro pesqueiro do país.
- g) A indústria transformadora começou a sentir os efeitos do abrandamento da chamada Integração de novos productos na lista das restrições quantitativas e consequente garantia da existencia de mecanismos de protecção as actividades locais. A isenção ou redução de direitos aduaneiros, em casos de descentralização, ou seja, de localização fora das zonas tradicionais de implantação da indústria (Luanda, Huambo e Lobito) as empresas passaram a beneficiar de importantes incentivos fiscais, o que explica a instalação de algumas fábricas, no Dondo, no Cubal, na Matala e outras localidades.
- h) No início de 1971, finalmente o comércio de pequena proporção ou mixto de venda a retalho, nas zonas rurais conseguiu libertar-se de um apertado condicionamento fase a sua liberação, o que originou a multiplicação de número de estabelecimentos comerciais, e que levou em muitas zonas o fenómeno concorrenciais favoráveis as

populações locais camponensas, e estas verificaram a melhoradas, embora de forma relativamente tímida as suas condições de vida.

Finalmente no seu conjunto a economia, dava mostras de um crescimento muito elevado, ultrapassando a taxa anual de 6% em termos de producto interno bruto, a preços constantes, para assistência de uma população que rondavam os 5, 89 milhões de habitantes. Qual a razão, que não permitiu uma continuidade, nesta senda daqueles que assumiram a direcção da nova realidade, que era somente política. O povo é o mesmo, grupos étnicos, etc. É sabido que a generalidade destas práticas, em grande medida coincidiram com teorias populistas, chamadas de “primavera Marcelista”, que em Angola durou até finais de 1972, e entre as quais são de realçar:

- a) Programa de generalização do ensino nos meios rurais (professor do posto);
- b) Fomento da produção agrícola, vista sob várias ópticas;
- c) A implantação de infraestruturas, através do programa de reordenamento rural;
- d) Os programas de promoção rural;

Desta forma, segundo este autor, não obstante as alterações institucionais iniciadas em 1961, que procuravam limitar práticas altamente discriminatórias e que feriam profundamente os direitos das populações (abolição do estatuto do indigena, regime de ocupação de terras, abolição do sistema de culturas obrigatórias, etc.) a evolução deu-se no sentido da consolidação de um efectivo “sistema central local”.

Que efeitos profundos exerceu, esta política, embora populista na generalidade da população, todo o processo de crescimento económico que em pouco mais de 10 anos transformou Angola? Segundo, José Manuel Zenha, em termos concretos, considera que muito pouco. Nós, realmente ainda assim sem termos um sentimento “saudosista” simplesmente com uma perspectiva analítica, fora do imaginário, somos de opinião, contrária, fizemos academia, o que nos permite fazer análises profundas, mas também temos a academia da experiência da vida vivida. Achamos de que muito se fez, se tivermos em conta que o objectivo de um sistema colonial é o de “sacar recursos”, ou seja apropriarem-se dos recursos naturais, e nunca trazer o desenvolvimento, lá para as paragens em colonização. Queremos, deixar aqui já um “kiding” na perspectiva da biogeografia (faunisticamente falando); as formigas, quando localizam um elemento florístico (árvore, arbusto) com elementos de glicose (açúcar), eles

invadem totalmente essa espécie faunística, colonizando-a, tomando para si a quantidade de glicose suficiente para si, e depois abandonam, quando já não haver sinais do procurado. Entretanto se a espécie florística, continuar a dar sinais de renovação, na produção do elemento procurado, no caso (glicose), elas, buscam estratégias de recolonização, com o retorno a ela, num sistema cíclico. O outro exemplo, poderíamos avançar no campo da biologia (faunisticamente falando), as espécies de gafanhotos em período de seca, emigram até a zonas com cultivos, invadindo-as ou mesmo, colonizando-as, eliminando quase na totalidade, do verde. Exemplo da praga de gafanhotos, que assolou o sul de Angola em 2021, conta a história que esta emigração, é cíclica, num processo, idêntico das colonizações politicamente falando e concretamente a portuguesa, e outras. Narra a história de Portugal que as viagens de Vasco da Gama, a caminho da Índia, puderam ter um conhecimento incipiente da realidade e do potencial que as costas do continente africano contornado, tinha na realidade. Foi na zona que hoje conforma o território angolano, que foram identificadas, belezas, com espécies exóticas, o que chamou atenção a Vasco da Gama, parando, as suas caravelas, em busca de água potável se aperceberam das riquezas, do continente, com um potencial de recursos (pedológicos, minerais, florísticos, faunísticos), extraordinários, o que provocou admiração e conseqüentemente a tendência de ocupação efectiva daqueles com maior potencial. Tenha-se em conta o princípio de continuidade de acções. Pois depois Diogo Cão, vem cimentar, o foco, apresentado por Vasco da Gama, estrategicamente, estreitando acordos, com os soberanos do Congo.

Com uma visão crítica, não simplista, achamos que, para o que se pretende entender como desenvolvimento, é fundamental aceitar que se assistiu a um certo crescimento na produção nacional, o que veio a posicionar Angola no ranking dos países, em franco crescimento, as portas do crescimento excessional embora colonizados, conforme frisou José Manuel Zenha em nota referida, ter atingido o 4 lugar a nível mundial, em alguns productos (nomadamente petróleo, café, sisal, etc).

Populismo, purga de Angola: Hoje

Retratar o fenómeno do populismo, em análise, nos dias de hoje em Angola, é fundamental. Para tal temos de nos despirmos de camisolas, ou cores partidárias sob pena de ficarmos obsecados e confundidos, com algum sistema político tirando conclusões unilaterais, precipitadas, irrealistas e erradas o que pode transtornar as futuras gerações, que só tem

academia (faculdade) e não a academia (da experiencia de vida), tão pouco um barómetro comparativo, entre o ontem e o hoje, tão pouco a história, retratou, questões imperativas, fazendo pontes, de ligação, entre o ontem positivo, e o hoje. É imperativo olhar para o período que marcou a proclamação da independencia em 1975 analisando as distintas etapas, caracterizadas por processos complexos: referimo-nos aos acordos, de Alvor que, estiveram na base das conversações, até a independencia.

Conforme enfocamos no inicio da nossa análise, onde espelhamos no apartado anterior, referindo-nos do período colonial, pois entra inpreterivelmente na história de Angola, o ontem, para podermos falar do hoje e perspectivar o futuro. É pertinente trazermos neste apartado, o processo de descolonização, lincando assim as diferentes expectativas da análise.

Abril de 1974 a Novembro de 1975 , não constituiu simplesmente uma data, de independencia, mas em si também um processo transitório, onde sucederam-se os grandes factos historicamente denominados, com a presença de movimentos que exigiam a auto determinação, e libertação do território angolano das garras da colonização, evocando nos seus programas de acção o “ programa mínimo = independencia”, significando que a independencia era o assunto por cima da mesa de conversações, no Estoril em Portugal, e posteriormente, o programa “ máximo ou alargado = desenvolvimento”, o aspecto mais importante, relacionado com a mudança das condições de vida dos angolano, no país.

Estamos alinhados com o autor, José Manuel Zenha na sua brilhante obra “Angola- O futuro já começou”, pois constitui a grande preocupação senão mesmo fundamental, olhar para o futuro que foi passado, pois é do desenvolvimento que nos preocupa , se o futuro realmente já começou, isso nos anima, pois estamos todos expectantes nesta quisito, do desenvolvimento. A pergunta se repete sempre e quantas vezes for necessário; planificar o desenvolvimento, era ilusão ou é uma realidade necessária?

O problema põe-se em saber, qual a importancia que tiveram para a actual situação da República de Angola, os seguintes factores:

1. A herança colonial;

Tratando-se de uma herança achamos que deveríamos ter o cuidado de conservação, toda a estrutura herdada, principalmente no aspecto

económico, dando continuidade, aos aspectos relacionados com crescimento económico, conservando, todo património, a exceção do político, imprimindo-lhe o princípio da sustentabilidade, ou de continuidade, nos indicadores, referidos em páginas anteriores, alcançados em 1973.

2. Os erros cometidos na gestão do País;

Desde a independência a actualidade, assistimos a falta do sentimento de missão e de coerência entre as acções sectoriais na sua maior parte resultantes de uma forma de agir voluntarista assente no pressuposto de total autonomia sectorial e regional; errar é humano, quando se está realizando uma determinada tarefa. Mas errar por falta de conhecimento, já não é aceitável, sob pena de perigarmos a condição de quem de nós depende. Agora errar intencionalmente, já constitui crime, falta de vontade. Um dizer popular, expressa; Proibir que um pássaro pouse na nossa cabeça, pode parecer possível, pois ele poderá chegar e executar a sua pretensão, agora permitir que ele “ faça um ninho por cima da cabeça, isso, só depende de nós; permitir ou não”.

3. A guerra que, praticamente sem qualquer interrupção, se manteve até 2002;

Falta de sabedoria, ou de vontade política? A questão, foi falta de sabedoria, de temor ao Criador e os seus mandamentos. Pois as Sagradas Escrituras, ensinam os 10 mandamentos, e um deles é o “não matarás”, ou é “amarás ao teu próximo como a ti mesmo”. Um adágio popular ensina; não faças ao outro o que não queres que te façam a ti. Houve falta de vontade e compreensão por parte de quem não sabemos, a verdade é que, conversar até esgotar as reticências, sempre é a melhor solução para os problemas, sejam eles quais forem. É evidente que não é possível encontrar uma resposta plausível e acertada, para justificar a referida importância com que cada um destes aspectos continuou para todo, neste ponto nosso alinhamento, é claro, mas não queremos deixar de sublinhar de que, tudo esteve ligado a posição musculosa que cada indivíduo assumiu perante a complexidade do processo.

Depois de 11 de Novembro de 1975, Angola e os angolanos enfrentariam o primeiro grande problema; cumprimento cabal e eficaz do que haviam proposto, aqueles que haviam tomado a dianteira da “independência” e consequentemente o “desenvolvimento”, facto que até hoje a história de Angola, os investigadores/ historiadores não fundamentaram com

claridade, se foi fulano (X) ou (Y). Apartida com a questão da proclamação da independência, feita historicamente pelo comité central de uma das partes unilateralmente estava aberto o dilema político, longe de uma concordância mútua, entre os principais protagonistas, do cenário político (FNLA, MPLA e UNITA). A verdade é que assistimos tres palcos de proclamação de independência: um em Luanda,- protagonizado pelo MPLA; outro no Huambo, pela UNITA, e outro no Uíge, pela FNLA. Os que discutiam o direito a auto determinação do povo angolano com uma independência total, não foi um acto pausado, tão pouco consensual, nem ético, moralmente, sendo simplesmente válido em disputas políticas. Viremos a esta questão mais propriedade.

Um outro grande problema registrar-se-ia, com a prática do “saque” efectuados primeiro, pelos colonizadores, (prática aceitável, pela condição de colonizadores), e que se fizem presentes desde aquela altura, até em 1975, altura da independência, e de 1975 nos dias de hoje, pelos novos donos da economia angolana, (prática não aceitável, repodeável, de tde todas formas), pelo comprometimento com o povo. O que é arripante é que viria por-se de manifesto 46 anos, depois, de forma escalofriante, “sem dó, nem piedade” o saque direccionado por nacionais, supostamente donos do país. Aqui colamos um aspecto que em paginas anteriores na análise referente ao populismo verso expurgo em Angola Ontem, onde assinalamos com o termo de **proprietários** e não donos os colonos. Perante esta nova realidade, os donos de Angola, converter-se-iam nos “novos proprietários da economia de Angola”. Para podermos esclarecer este assunto, recorreremos a uma obra de Francisco Louça (2014) com título, “os Donos angolanos e Portugal”, onde elites de angolanos, integraram grupos, de malfeitores. Nesta nossa visão, os novos proprietários de Angola, constituídos na nova oligarquia angolana, constituída por grupos de individuos identificados que, vamos referenciar a partir da obra que fizemos menção neste apartado: referem-se nomes tais como: (1) Isabel dos Santos, e as suas interligações (Américo Amorim Angelo Correia, Balsemão, Nabeiro, Proença Armando Vara, Stanley; (2) António Mosquito (Luís Montez, Control Investe) (3) Kopelipa (José Leitão); (4) José Leitão (Armando Vara, Hélder Bataclia, Teixeira Duarte, Jorge Armando); (5) Álvaro sobrinho (Paulo Teixeira Pinto, Helder Bataclia, José Dirceu); (6) José Eduardo dos Santos (José Bráz da Silva, António Maurício). Existem muitos outras personalidades, não referidas nesta obra, por isso nos reservamos, em fazer referência dos seus nomes, embora saibamos quem são, e as suas ramificações, num acto puramente de amiguismo. Nepotismo, etc.

Para falar do aspecto muito importante, segundo José Manuel Senha (2007), residiu no seguinte: na sua generalidade, o aparelho equipamento). Exceptuando alguns serviços antigos, tradicionalmente procurados pela então burguesia africana, tais como os correios, a alfandega, a fazenda (actual finanças, e os serviços de saúde). Anotar aqui que embora estes serviços estivessem operacionais, com menos intensidade, a sua eficácia se foi perdendo ao longo dos anos, a medida que se degradavam outras condições, logo a ruptura com o passado, não demorou a chegar, até aos dias de hoje, num estado de total ineficácia, excptuando, os serviços de finanças hoje AGT, e alfandega. Por outro lado com o éxodo de funcionários e outras personalidades, não ficou quase ninguém capaz de transmitir as mais simples e elementares rotinas de funcionamento, das instituições! Então qual a razão dos pronunciamentos de que com a independência todos os quadros fugiram do país? A base de toda administração local portuguesa, o chamado quadro Administrativo se tinha evaporado? Não é verdade. Muitos dos profissionais que operacionavam nestas áreas ou sectores, continuaram em Angola.

A verdade é que o ambiente geral que se instalou naqueles períodos, foram de uma grande euforia (concretização do sonho), enorme, e um entusiasmo (desejo de participar) descontrolado. Euforia e entusiasmo que quase na visão de José Manuel, sempre faziam esquecer as dificuldades do quotidiano.

O poder ora instituído parecia nesta fase, para além de personalizado, na figura do presidente Agostinho Neto, extremadamente diluído em organizações de base de tipo de comissões diversas (moradores, trabalhadores, camponeses), na sua maioria eleitos com participação directa pela população, sob o auspício do slogan/lema: o “poder popular”. Foi um período chamado, período das “comissões de emergência, ou de reestruturação”. O objectivo era recuperar a economia, retomar os níveis de produção de 1973. Era uma ilusão ou realidade?

A verdade é que quatro décadas e meia, depois de tal desejo, os níveis quer, de produção, assim como de crescimento, não atingem 50% daqueles 6%, do PIB, alcançados em 1973. Recordar, que só sobreviveu a exploração do Petróleo, constituído na principal fonte de robustez da economia angolana, em detrimento, dos demais activos agrícolas (café, sisal, algodão, etc), minerais (ferro, ouro, prata, rochas, etc); pesqueiros, e muitos outros. Como começar um monstro destruído por falta de visão de continuidade? Mais vale tarde do que nunca, a verdade é que 46 anos depois da grande

derrapagem, ouvimos com preocupação e pressa, o discurso da “diversificação da economia. Diversificar uma economia, tem de ser feita, de forma inclusiva, e numa de forma exclusiva, onde os programas financeiros (protdeses, kwendas, etc.), são selectivos, jogando, a maioria dauqueles, com certa competencia, poderiam fazer a diferença.

É evidente e concordamos, com a preocupação do primeiro Presidente, António Agostinho Neto, quando fez a pergunta; com quem se deveria contar, numa fase de euforia, e entusiasmos descontrolados, para realizar tal proesa, tão difícil e alcançar, sem uma visão sustentável, do desafio. Um aspecto importante é registar que estávamos com os olhos numa economia que, perdia constantemente robustez, a pensar, pela fuga massiva de quadros para a metrópole, e aqui com uma população maioritariamente analfabeta, pouco ou nada se poderia fazer, naquela altura. Na nossa perspectiva poderíamos contar om todos, excepto com os, quadros políticos, vindos do exílio, por simples facto de serem quadros políticos, muito poucos tecnocratas. Achamos verdadeiramente, que os políticos, estrategicamente, terão invertido, os objectivos da ciencia “Economia E política”, pela estratégia, conforme explica Pepetela, o egoísmo do homem atual, passando a fazer “políticas e economia”, que explicaremos um pouco mais adiante em apartado próprio, numa abordagem dialéctica da escolha pública. Pois esta inversão, por falta de conhecimento científico, ou não estratégia política, não sabemos, o que sabemos é dp impacto negativo, introduzido, na economia.

É necessário conceptualizarmos alguns termos. Normalmente a medida mais utilizada da dimensão do sector público segundo Cruz José Neves na economia, é o quociente entre despesa pública e a produção do País, num determinado período(normalmente um ano). No entanto quer relativamente ao denominador, quer quanto ao numerador, há várias hipóteses que podem ser consideradas. Isto levou ao escritor Cruz, a questionar *qual seria a melhor medida da dimensão do sector público.?*

Nós na verdade pela incursão que fazemos nesta obra, mergulhamos no mesmo questionamento, tendo em conta da anãlise profunda que fazemos de um do Países africanos Angola que apresenta muitas deficiências neste dominio.

Começando por analisar a questão o denominador, normalmente relacionado com a produção anual é medido pelo Productio Interno Bruto (PIB), a preços de mercado. Aqui poríamos um primeiro problema, o da mensuração da produção nacional, pelo facto da economia nacional, ser

maioritariamente informal. Esta questão poderia responder a questão proposta pelo escritor, e subscrita por nós.

A segunda grande questão apresentada pelo escritor recolhida por nós, tem haver com Producto Nacional, Líquido de amortizações ou não, a custos dos factores ou a preços de mercado. Todas estas opções influenciam a medida da dimensão do sector público. A Pergunta que se impõe é, se houve realmente a dita “inverção”, referida em linha anteriores esta lógica, é anti-dialéctica, ao invés de dialéctica. Que consequencias, teraria para a economia de um país, com as características de Angola?

Responder, a este tipo de perguntas, requer, olharmos, para o mestre, principal, a participação do Estado. Quais as funções do Estado na economia?

Referido pelo escritor Manuel Zenha que, Agostinho Neto usou a seguinte frase: temos de “mover as nossas noras, com os burros que temos” (citou de cor), obrigou a que cada posto de trabalho fosse preenchido por quem estivesse disponível, sem importar se tinha competencias ou não, mas a questão dos burros não ficou claro, até hoje.

A crença na simplicidade do que, era preciso fazer algo, Agostinho Neto, acima de tudo preocupado, pela inexistencia de outra solução, foi o que esteve na origem de um fenómeno que “ousou” entitular de “simdróma monanguanbé”, já que foi no poema escrito pelo nacionalista e poeta António Jacinto, que encontramos a sua mais profunda explicação: a convicção ou a necessidade de criar, a riqueza criada pelos próprios angolanos, sob pressão colonial.

O futuro veio a mostrar como esta visão era, necessariamente simplista, redutora e, nós crescemos de populista.

É verdade que nem toda gente qualificada tinha abandonado o País, particularmente alguns quadros da chamada “administração local”. A questão foi que, havia uma pretensão de recompensar os que de forma directa tinham participado na luta de libertação e os vindos do exílio, serem estes os com direito de ocupar um lugar, não importava, em que área.

Muitos ex funcionários públicos da outra senhora, que com competencias haviam dado o seu contributo no crescimento da economia de Angola, que em 1973, atingiu lugares cimeiros 4º lugar a nivel mundial (café, sisal, algodão, etc), ainda polulavam nos antigos destritos, actuais

províncias, municípios, e ou tras localides onde haviam laborado, também estes estavam eufóricos (por acabar com discriminação laboral a que estavam submetidos pelo colonizador), e entusiasmados(para dar o seu contributo num contexto político novo e a nnova realidade política de liberdade), mas infelizmente muitos viram a discriminação, dos novos protagonistas do cenário político actuarem na qualidade de novos entrantes , como haviam actuados os que saintes, muitos para a metrópole como afirmamos anteriormente, tudo era muito complexo. Avizinha-se um novo sistema neo-colonial? Havia possibilidades de se falar com aqueles que haviam dado provas de competencias nos seus afazeres, com seu saber! E saber fazer? O problema acho não temos dúvidas, em afirmar o princípio de uma ideologia, retrogada o que levou com que as coisas derrapassem a tal ponto de não mais se recomporem. Aqui, podemos justificar o referido “vazio, a euforia e o entusiasmo”.

Registemos que em Março de 1976, em Angola haviam ficado aproximadamente entre 30 a 40 mil portugueses, sem mencionar que neste número, estavam incluídos os angolanos brancos, muitos dos quais nunca terem pensado, sequer optar por Portugal, em termos de nacionalidade. Foram muito pouco os que, sendo angolanos de nascimento, renunciaram ser angolo-lusos, no prazo legalmente estabelecido. O S.O.S. Angola, de Rita Garcia apontava para que em 1975, cerca de 200mil portugueses abandonaram a sua vida em África. É curioso que as faixas etárias, era predominantemente jovem entre os 18/25 anos e mais de 55 anos. Não esquecer que entre eles, se supõe que haviam profissionais com qualificação, experimentados em administração local, embora no (sistema colonial), mas como referiu José Manuel, anteriormente tudo era complexo, achamos que era nesta complexidade que deveriam os líderes daquela altura, passarem a promover políticas de inclusão e nunca de exclusão. Agostinho Neto, ter-se-ia sentido com o simdroma de complexidade, quando questionava, “quem...” poderia ajudar a manter o desempenho daquela máquina admistrativa e técnica! Achamos que sim pois também os regressados do exílio, chegaram com a mesma euforia, e entusiasmo revolucionário, só que especulando um pouco, em ocupar os lugares, prometidos, por quem, não sabemos. A verdade é que, assistimos, políticos assumirem cargos, altamente técnicos: ministros de educação, saúde, indústria), como consequência, destruição total. O pior de tudo, é que se criou, a mentalidade de corrupção, que hoje é, o pior mal a combater, e tem impacto negativo para o desenvolvimento do país.

José Manuel (2008), anota de que, começou de forma generalizada o síndrome da “desconfiança” em relação aos que tinham ficado. desencadeou-se uma verdadeira disputa, obsessiva para um outro tipo de conquista, desta feita não da independência, pois que essa já se havia alcançado, com base no “programa mínimo”. O novo tipo de conquistas, agora era e é até aos dias de hoje o de conquistar os lugares, mesmo sem ter conhecimentos técnico profissionais, cientificamente argumentados, para exercer este ou aquele cargo, ao mais alto nível (ministros, governadores, directores empresariais, etc), tínhamos entrado no que se chamou a ruptura das rupturas que até hoje se verifica e com ela os grandes “saques”. Entrando em cena outro tipo de síndrome do o da exclusão com o fenómeno da doutormania. Chamar de doutor a qualquer indivíduo, desde que exercesse um cargo político, foi e é uma prática nos dias de hoje. Não nos esqueçamos que uma boa maioria, tinham estado no exílio, particularmente nos países (París, Argélia, Cuba, Marrocos, Congos, etc) onde nunca tinham desempenhado uma actividade profissional, fora de (militar, engenharia militar, alguns médicos para assistência dos guerrilheiros) sem fazer referência ao total desconhecimento da realidade verdadeira e concreta da situação e necessidades vividas dentro do País, ao contrário do colonizador, que conheceu a realidade dos nativos durante 500 anos, conviveu, estudou, investigou características, dominando é claro, mas interagindo, culturalmente, razão pela qual foi implementando uma mudança ainda que tímida, com uma percentagem de populismo, particularmente com maior intensidade, nos anos 70, 71 até 73, implementadas por Marcelo Caetano.

Estes novos protagonistas, nas vestes de nacionalistas, indivíduos cheios de valores negativos inconfessos (imoralidades, nepotismos, manias de todo tipo, etc), conduziram o fenómeno da desconfiança sem limites, ao que veio a produzir o que nós denominados com o conceito de “expurgos” nesta obra.

O que realmente aconteceu ainda sob ponto de vista de crescimento, José Manuel Zandra, afirma que, logo após o 25 de Abril em Portugal, assistiu-se a uma generalizada descapitalização das empresas acompanhadas de um incremento de fuga de todo tipo de recursos para o exterior, agravamento do sector bancário, já voltaremos a este assunto com alguns detalhes.

Entretanto em Dezembro de 1977, reunido em Luanda, realiza-se o I Congresso do MPLA, que aprovou as transformações de Movimento em Partido da classe Operária, guiado pela ideologia “maxista-leninista”, e

confirmou-se as decisões do confisco e da nacionalização de unidades económicas importantes na melhoria do aparelho de direcção da gestão e controlo: foi neste contexto , que se criam as premissas básicas para a implementação no País do sistema de planificação centralizada do desenvolvimento económico e social. Pese embora ao contrário do que muitos afirmavam sobre a “planificação”, não ser mais do que um método de optimização de utilização de recursos, praticado em todos sistemas económicos, embora em níveis diferentes a planificação, é uma estratégia importante , mesmo para as nossas vidas pessoais.

Concordamos que teria sido mais correto caracterizar esse passo por “direcção centralizada da economia”, admitindo que neste conceito era viável, do nosso ponto de vista, nas condições então vigentes em Angola, o que consideramos ser mais uma chave acelerada no cadeado do “populismo político” emcoberto na realidade, pelo dirigismo político até então. Uma passagem Bíblica, diz que porta que Deus abre, ninguém fecha, e inversamente, porta que Deus fecha, ninguém abre. Mas esta questão, do populismo, nos dias de hoje, 46 anos depois de 1975, mas se parece com um cadeado que, alguém fechou, e ninguém, consegue abrir.

Uma questão importante, neste tipo de análise é saber, quando se fala de desenvolvimento é lógico que o fazemos com base em critério científicos, e para tal é necessário avaliar indicadores.

Terá havido confusão entre o conceito de – crescimento e desenvolvimento?

Havia, um pouco por parte de muitos responsáveis pelo País um perfeito conhecimento da situação real. O jogo de empurra havia começado, não sabemos porque! a verdade é que os níveis de crescimento de 1973, estavam retrocedendo em casos mesmo inexistentes. “de quem foi era e a será a culpa de todo este embróleo ao verdadeiro desenvolvimento imaginado?”. Retomemos as perguntas feitas anteriormente, se África conforme afirmou o líder do MPLA, A. Agostinho Neto, ser um corpo inerte, onde cada abútre, vem debicar o seu bucado, quem trouxe e permitiu que essas aves chegassem a Angola, uma das partes do grande corpo “África”, e debicassem os seus bucados prejudicando o herário público de todos angolanos, com “saques” de bilhões e bilhões de divisas)?

Tentaremos demonstrar, que nada teve haver com o colonizador, mas sim, acreditamos nas palavras de escritor Pepetela, quando escrevia qu, o homem actual era “egoísta”, o que nós ainda chamamos, serem nos dias de hoje.

Uma breve análise sobre o hipotético chamado, desenvolvimento económico, no triénio 1978-1980.

Tentaremos, demonstrar, que houve um profundo sentimento crítico, que nada tinha em comum com o que figurou, em conselhos consultivos, de vários sectores, do País.

É necessário afirmar que no ano de 1978, intitulado ano “da agricultura”, pouco ou nada choveu, e este é um facto de anotar. O início da década de 80 representou o ponto mais alto, em termos de rigor, na definição de princípios, embora os resultados se distanciavam a largos passos do previamente previsto, alcançar os níveis de crescimento de 1973, pela constacção de uma série de factores. A partir de lá para cá, começou a surgir outro tipo de simdróma o da “desacreditação”, pelas leis, pela seriedade dos princípios evocados (a imoralidade toma dianteira, com a indisciplina, quase que como um cancro, o deixa andar ou lesséz – fáire, a corrupção inclusa intelectual, perda de valores. Para além do aumento da negligencia e da propotencia, aumento de atitudes negativas (individualismo, o proteccionismo, o nepotismo, cabritismo, doutormania, etc), entraram em acção de form drástica.

Caros leitores, amantes deste tipo de incursão literaria, talvez por estas e outras, acima referidas, pelo facto de ter deixado de acreditar em algumas coisas com que havíamos, todos, nós e eles sonhado, de termos um país livre da colonização e em pleno desenvolvimento depois dos pressupostos alcançados e deixados pelo colonizador; assistimos hoje o jogo perigoso do “todos contra todos”, na luta pela sobrevivencia do dia a dia, será isto o princípio de um sistema já vigente em outras paragens com o conceito de “New- colonization”?

Sem estarmos possuídos do pensamento “derrutista”, tão pouco de “pessimismo” excssivo, a verdade é que continuamos a verificar a consolidação de um país dos “mega esquemas”, a passo de um tipo de economia, que avança timidamente, para uma economia rececionista, as portas da quinta recessão, não que as recessões, sejam exclusivas de Angola, mas a verdade é que introduzimos cada vez mais o “informal”, na economia, o que pde perigar a meta para o desenvolvimento, onde as vias

de acesso quase inexistentes, e outras com asfalto descartável, com duração de menos dos períodos de 50 anos convencionais, praças por tudo que é canto e recantos de quase todas as cidades pelo País, optaram, em certos casos, pela desconfiguração das fachadas das residências abrindo, as janelas abertas, ou adaptando as garagens de viaturas para restaurantes. Quanto às condições de vida das populações, traduzidas em miséria cada vez mais assentuada, os bens da cesta básica da cesta, cada vez mais abaixo da capacidade de compra da população, muitas delas sem as calorias necessárias para um organismo humano, e dos serviços e pelo aumento galopante dos preços no mercado paralelo, sem falar das possibilidades financeiras para fazer frente aos custos.

Na verdade, se em termos ideológicos, que caminhou “mano a mano” com o sonhado desenvolvimento económico, a verdade é que o sistema não foi entendido pelo povo, logo, teria sido um erro apreguar um lema tão pesado, o do “o mais importante é resolver os problemas do povo”, como se esse mesmo povo tivesse uma quota do entendimento, (85% de analfabetos) por detrás de uma ideologia política puramente “populista”. Agora em relação a outra franja da população desta composta pelas “elites”, os princípios poderiam na aparência ser aceites e recitados, por más práticas e não eram seguidas. Houve a necessidade de se criar uma elite que não dispusesse apenas das vantagens concedidas pelo exercício do poder político mas que a estes juntassem as bases da criação de uma futura, “oligarquia económica”, por outras palavras passar a proprietários, seriam estes no futuro a constituir o que, João Lourenço, nas vestes do Presidente do Partido MPLA e da República, viria a chamar de “marinbomdos” na sua bandeira contra a corrupção?

A política de privatizações levadas a cabo nos anos 1990, analisada por José Manuel Zenha, e repassada por nós, já o dissemos e queremos reiterar que o que pretendemos não é fazer um estudo sócio económico, por ser um tema em foice alheia, simplesmente buscar várias formas de entender um problema, que nos empurrou, para o fundo do poço, que tememos estarmos numa perspectiva da “mesmicidade”, com a primeira e segundas Repúblicas, e as portas desta terceira República, com intensificação dos actos de corrupção, nepotismo, etc. Um aspecto, na análise, que fazemos, aplicando o método comparativo, quanto ao desempenho dos líderes Angolanos: Agostinho Neto, primeiro líder, recebeu o país de Portugal, infelizmente, não teve, nem tempo de nem oportunidade, de fazer algo, pragmático, em benefício do povo, por falecimento. O único na nossa perspectiva, que este líder, deixou, foi a construção do círculo de elites

políticas, constituída, por um grupo específico de individualidades, bem identificadas, por famílias: Vandúnen, Almeida, Espírito Santo, Vieira Dias. O segundo líder, na segunda República, José Eduardo Dos Santos, que veio substituir, o primeiro Presidente, de 1979-2017, vai ter um protagonismo, um pouco mais pragmático, com o legado de Neto: pese embora de receber o legado de Neto, também recebeu, a estrutura política deixada: a elite, referida anteriormente. Porém, na nossa visão terá, percebido, bem os slogans “o mais importante, é resolver os problemas do povo”, e com este desafio, e na qualidade, de “arquitecto da Paz”, vai construir, uma obra de arte, o que nós chamamos do canal de vasão”. Este canal, permitiu, fazer vasar, uma percentagem, de recursos financeiros, pondo a disposição do povo, a oportunidade, (dos 100%), reduzir, 20%, o que permitiu, a que cada membro da sociedade, os mais pobres, pudessem resolver, guardando alguns valores, e com eles adquirem divisas, no mercado informal (kinguilas), e assim resolverem alguns problemas: casa, saúde, viatura, poupando para outras necessidades. Entretanto, com a vigência da nova legislatura, 2017- 2021, um novo cenário, vai surgir: o novo líder, nas vestes de reformista, vai implementar, uma série de reformas, muitas delas drásticas; a aquela elite, criada pelo primeiro presidente, e sequenciado, pelo segundo, vai continuar vigente, nesta terceira República, só que desta vez, uma nova estratégia, vai surgir: primeiro, o mesmo círculo de elites formado por António A. A. Neto, retomado por JES, reentrado, por JLO, agora, volta para a disposição, dos 100%, da economia, circulando. Um aspecto de exclusão, vai acontecer, em relação, aos membros da população, que outrora, tinha a oportunidade, de satisfazer as suas necessidades, referidas, com a estratégia, de abertura criada por JES. Quanto os 20%, vazados para o canal, popular, agora, está fechado, hermeticamente, como se de um betão se tratasse. Ninguém mais tem as possibilidades, de fazer as chamadas poupanças. Uma miséria descomunal, começa a ser sentida, pelas populações, gritos de socorro, nacional, e internacional, se faz, sentir, e faz eco nas organizações (Ongs, e outras), surgem uma classe, os denominados “pobres crónico”, provocados por situações, sócio/ políticas, com a delapidação do herário público, por aquele círculo de elites, criados, na vigência da 1ª República, retomada, pela 2ª. Agora em águas turvas, na 3ª, com um grito, agora não de socorro, pela sobrevivência, mas pelo retorno da grande fuga de capitais, através da declaração, de luta contra a corrupção. Para pior a situação, como um mal, não vem só, em 2019, vai surgir, a pandemia, da covid 19, e claro para piorar a situação da economia. Para além, de crise natural, com a falta de precipitações, e conseqüentemente, uma seca, cevera, danificando, o

sistema productivo, com uma maior incidência, nas províncias do sul do país (Cunene, Huíla, Kuando- Cubango, e Namibe. Toda estas situações, podem permitir, a que um país possa emcionar, o conceito de desenvolvimento, que é mensurável, por variáveis (PIB, IDH e Industrialização), no âmbito dos programas, 2030- 2063?

Antes de mais é fundamental saber se houve transparência na política de privatizações levada a cabo, nos anos de 1980, e acção contínua, nos dias de hoje nos anos 2021. É que a transparência, é um dos condimentos essenciais para a moralização de uma sociedade.

O autor na sua obra, fez a mesma pergunta que qualquer pessoa interessada no desenvolvimento do País faria, tendo em conta que havíamos saído de um sistema capitalista, depois para o sistema de economia centralizada , com ideologia socialista/ comunitária, e que agora começavam dar-se sinais de abertura para um regresso tímido, ao capitalismo acuidado, a julgar pelas palavras do Presidente António Agostinho Neto; (se não tivermos cuidado, poderemos cair num capitalismo, selvagem não confessado...), com as privatizações. Quem seriam os novos donos das empresas privatizadas, que outrora, se encontravam, na alçada do estado, como empresas públicas?

A questão primária é saber quantas empresas foram privatizadas? a verdade é que as respostas não eram satisfatórias, porque ninguém a respondeu. O SEF (Saneamento Económico Financeiro), um dos primeiros programas tinha como objectivo desenhar uma correcta perspectiva em que, o redimensionamento apresentaria as privatizações como uma das componentes de todo aquele processo, tendo elaborado excelente legislação com uma metodologia a seguir, que infelizmente derrapou, e falhou. Então o é que falhou, e porque, falhou? Muitas foram as empresas nacionalizadas, pelo estado angolano, e evoluíram para empresas públicas, em que o grau de autonomia de gestão eram totalmente administradas, pelos novos gestores (PCAs), que sobreviveram. O cerne da questão ainda assim depois de tal processo, a maioria delas estavam paralisadas, ou laborando apenas para pagar os salários quando fosse possível. Esta situação aconteceu fundamentalmente na indústria e em alguns casos nas pescas. Na agricultura as grandes empresas de serviços continuaram nas mãos do Estado, embora as de produção do café tivessem sido privatizadas, registando-se o real abandono dos “agrupamentos ou Unidades de Produção”. Todo o comércio que se tivera privatizado (Empas, Egrosbal, Erebind.etc), diluíram e deram em nada. A pergunta surge: como foram

feitas aquelas privatizações e o que ganhou o Estado com as mesmas? E se é que ganhou algum, onde se registou esse ganho?

Quase a totalidade das empresas privatizadas, muitas das quais passaram a titularidade, (atenção deste pormenor, foi uma passagem, nem adjudicação- directa, nem compra), directa ou por interposta pessoal do antigo ou antigos responsáveis, não foram objecto de concurso, como estava previsto, mas sim de uma acção imoral, baseada, em transferencia, por companheirismos, coleguismos, numa palavra, nepotismos. A sua avaliação foi na generalidade feita muito por “baixo valor”, para dar sentido dos poderes que o Estado exerce sobre uma determinada empresa pública, e elas estavam numa fase de implementação, que legalidade houve para as aleanções feitas nas empresas privatizadas foram feita por “mega esquemas”, que papel terá jogado uma das estratégias de privatizações. Cientificamente, o conceito empregue, nestes casos, são as “Golden Cheias”, que funcionam como um árbitro entre o Estado e as empresa públicas e consequentemente os processos de privatizações. Que papel jogaram aqui essas estruturas? Se é que eram conhecidos, estes mecanismos. E com respeito ao “Contrato-Programa” que entendimento houve e há a este respeito? Exemplo das empresas de comunicação, como televisão, rádios emissores, que uma vez alienadas a privados, estas empresas não cumprem os reais objetivos de uma gestão independente, sob pena de terem de cumprir, com as orientações do Estado, não gerando lucros, em conclusão, estariam na falencia, mas não ocorre porque, o Estado subsidia-as (estrategicamente), sob alçada política, em defesa do partido, que sustenta, governa, (executivo), numa expressão máxima do populismo político. Ainda assim este não foi o maior dos escândalos, para que o Estado não ganhasse quase nada com as referidas transferencias, das empresas a novos titulares. Foi previsto um pagamento escalonado em moeda nacional sem clausura de indexação ao dólar face a desvalorização do kwanza que, se foi verificando. Quem adquiriu) (a empresa), por 1 milhão de kwanas, que na altura da aquisição, poderia corresponder a 10.000 dólares, anos depois, não sabemos quantos, terá pago o equivalente a 1.000 dólares, se é que pagaram! Perguntamos, como fazer desenvolver a economia de um país, oferecendo empresas, que deveriam ser o basteão da recuperação da economia perdida depois de 1975?

Para concluir este capítulo uma questão há que, recordar a nova geração. Iniciar-se-ia uma corrida, com recurso aos Planos Ajustamento estrutural (com as mãos estendidas ao: FMI e Banco Mundial). De tudo que até aquela altura se afirmou, com discursos políticos (1977 ano da formação

de quadros; 1978 ano da reconstrução, nacional; 1979, ano da Agricultura, etc. Nos dias de hoje assistiu e assiste-se a um verdadeiro copié-colé. Não pecamos, tão pouco erramos em afirmar que a situação económica e social de Angola não é nada famosa, como se tem, propagado em fóruns nacional e internacionail. Ademais, por ocasião da realização, do maior conclave do MPLA, lançou-se um lema, ou slogan: “MPLA, por uma Angola, mais desenvolvimento”. Outro problema, de má interpretação, a respeito do conceito sobre o desenvolvimento. Para aceitarmos, o adjectivo “mais”, requeria que houvesse, desenvolvimento nato. Mas pelo estudo que fazemos pelas variáveis (PIB, IDH e Industrialização), nos parece, muito efémero, falar de desenvolvimento, para que passemos ao, adjectivo “Mais”.

Como, ractificarmos, este discurso se ao avaliarmos as variáveis, encontramos, incumprimentos porcentuais? Quanto a industrialização, como podemos avaliar, esta variável, se a industrialização é efémera, localizadas algumas, em Luanda, na zona Industrial de Viana? Uma coisa, projectos residuais, de unidades, outra é a industrialização, que é um processo global. Com determinada cobertura, territorial, alcançando, um número considerável de empregados. Trata-se de uma visão populista.

Fazemos uma verdadeira vénia ao Professor, Alves da Rocha, que desde a sua formação como economista, docente universitário, investigador, tem demonstrado preocupação com o desenvolvimento de Angola, apresentando propostas, e relatórios (Plano de Fomento- Estrutura e Desenvolvimento Industrial em Angola), entenda-se que esta admiração em nada, tem a ver com o culto a personalidade, tão poucos vergamos as políticas populistas, mas é pela abnegação e entrega pela investigação que tem feito e pelos resultados alcançados e, postos a disposição de todo interessado, em fazer análise, com um objectivo, ou foco ális, com um objectivo, ou foco no desenvolvimento de Angola.

Quais as verdadeiras causas que provocam, e determinaram a actual situação em que o país se encontra nos dias de hoje, 46 anos depois da independencia?

Não é por acaso que tentamos escrever todas estas linhas com verdadeiro, frustração, no sentido e um pouco de “kiding”. Ora, 60 anos de idade depois do meu nascimento, fico perplexo, pois tenho a impressão de que nenhum dos programas alargado (desenvolvimento), venceu, ou teve sucesso; desde o SEF, aos Prodeses, Kuenda e por último o Proprot. Sómente, o programa mínimo (independência), se terá efectivado a 100%,

por se ter o país independentemente, embora, com alguns, controvérsias. Quanto a independência, ela não deve ser simplesmente política, mas é fundamental alcançarmos outro tipo de independência: livre expressão, livre escolhada relação sexual, liberdade de crítica), deve ser económica e política. Quanto ao desenvolvimento é fundamental que havam direitos de crescimento, igualdade, oportunidade para todos, direito a justiça de forma igual a todos.

Vale aqui recordar um idoso com quem conversamos a uns vinte anos depois da independência, a respeito como ele via os genhos de ser independente; a pergunta, feita por ele era; “menino, quando é que esta independência vai acabar?. Parecia uma brincadeira, mas tinha a sua razão de ser; ele tinha um barómetro de comparação, com os tempos da outra senhora. Recordemo-nos que ao longo do texto, palavras marcantes tais como: **imoralidade saque, desconfiança, luta pelos cargos, corrupção, nepotismo, cabritismo, doutormania, mercado informal**, , etc. são ainda hoje cartas fortes jogadas na mesa, onde 46 anos de governação pelo, mesmo partido, que promete, coisas boas e não surgem, num slogan (corrigir o que esta mal, e melhorar o que esta bem). Esta perspectiva pode realmente levar um país ao desenvolvimento?

Esperemos para ver, a esperança é a última da morrer. Nós para montarmos a estrutura de um livro com esta perspectiva, muita pesquisa tivemos de fazer, desde a procura de bibliografia, notas, etc que nos pudessem dar um balão de oxigénio, para concordar com alguns te mas, complexos e perplexos, quer de analisar, assim como de os trazer a iça do debate pois que, quase todos estamos a beira do sufoco.

A muitas décadas atrás, sempre foi, fácil reconhecer, que se haviam cometidos muitos “erros”, como se diz na gíria, “só não erra, quem não trabalha!”, mas é curioso, que para o caso de Angola, mesmo aqueles que em nada trabalhavam cometeram erros, a sonbra de um proteccionismo partidário, denominado de populismo excessivo.

Hoje nos confrontamos com as questões de inadequação do sistema adoptado, e pela incapacidade de promover a sua evolução para um sistema de economia puramente de mercado, progressiva e organizada, onde os jovens da últimas gerações, não foram educados, quanto as experienias de emprender num negócio próprio, focalizando, as suas atenções em busca de um emprego no sector público estatal, com a promoção de uma patologia académica, a doutormania, que para poder obter um emprego mais ou menos condigno, era imperativo, ter formação

superior, o que não se previu, foi que esta estratégia, é válida no tempo e no espaço determinado. Podemos até invocar os grandes desperdícios (saques, corrupções, etc), que afetam directamente a economia, mas o que nós deslustramos é investimentos de fachada. Poderíamos até mesmo citar casos de ingovernabilidade, com, uma governação de exonerações! Porque?; filosofias do imediatismo com, sonhos de que; “chegou a minha vez...”) ; corrupção (desde a gasosa, ao luçatysmo, expressões usadas, no contexto angolano, para identificar os níveis de grandes saque, no aparelho do estado, central).

O Populismo está também versus ao poder-popular. No texto perguntas foram feitas, ademais esta obra as perguntas são um sinal de insuficiência de realizações constatadas, tais como: desenvolvimento é uma realidade ou ilusão? De quem foi a culpa desde, dramas, que não permitem, o desenvolvimento de Angola? As palavras tem uma certa carga semântica, que é o estudo do significado incidindo sobre a relação entre os significantes, tais como palavras, frases, sinais e símbolos e o que elas representam e a sua conotação, com determinadas acções práticas. Se assim é cientificamente, é oportuno nesta obra tentarmos descobrir, o significado de um dos maiores erros cometidos em Angola, com o uso de expressões que criaram, ilusões e que na prática nada de novo trouxeram, pelo contrário, décadas depois da independência, os líderes que evocaram tais frases, converteram tudo na mesquice (as atitudes que tiveram os colonos portugueses, enquanto, proprietários da economia de Angola, desde da colonização, até a independência, em 1975).

Há que avaliar profundamente o que quis expressar o investigador, escritor Michel Tati, quando intitulou a sua obra “O MPLA perante si mesmo”. Analizaremos algumas passagens, nessa obra um pouco mais adiante.

Recordemo-nos de alguns dos slogans políticos carregados de um populismo significativo, que pecaram e pecam por falta de explicação ou fundamentação: “Viva o socialismo, abaixo o capitalismo”. É verdade que na história das transformações, dos sistemas, quer sejam naturais, como sociais, comprovamos que, os sistemas políticos, sofreram essas dinâmicas: as primeiras sociedades, criadas por Deus, foram o “jardim do Edén”, onde colocou, todo recurso natural (capítulo 1:1-12), e colocou o primeiro trabalhador, (Adão), leia-se também o salmos 24. Entretanto, os teólogos, tratam de explicar o significado de cada passagem Bíblica. Aqui vale mais

uma vez recordar, a máxima já referida anteriormente: “Um texto, com conteúdo não contextualizado, provoca pretextos.

Ora se assim é, houveram políticas de consumo, e estas eram feitas numa perspectiva comunitária, na nossa óptima, eram indivíduos com princípios de comunidade, e socialização. O que entendemos nós por socialismo?

Segundo as ciencias política e sociais, é uma filosofia política e económica com uma gama de sistemas político/ económicos e sociais onde impera, o princípio de repartição de igualdades sociais dos meios de produção. É inversa ao capitalismo, que embora, sendo um sistema económico, é caracterizado com a propriedade privada baseada no lucro. Um sistema de competição e diferenças pelas igualdades. Ora se assim é; o socialismo, terá transitado com os tempos, para o capitamismo, e em certos casos do capitismo para o socialismo, desde eternidade. Qual então o fundamento, segundo o qual, em Angola depois de termos sido colonizados, vivenciamos um sistema capitalista, até em 1975. numa inversão de 360 graus, a partir de 1975, experimentamos, um vai e vem, do sistema descentralizado, capitalista, para, um economico centratralizado alinhado com socialismo, depois, para o capitalismo. Que experiencias tivemos dessa viagem sistémica?

António Agostinho Neto, o primeiro presidente de Angola, presentindo esta viragem tão brusca, lançara uma advertencia política com relação ao capitalismo; cito: “se não tivermos cuidado poderemos cair num capitalismo selvagem”, fim de citação. Era uma advertencia, profética, ou que tinha conhecimento, do carácter egoísta, de alguns companheiros seus corolegeonários de luta, lá do exílio, que uma vez alcançado a independência, seriam presenteados, com algum troféu, em ocupar lugares cimeiros na gestão (política, económica), e viriam posteriormente, a ser os novos capitalistas, de Angola, independente só que na condição de capitalistas selvagens? Voltaremos a este assunto com um pouco mais de pormenores, naquilo que chamaremos de “os novos proprietários de tudo em Angola”.

Os slogans que foram ditos, numca foram objecto de explicação, por parte, de quem deiniu. Como o referimos, retomamos, agora neste apartado. Os pensamentos não esclarecidos, podem converter-se em ideias (pessoais/ colectivas), as ideias não explicadas, levam a tomar actitudes (positivas/ negativas), as actitudes, não explicadas, levam, a formar convicções, a convicções, não entendidas, dão acesso a pressunções, e

finalmente as pressunções (positivas/ negativas), permitem avaliação do carácter, um carácter, não compreendido, transtornam a personalidade. A questão que queremos analisar neste apartado, é o referente aos slogans/lemas/palavras de ordem, que são usadas, por determinados membros de uma organização política, que por não terem sido explicadas, elas poderiam ir para a caixa das expressões populistas. Recordar, que esta questão dos slogans/lemas, são produzidos, por todas as organizações políticas, a nível do mundo quer desenvolvido, como em vias de desenvolvim, Luther Márter King, expressou: I have a dream, (tive um sonho), partindo de um pensamento, criou ideias, das ideias, atitudes, convicções, carácter e finalmente uma personalidade, válida estudada nas universidades do mundo, interpretado, e revelado e realizado, centenas de anos depois, com o surgimento e efectivação, num primeiro Presidente afro-americano “negro” ; Barack Obama. Se havia cumprindo, o sonho de Luther Mather King. Entretanto Obama, lançaria um outro pensamento, Yes we can (sim nós podemos), concretizou um pensamento, onvertido numa ideia, de alcançar os necessitados, com base nos direitos humanos. O que terá ocorrido, em Angola, pelo facto de não se explicar, a maior parte dos pensamentos, que levaram as ideias, de criar os slogans, lançados pelos dirigentes do MPLA, expressados politicamente, são o fundamento dos pretextos, de classificados de populistas.

Exemplo:

1. “O mais importante, é resolver os problemas do povo” - (António A. Neto)

Na realidade, o pensamento relativo a preocupação em se resolver os problemas do povo, é humano, porém, não passou de uma mera utopia. Passados quatro décadas e meio, daquele pensamento, as ideias que teem quer o grupo alvo o mesmo povo é de que os seus problemas, infelizmente, foram promessas, que terão atingido uma percentagem, muita pequena do povo. Se tivermos em conta o aumento exponencial da população, de 5 milhões em 1975, para 30 milhões, em 2021, ao longo, destes 46 anos, assistimos: desemprego em crescimento, excluídos, em crescimento, falta de oportunidades, em crescimento, falta de garantias de saúde em crescimento, etc. Problemas considerados básicos, para oferecer qualidade de vida a um ser humano. De acordo com as organizações internacionais, que augoram que se deve derimir o problemas da: desigualdades, ... Então não temos dúvida de classificar, este slogan de populista, por ter criado expectativas no povo, que tem imensos problemas, desde básico, a complexos. Já o dissemos, anteriormen quando apartir de uma ideia, não conseguimos congrectizar, por falta de explicações, qualquer indivíduo, é livre de fazer protestas, conjenturando ou não.

2. “Viva o poder popular e o proletariado” - (António A. Neto)

Neste slogan, a esperança, foi uma realidade, com a criação de uma das instituições, (UNTA) cujo objectivo era o de sair em defesa dos direitos dos trabalhadores. Nos dias de hoje, a empregabilidade, se ve cada vez mais numa “miragem”, os despedimentos são quase em massa, os direitos dos trabalhadores/proletários, violados, aumentando o exército de desempregados, a todos níveis e classes.

3. “Arquiteto da paz” - (José E. Dos Santos)

Neste slogan, entendemos, um arquiteto, usa todas as técnicas cientificamente, duradouras, para que uma obra, não ruja, em poucos anos depois de construídos. É verdade, que o arquiteto, conseguiu construir, umas das maiores pontes, a ponte da Paz; não foi além dessa ponte, para dar continuidade, o essencial dos que viveriam a paz, com o calar das armas, mas faltou, o apasigular, os espíritos. Trabalho, muito mais difícil de conseguir, pois tratasse, de quatro gerações desconstruídas, agora, para construir este slogan, não é que seja impossível, mas levará o tempo, necessário.

4. “Corrigir o que esta mal, melhorar o que esta bem” - (João

M.G. Lourenço)

Outro desses mega slogans populistas, pouco explicados; não se identificou o que esta mal, tão pouco se fez alusão ao que esta “bem”, não que não queiramos ver nada, nem que não queirássemos que as coisas melhorem. A questão é que o adjetivo “bem”, é muito poliforme, por isso requer uma explicação mais sucinta do que se quis expressar, num país onde a imensidão de problemas superam as coisas boas, compara-las, com as milhares menos boas, é uma política populista, autêntica. Na realidade o que é que esta bem? Poderíamos aplicar aqui outra vez a questão do “hedonismo”?

5. “Não é do partido (MPLA), quem quer, mas quem merece” -

(José E. Santos)

Outro slogan, com conteúdo populista, e ambíguo. Se por um lado, O MPLA, é o povo, o povo, o MPLA, como explicar, que não é do MPLA, quem quer, mas quem merece? Quem merece? num universo de milhões de indivíduos que foram convencidos a fazer parte desta organização? ademais para poder progredir, e ascender, a lugares de proa, no sector público, uma forma de sobreviver, existem uma série de exigências, entre algumas, pertencer a um CAP, ou a um comité de especialidade, como explicar esta máxima? Só podemos encontrar uma explicação; no clientelismo populista. Uma organização que em 1975, mexeu com

população, criando uma “euforia e entusiasmo” jamais vistos, nos tempos de Angola independente, onde muitos foram os membros que aderiram a esta organização de forma livre, porque assim o quiseram, sem nos esquecermos, que esta organização política era constituída por, membros (militantes), amigos, e curiosos. Qual a razão, da sentença “quem merece? Quem são os que merecem? E porque o mereceriam? Pelos apelidos, ou gíseologias familiares, ou regionais? Estaríamos na presença, de uma manifestação, populista, com nepotismo, incoberto?

6. “MPLA é o Povo, o Povo é o MPLA” - (A.A Neto)

Outro slogan bicefálico: anterior, ainda assim, tem duas perspectivas: o MPLA é um dos movimentos convertido em partido em 1977, entretando Angola teria uma população em 1975 de cinco milhões setentos e poucas habitantes, e em 2021 tem, cerca de trinta milhões. Como compreender que todo um povo é o MPLA e o MPLA, ser o povo, quando a história deste Partido nos revela ter havido uma série de revoltosos/dieidentes, dentro do mesmo partido, a aparte de que existiam outras organizações políticas, com populações? É mais uma maifestão, so populismo político;

7. “Angola sempre a subir, com o MPLA” - (José E. Santos)

Outro dos slogans, muito pretensioso, e muito populista, na perspectiva conómica, pois fez acreditar que todos os angolanos independentemente da sua condição social, origem familiar que poderiam subir na vida económica e de qualidade de vida, ou a que subida, se refere, o adjectivo. Infelizmente o que, temos constatado é uma verdadeira inversão dos níveis de subida para a negativa, como num corrida de carrocel descida russa, (politicamente, economicamente, socialmente). É verdade que a história de Angola nos revela que muitos que haviam verdadeiramente, subido, a patamares exclusivos, economicamente, anos depois, regrediram, voltaram a níveis, inexplicáveis, quer individuais, ou coletivos (empresas).

Não que, não tenhamos registado outros tipos de slogans de outras formações políticas, o problema em análise, é quem governou e governa o país a 46 anos, tem estas estratégias mobilizadoras, puramente populistas.

Mas vamos fazer referencia, a alguns slogans, do partido UNITA, tais como; “ 1º, o angolano... 2º, o angolano... 3º, o angolano... só depois, poderão vir os outros...”; “ em setembro calças novas”; “..somalizar angola...”; “... a cooperação com, comigo, não é fácil...”, etc. Se por um lado tais slogans efetivamente tiveram o seu efeito, também registou-se consequências dramáticas, Uns com objectivo de se manter no poder, e outros o de alcançar o poder.

Quais as consequências de tais slogans populistas para a sociedade angolana?

Os slogans funcionam como “uma vacina”. Sabemos que o efeito de uma vacina é para imunizar um corpo. Na política, funciona como um vector de defesa, de uma organização política, ademais de cegar, os menos atentos, despertam os mais “vijós”. Os slogans ou lemas, podem ser uma frase de efeito, imediato, consequentemente, de fácil memorização que, resume as características de um producto, serviço ou até mesmo pessoa, ou organização, mas numa de uma nação por inteiro, pelas diferenças, quer políticas, sociais. É também usado em contextos políticos, religiosos ou comerciais, como uma expressão repetitiva de uma ideia ou propósito, de convencer, indivíduos, ou organizações. Tanto é assim que popularmente sabemos que uma mentira repetida muitas vezes acaba parecendo uma verdade. No caso em análise as massas populares, quer no tempo da outra senhora (colonial), como na actualidade(angola independente), despertaram, todos aqueles que se apresentaram com a euforia e entusiasmo pelo processo revolucionário, como se fosse um catalizador, para uma esperança de algo novo no contexto do que anotamos em páginas anteriores como o grupo de clientes, que se veem hoje desapontados, não acreditando, as acções, daqueles , que um dia fizeram acreditar, criar sonhos, com expressões, fulminantes tais como : “ este não é o partido que eu conheci! Como clientes do populismo político de então, ocorreriam um processo de desagregação destes em dois tipos de clientes fundamentais: (a) clientes pobres; (2) clientes ricos.

Os clientes pobres, constituem hoje o exército dos excluídos, aqueles que nada ou quase nada têm, desde um (emprego, habitação, alimentação, protecção sanitária, perspectiva de vida, etc), engrossando desta forma uma nova franja de pobres, só que nas vestes de “ pobres crónicos”. Por outro lado, os clientes ricos, incluídos no sistema político, dando origem os grandes grupos ou círculos de elites, que tudo possuem

(os novos proprietários de tudo), em número pequeno de famílias. Aqui podemos perfeitamente encaixar a dica dada, por Petetela, do “...homem actual é egoísta...”.

Se por um lado assistimos impávidos e cerenos o grito de socorro dos excluídos (pela sobrevivência), saindo a rua com manifestações populares, de reiventigações de todo tipo. Do outro lado, assistimos um grupo de elites, inclusos no sistema, defraudando o herário público, com os monstruosos saques de biliões de dólares, depositados em paraísos fiscais, principalmente em Portugal, tudo orquestrado, sob uma estratégia de colarinho branco, levantando a bandeira dum populismo com doses de: imoralidade, do neputismo, corrupção etc.

O saque, referido em páginas anteriores protagonizado, enquanto imperava o sistema colonial (1960-1974), agora, são os defensores do povo, que elencaram os slogans (O MPLA é o povo, o povo é o MPLA), como se de uma anestesia política se tratasse, arrastou essa falsa esperança de um povo que se entusiasmou euforicamente com a revolução de 1975, agora viria saborear as amarguras de um dia ter sido independente.

O mundo como é dinámico, o surgimento da tecnologia (redes sociais. Face-book, whatsapp, instagram, etc), hoje são uma ferramenta tão potente, que põe ao descoberto todas acções macabras, quer da miséria dos pobres nas ruas, assim como, os luxos e despifarras das elites bilionárias, exibindo, malas, contentores, big sags de milhões de dólares.

O mais caricato de tudo isso, é que, um dos slogans, (viva o MPLA, abaixo o colonialismo português), é para lá onde são transferidos, os biliões de recursos financeiros saqueados do país, que se ve cada vez mais impotente, para se levantar de um retrocesso incalculável, ofuscando desta forma o crescimento económico e claro o desenvolvimento.

Sem dúvida que o crescimento do Productio Interno Bruto traz beneficios, pois é dele que derivam rendimentos (emprego e os serviços de que depende a massa populacional).

Hoje para falarmos de exitos ou sucessos cientificamente, deveremos, constacta-lo em acções: artísticas, literárias religiosos, que constituem o melhor do passado humano. Hoje só podemos falar dos indicadores de desenvolvimento humano, se o dinheiro que viaja pelos circulos fechados, elitistas, que em nada aportam para o desenvolvimento requerido, deverá

ser revertido, para o benefício das massas populares, aumentando os indicadores, quer do PIB, assim como do IDH, e consequentemente da industrialização do país.

Analisaremos uma outra questão não menos populista, através do slogan populista, anestesiante “Pai da Nação”.

É legítimo que quem encabeça uma organização, e a leva até ao cumprimento do objectivo preconizado, lhe sejam atribuídos condecorações, sejam elas; através denominações (espaços urbanos, instituições, obras- literárias, etc), incluindo os cultos de personalidade que cada queira. Foi assim em outras paragens, já o referimos em passagens anteriores, mas interessa-nos contextualizar para o nosso caso.

Devemos em primeiro lugar entender o significado do conceito Pai e a sua responsabilidade.

Segundo a Sagrada Escritura (Bíblia) , o termo Pai é usado para designar o Criador (Deus, Jeová ou Yavé: Quando lemos o livro de Mateus 6:9, ensinando a orar, diz “Portanto, vós orareis assim: **Pai** nosso que estás nos céus, santificado seja o teu nome; 11. O pão nosso de cada dia dá-nos hoje”; Aqui realmente podemos observar as responsabilidades de um Pai, que se preocupa com os seus filhos, provedor das insuficiências e necessidades de cada um dos filhos, principalmente com (pão/alimento), as outras coisas serão acrescidas(emprego; com este o crescimento do PIB da população) . Qual a diferença entre Pai Celestial, Criador e o “pai da nação, terrestre? A diferença reside no simples facto de , com graus dque; enquanto o Pai Celestial ou Criador é Provedor, o pai da nação (terrano), é desprovedor, interessando-se somente, com aqueles que se constituem em clientes, dos líderes.

Um outro slogan, tem há ver com a expressão: “Fazer de Angola, um país *bom*, para viver...”. A intensão realmente é inquestionável, é boa, o problema está na sua praticidade, que o transforma, numa expressão populista. O que terá nesta expressão, a questão em análise o populismo? A questão desafiadora, tem início, no adjectivo “bom”, o que significaria, uma certa qualidade de vida para todos angolano. Mas o que nós observamos é que alguns dos angolanos, se veem excluídos das benesses da economia nacional, e que em vez de viverem, estão numa verdadeira sobrevivência, vivendo um verdadeiro brama, de sobreviver.

Porque razão, os angolanos, quer os novos proprietários (novo ricos), enfrentando, o dilema da imoralidade, convertidos em corruptos, lutam contra a imposição de uma linha vermelha o da corrupção, pressionados a uma conjuntura jurídica, que é legal, se houvesse alguém na época, que tivesse jogado a estratégia da prevenção, evitando, que as mentes, os apetites de todos aqueles, que outrora, e actualmente cometem actos de corrupção desmedido, caíssem na mesmidade. Sempre foi assim, ao longo de quatro décadas, se semeou a imoralidade, colhemos como resultado, hoje a corrupção, a todos os níveis, dando origem a duas figuras: os corruptos e os corruptores. Ora se por um lado os ditos novos ricos, constituem o grupo dos corruptos; por outro, também os novos pobres (crónicos), constituem o outro grupo, os corruptores; caídos numa exclusão mísera, forçados a viver num país, que lhes disseram, bom para viver, mas que para estes pobres crónicos, não passou de uma utopia política. Aqui esta mais uma estratégia da política populista. Quando olhamos para o país real, que em 2017, com a nova liderança, fora semeado uma esperança no fundo do túnel, a verdade, é que essa esperança, nunca saiu do fundo do tunel, obrigando a milhares de angolanos desapontados com as promessas populistas (corrigindo o que esta mal, melhorando o que esta bem) , uns se refugiaram nos países vizinhos: RDC, Namíbia, Zambia, e muitos outros atravessaram o atlântico, em direcção de países europeus (Portugal, Inglaterra, Espanha, etc), com melhores condições de vida, mesmo nas piores condições. Como não optar pela dupla nacionalidade? Não é um princípio de falta de patriotismo, ou amor ao país, é mais uma fuga em busca de outras oportunidades.

Tentemos entender esta questão, tomando como campo de análise de que, depois das colonizações, criaram-se expectativas e esperanças, acima da média, para o que se dizia com os slogans propagandísticos, encerrados herméticamente, nos programas mínimo e alargado, muito propagado pelos “pais da nação”, e que alcançado os objectivos que motivaram os primeiros homens a pensarem nas autodeterminações, chegada a independência cumprindo-se, aquele primeiro programa, o que temos assistido nos dias de hoje, não é mais senão de um descrédito em quase todas áreas da vida social, com promessas feitas, naquele então, não cumpridas. Assistimos uma amargura ou mesmo naqueles, que deram o seu máximo jogando a suas próprias vidas (como militares, activistas políticos), que caíram num desalento (misérias, pobreza extrema, dificuldades de todo tipo). Recordar aqui o cancionário revolucionário angolano, que protagonizou uma verdadeira mudança de mentalidades, com as suas canções revolucionárias, despertando, a sonolência a que estiveram

submetidos, muitos dos eufóricos revolucionários. O exemplo de Santocas, com a sua canção, chamando atenção as práticas de xenofobia; “angolano segue em frente! não importa a ninguém; se voce é branco, isso não importa a ninguém! se voce é mulato, nao interessa a ninguém! se voce é preto, isso não interessa a ninguém! mas o que interessa é fazer de Angola um país livre, livre...”.Isto parecia uma canção, mas com conteúdo, muito sério, para que os líderes no futuro afastassem, esta prespectiva da xenofobia, que não trás, ou acrescenta, nada para o desenvolvimento de qualquer nação pelo contrário, cria desavenças separação, acepção nos grupos com vontade e capacidade de fazer acontecer o desenvolvimento.

Agora o Pai Celestial, na condição Divina de Omniciente, Ele é “provedor”. Ele actua como protector, em tudo. O livro Biblico de Mateus, explica: “vinde a mim todas os estais aflitos e sobrecarregados e eu vos aliviarei”. Esta passagem diz tudo de um pai que se preocupa com os seus filhos (protege, da esperança, e abre outras oportunidades).

Que lições colhemos das investigações do académico Michel Tati, para suportar esta nossa incursão?

É importante dar uma espreitadela na génese do movimento popular de libertação de Angola, para compreender o sentido da história dos movimentos de libertação. Talvez sim , e não. O “não” vai no sentido de que é trabalho dos historiadores desvendarem segredos que possam encerrar, todo um percurso histórico, de factos passados. O “sim”, vai no sentido de podermos contexctualizar e tentar esclarecer algumas situações ambíguas, numa investigação, como esta. O autor Michel Tati, traz uma prespectiva interessante, quanto a génese do MPLA. Regista que os promotores séniores que pensaram na criação de um movimento para se oporem, a colonização portuguesa, se assim, podemos considerar. Registou a história deste movimento nomes Tais como: Cónego Manuel das Neves, Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade, Aníbal de Melo, e Elídio Machado, Lúcio Lara, António Jacinto etc. São nomes, que estiveram no centro de toda esta que foi a “febre nacionalista”. Se tivermos em conta a canção de Santocas que fizemos referência anteriormente, o grupo de quase todos integrantes, na qualidade de constituintes, eram mestiços e brancos, e alguns negros. Como se explica a incursão de racismo ocorrido dentro do referido movimento já nas vestes de Partido? Não nos esqueçamos que as organizações, sejam eles políticas, ou outras, se regem por estatutos, onde as normas em relação as substituições por incompatibilidade, por alguma

razão, quem substituí o gestor principal, normalmente é a segunda pessoa, ou alguém indicado. Não vamos especular, mas a verdade é que Lucio Lara, na condição do segundo homem forte do MPLA, porque razão, por ocasião do passamento físico de Agostinho Neto, não foi indicado, para assumir a direcção do movimento? Terá influenciado, o movimento da “Negritude”, referida em páginas anteriores?

Segundo o artigo de o jornalista José Eduardo Agualusa, entitulado: “Tentativa de explicação de Angola...”, tinham em comum o facto de pertencerem a pequena burguesia urbana que prosperou em Angola no século XIX, mas defendendo teses nacionalistas. Segundo Agualusa, todos eles cresceram entre memórias, num pequeno mundo atormentado pelas ruínas de um passado onde os “filhos do país” se distinguiam na vida cultural, económica e mesmo política da então colónia. Esta autêntica aristocracia crioula manteve ao longo dos séculos um difícil e complexo relacionamento com as massas populares camponesas de Angola. Homens como Viriato da Cruz e Mário de Andrade não foram capazes de assumir a sua origem sociocultural; confrontados com o pensamento africano nacionalista dos anos 50, muito marcado pelas teses da “negritude” de Leopoldo Senghor, e pelo discurso populista de Franz Fanon, que aculturaram sempre as especificidades culturais da sociedade crioula. Esta mistificação foi denunciada por Holden Roberto, segundo Michel, de que Holden afirmava não compreender como é que os filhos dos colonos podiam liderar um movimento de libertação. Também Jonas Savimbi confessou não ter aceite integrar o MPLA por este ser, no fim dos anos 50, ser um movimento controlado por brancos e mestiços: “pode parecer racismo e não será certamente a forma como nós pensamos hoje, porque já aprendemos muito. Contudo era um facto muito difícil, naquela altura, para os africanos compreenderem, porque é que os mestiços estavam a liderar um movimento de libertação contra os portugueses.

Para nós não se torna nada claro que os indivíduos de raça branca e mestiça sofressem, e sofram, por causa da cor da pele em Angola pelos seguintes motivos; (i) primeiro por serem resultado da vontade divina, do Criador, que tudo fez, nesta terra; (ii) por serem africanos angolanos, independentemente da cor da sua pele, de – país brancos, mãe negra, ou vice-versa; (iii) terem estado eles na primeira fila de pensadores nacionalistas, independentemente da sua condição pequeno burguesa, e de origem europeia, fundamentalmente (portugal); (iv) poderem contribuir com seu saber para o desenvolvimento de Angola.

Caros leitores reiteiramos, que o nosso interesse está focado para o desenvolvimento de África em geral e de Angola em particular, razão pela qual pesquisamos toda esta gama de temáticas para responder ao nosso problema de partida. Porque razão, não se desenvolve África.

Se podessemos afastar as teses africanistas da “negritude”, não ganharíamos mais como humanos?

Não esqueçamos que quando falamos do tema de desenvolvimento o “homem” tem de estar no centro do desenvolvimento, onde os indicadores; (PIB, renda per capita, IDH, índice de desenvolvimento Humano, e Industrialização) obedeçam aos critérios estabelecidos pelas organizações mundiais, de forma satisfatória e que, se esse homem não for tratado como ser humano, poderemos discursar com todas as forças, mas tudo cairá em sago roto.

Estamos no século XXI, ainda praticamos as teses do movimento da “negritude”, sem percebermos que foi uma narrativa negativa nos anos 50 do século passado, e que agora necessitamos uma nova estratégia de fazer política. O termo negritude, nos últimos anos, vem adquirindo diversos “usos e sentidos”, com a visibilidade na “questão étnica”, no plano internacional, e do movimento de afirmação racial, o termo negritude passou a ser um conceito dinâmico, o qual tem um carácter político, ideológico e cultural, poliforme. No terreno político, “negritude” serve de subsídio para a acção do movimento negro organizado, e seus caprichos. No campo ideológico, negritude pode ser entendida como processo de aquisição de uma consciência racional. Já na esfera cultural, negritude é a tendência de valorização de toda manifestação cultural de matriz africana. Não nos esqueçamos, que a expressão negritude, já fora, como exclusão.

Portanto, “negritude” é um conceito multifacético, que precisa ser compreendido a luz dos diversos contextos históricos. O nosso principal argumento é sustentar que o movimento da negritude, na fase inicial, terá cumprido com o seu papel revolucionário, pese embora rompendo com os valores da cultura eurocentrica. No entanto na medida em que se ampliou e adueceu uma conotação mais política, diluiu seu potencial transformador, como movimento passando a padecer de uma série de contradições insolúveis, a ponto de alguns dos seus principais dirigentes defenderem posições conservadoras. Não nos esqueçamos que este tipo de movimento, da negritude nasce fora da África, mas que encontra maior eco no continente africano. Provavelmente segundo aquele auctor, terá surgido nos Estados Unidos, passando pelas Antilhas; tendo atingido a Europa,

tomando corpo em França, de forma sistematizada, de lá se terá expandido por toda África negra: o nome mais sonante, é do afro-americano W.E.B. Du Bois, (1868-1963), considerado como o patrono do pan-africanismo. Movimento político e cultural que lutava tanto pela independência dos países africanos do jugo colonial quanto pela construção da unidade africana.

Voltaremos a filosofia da Geografia Política, e tirar dela, novos valores novas experiências e expectativas.

Angola versus o populismo no futuro. Como se trata de uma obra literária com alguma incursão científica, é natural que obedeçamos a estruturação que concebemos, obedecendo por isso o princípio de continuidade. Se nas análises feitas em capítulos anteriores demos uma olhada no ontem, hoje em perspectiva, analisarmos o futuro, não que queiramos que estes males perdurem a tal ponto de ser algo crónico irreversível, ignorado, mas olharmos com um sentido de compromisso intelectual, para o que pretendemos contribuir, para atingirmos, no seu ponto central que, é o desenvolvimento sustentável.

Para fazermos este exercício complexo, vamos nos apoiar em algumas dicas deixadas ainda por José Manuel Zenha, para fundamentarmos alguns pontos de vista que nos preocupam.

Segundo José Zenha adverte que, se tenha em conta, antes de mais que procurou ser, o mais claro possível, ao afirmar que os objectivos prioritários considerados que, se integravam numa etapa de reconstrução Nacional, o que a sua resolução constituía assim uma forma de transição entre a realidade actual, onde predominam os sinais característicos de uma transição de pós-guerra e a fase de articulação económica e social que será consequência das acções desenvolvidas. Aqui segundo a nossa óptica vale a lógica de uma máxima segundo a qual: “o que se vive hoje, isso é consequência do que foi feito ontem, e o que pretendemos viver amanhã, isso deverá ser feito hoje”. Traduzido em outras palavras; se queremos ter sucesso, hoje deveríamos ter trabalhado com este objectivo de sucesso no passado, e que o que pretendemos ter no futuro é sucesso, ele deve ser trabalhado hoje, com sucesso. As coisas não se transformam de repente, saindo do negativo de ontem, para um positivo de hoje, muito menos no futuro, o que exigirá um esforço muito dimensional para inverter estas acções.

Por todas estas, os planos a serem implementados em Angola, não deverão ser “apenas” como uma condição prévia a um projecto de desenvolvimento a longo prazo, muito menos o Plano de Reconstrução nacional, é necessário que ele passe pelas etapas inferiores: mínimo prazo, médio e longo, assim para que possamos ter uma ideia do princípio de continuidade nas acções que formos implementando, com as correcções requeridas em cada uma das diferentes etapas, para darmos força ao “foco” do modelo de sociedade que pretendemos alcançar. Reconstruir alguma coisa é olhar para o ontem como, se colocarmos os blocos de uma construção, e darmos continuidade de acordo ao projecto inicial, sob pena de colocarmos os blocos de qualquer forma, e que no futuro tenhamos que viver com as reconstruções mal feitas, que infelizmente são consequência do mau desempenho lá atrás.

Para que o modelo de sociedade de futuro que se pretende venha a semelhar-se ao pretendido, o desenvolvimento requerido deve assentar em princípios científicos (PIB, IDH e industrialização) comprovados. Há que ter em consideração um conjunto de diferentes factores: Uma metodologia a seguir para sairmos da situação de desarticulação económica, o que passa do nosso ponto de vista, por ter de aceitar alguns princípios que não estão de acordo, nem alinhados com as “entradas”, vindas dos recursos disponíveis no solo nacional. Fixamos o nosso olhar num só recurso, o “petróleo, por este ser o recurso que mais divisas, trás para para o país. Mas nos esquecemos que este recurso dentro de poucos anos, ele terminará, por outras palavras, não é um recurso renovável. Por isso vamos aceitar o desafio apontando dois pilares na nossa perspectiva sirvam de elo conductor para o tipo de sociedade que se pode construir:

- a) Construir uma sociedade assente num modelo capitalista, neo-liberal, cujo as linhas de força assentam na total liberalização e desregularização da economia, a qual poderá até gerar um certo crescimento económico, mas que socialmente represente um “alcançe para uma grande camada de indivíduos”, e expurgar das políticas de oportunidades, a exclusão de uma maioria da massa populacional;
- b) Construir um modelo de sociedade assente no desenvolvimento sustentável, onde o Estado exerça a função de liderança das macro instituições, como garante da sustentabilidade do crescimento económico, ao invés de sustentador, de uma pequena classe de elites.

- c) Construir um modelo de sociedade, versado nos princípios de continuidade de acções (projectos), sob pena de evitar que na alteração de governos, não se volte a refazer projectos, com intuito de autorentabilizar fundos, para proveito próprio.

Tenhamos em mente de que quando nos referimos de modelos neo-liberal, renascer nas nossas mentes um conjunto de políticas que, a nosso entender, que jogaram um papel catalizador do desenvolvimento embrionário, naqueles países que optaram na verdade por sistemas liberais das suas economias, e que nos séculos XX, chegaram a tomar a dianteira em certos sectores fundamentais tais como: educação, saúde e economia.

Falamos anteriormente do plano de “(re)construção nacional”. Uma pergunta sugere-se aqui. O que poderemos entender por um plano de reconstrução? Será que o definidor do conceito quis referir-se ao que se deveria tornar a construir a nação? Se nos recordarmos da literatura política e social a construção de uma “nação” ela requer alguns indicadores, um deles é a *união* outra é a *inclusão*. Na realidade se analisamos estes indicadores propostos aqui, quanto a união, ela foi simplesmente do ponto de vista de slogans, de um dos Partidos políticos, quando lançou, a máxima “um só povo uma só nação”. Qual o real e o verdadeiro impacto deste slogan na real vidas dos trinta milhões de habitantes num território com uma superfície de 1.246.700 km², com uma complexidade étnica/ cultural? Quanto o segundo pilar que tem a ver a “inclusão”, relembrando-nos das reportagens passadas pelos mídias, nos programas “A nossa terra, National Geograph. Etc.”, tem registado a luta de tentar incluir muitos grupos étnico linguísticos do tecido cultural de angolanos, que reclamam por uma política de inclusão manifestando o desejo de verem satisfeitas as necessidades básicas, exigências constantes nos programas da SADC 2030, e União Africana 2063; o direito a justiça, saúde, educação, emprego, habitação, etc. Para darmos um exemplo indicaremos um dos grupos conhecidos com o nome koisans (kamussequeles), os Mokahonas, etc, estes no meio rural, para não deixar de fora nas urbanidades um grupo incontável de indivíduos dambulando, pelas urbes, em busca de sobrevivência, sem nenhum garante de subsistência. Só assim acreditamos que estariamos a falar de uma verdadeira “nação”. Não será que estamos em presença de um dos fenómenos referidos anteriormente, quando enfocamos a questão do populismo? Deixamos este desafio aos nossos antropólogos, pois esta é uma dessas matérias, em que não se pode meter a nossa “foice” em arado alheio.

Segundo Manuel Zenha, afirma que, o que diz respeito aos modelos de sociedade, nos países desenvolvidos poder-se-ia estabelecer as seguinte comparação: enquanto o modelo neo-liberal representa, nestes países desenvolvidos, a tendência para o monopolista absoluto, a transição equivalente a um estágio agudo do capitalismo, traduzido pelo carácter dos principais sectores de actividade. Nos países em desenvolvimento resume-se a uma característica de um modelo de produção tributária, em que a desrinça entre “tesouro real e tesouro do rei”, não esta interiorizada, nem as elites que de mesmo beneficiam, nem nas massas que passivamente aceitam a situação. O que tem acontecido com os países em desenvolvimento é que, de antigas colónias elas passaram a democracias parlamentares a partir da década de 60, ao qual em África é usual utilizar o termo, nem sempre correcto, de “nigerianização, pode sistematizar-se como segue:

- a) A data das independencias, uma grande parte dos activos existentes passaram a propriedade do Estado, ou porque já eram públicas ou porque foram confiscadas por abandono dos seus proprietários; a expansão da exploração dos recursos naturais, principalment os não renováveis, veio colocar ao dispor do Estado novos recursos, que deveriam redistribuir; e estes mesmos activos, posteriormente, por obediencia ao clientilismo político, passaram as mãos, de novos proprietários, muitos deles, integrantes, do sistemas intituidos.
- b) Mesmo perante a existencia de órgão parlamentares, a tradição cultural africana assenta na personificação do poder: Parlamento, Governo e órgãos da Administração Pública, e em particular os seus titulares, dependem da vontade do “líder”. Este repartindo funções, responsabilidades e benesses gerando em torno de si num núcleo central, onde efectivamente se localiza o poder; mas ao contrário de todos os outros, o líder gere o “bem comúm”, a sua capacidade numca é posta em causa e por definição estando isento de “errar”. Se tiver o “dom” da capacidade de harmonização as diferentes sensibilidades e rivalidades no “núcleo central” (que sempre existem) , mantém-se no poder, desenvolvendo paulatinamente as suas bases políticas e construindo alianças através de formas de clientilismo, ou daquilo a que Christian Messiant chamou de “ redistribuição clientelar”. Como já o havíamos referido em capítulos anteriores, que o fenómeno em análise o populismo, por ser uma estratégia usada por líderes políticos na sua corrida para convencer grupos de indivíduos, oferecendo propostas de todo tipo com promessas

incluídas, eles criam clientes, que os seguem muitas vezes com o objectivo de satisfazer as suas necessidades básicas.

- c) O primeiro grupo (núcleo central de decisão e tecno-estruturado) constitui a base de uma oligarquia principal a que deveremos acrescentar, embora sem a sua importância, mais duas, segundo o mesmo autor:
1. A primeira, constituída pelos elementos ligados ao executivo, e ao Partido que sustenta o governo, que usufruíram da capacidade de gerar a acumulação de capitais bastantes volumosas, principalmente na fase de transição de 1992/1994, através da especulação cambial e da aquisição de algumas empresas privatizadas em condições muito favoráveis para eles, com maior frequência nesse período. Deve acrescentar-se que o recebimento de comissões, a crescente aliança com alguns grupos estrangeiros, tipifica este grupo como uma segunda oligárquico, necessariamente mais numerosa, que o núcleo central;
 2. A segunda assenta principalmente no conceito, já expresso apresentado por Messian como “redistribuição clientelar”, constituído pelo conjunto de pequenos negócios e propriedades, que criou o embrião de uma média burguesia fundamentalmente comercial. No entanto se encontra numa fase de recessão, já que o principal suporte ao seu desenvolvimento, (o sistema bancário), não desempenha ainda o seu papel efectivo. Teria sido toda esta “engenharia de imoralidades” com níveis de corrupção, nepotismo, cabritismo, doutormanias, luçatismos, que viriam a permitir o grande “saque” nos novos tempos, e a constituição dos novos proprietários de Angola?
- d) Obviamente que, para levar a cabo toda a actividade de gerir os recursos de um país, “leader” tem, além do “núcleo central” de construir uma tecno-estrutura de apoio, necessariamente de sua confiança, na qual delega (ou talvez, a qual casuisticamente entrega) a gestão quotidiana dos recursos, em termos de receitas e despesas.

Chegados aqui, a pergunta se repete, como o fizemos em capítulos anteriores. De quem foi realmente a culpa? Ou de outra maneira, quem governou o país “leader” a 46 anos, logo depois de 1975?

Na qualidade de investigador, académico e docente universitário, no campo das ciencias geográficas, especialista em Estudos Africanos, e Altos estudos Internacionais, não temos objecção nenhuma, desta narrativa histórica, por razões obvias: primeiro porque somos angolano, e como

angolano vivenciamos e participamos do famoso entusiasmo revolucionário (como militante das organizações do MPLA, militar das FAPLA, estudante universitário, docente e Gestor universitário, etc) da nova realidade política, que em 1975, se fez realidade;

Em segundo lugar, como académico, investigador, dispomos das ferramentas de pesquisa, para podermos, refutar, ou ractificar factos que cientificamente, estão descritos na bibliografia, consultada.

Se a esta realidade juntarmos o facto de que Angola esteve em guerra, deste 1975, até 1992, com uma pequena interrupção técnica, militarmente, e retomada de 2002 até aos dias de hoje 2021, com saques monstuosos, sem pena nem piedade do herário público, com desvios de contentores, malas, activos da economia nacional incluindo divisas, com uma ganancia jamais vista, na história de Angola colonial, um apetite insatisfeito, como dizia uma amigo nosso; “estes indivíduos, não menoram, nem endireitam mais”, recorrem as organizações internacionais de mão estendida, como se de pobre se tratasse, pedixando, s Sagradas Escrituras diz, em Provérbios 30:15 “ A Sanguessuga, tem duas irmãs , a saber; Dá Dá. conforme esta escrito na reforços financeiros de bilhões e bilhões de dólares para reforçarem as suas contas no estrangeiro. É isto que leva um país ao desenvolvimento?

Caros leitores, se nos socurrermos das máximas do chamdo “Pai da Nação”, o pimeiro Presidente de Angola, dizia cito “é necessário criar uma burgusia nacional...”. Que me desculpem os puristas não resultava de uma confusão entre o público e privado, tão pouco da sua forma de apropriação. O problema que se põe é a desumanidade de todos aqueles que permitiram que assim se conduzisse todo um processo de ferimento da moral, de forma directa ou indirecta, forjando uma tal “burguesia nacional” desumana, pois que nem o cumprimento de um dos Mandamentos de Jesus; “Amai o vosso próximo, como a voces mesmos”, são capazes, de cumprir. Temos hoje em Angola, com cidadãos morrendo de fome, sem abrigo, sem medicamentos, nem assistencia médica.

Recordo-me, dos “burgeses coloniais”, eram ferozes, sim no seu falar (óh! tu passa prá lá... e vós paseis prá cá...); ou (preto de merda...!), expressões dos colonos, retratada, pelo cancionista, André Mingas. Uma coisa, registamos. A partir de 1970, a burguesia colonial, dava sinais de pinitencia social. Especulação ou não, deixamos em aberto, aqueles tiveram a oportunidade de viver, aquelas épocas o poderão confirmar ou desconfirmar. A verdade para nós em relação aos nativos angolanos a partir

desse ano 1970, já o referimos em capítulos anteriores, Marcelo Caetano, com os populismos da época, havia começado um revés histórico invertendo as atitudes coloniais, porporcionando alguma abertura, com possibilidades de sobrevivência, dos nativos angolanos (negros, mestiços), exemplificamos com o acaso de vales (equivalente aos créditos bancários hoje), para a cesta básica alimentar. Corioso, é que implementação do “vale”, para além de ser uma oportunidade dada ao trabalhador, era um incentivo ao empreendedorismo, pois o pagamento poderia ser feito, em espécie (milho, feijão, animais, etc), isto obrigava ao devedor, a ter de trabalhar a terra. Quanto a assistência médica e medicamentosa, existiam postos médicos com pessoal técnico a altura das necessidades dos pacientes, os enfermeiros davam conta do regado, só em última circunstância, intervinham os médicos; quanto ao sistema de educação, as escolas do posto, com ensino primário e secundário de qualidade, escolas oficinas ou de artes e ofícios, o que permitiu a muitos nativos terem uma formação básica de qualidade, para poderem sobreviver, e sustentar as suas famílias. Uma 3ª ou 4ª classes, eram níveis, aceitáveis, com qualidade.

Como poderemos deixar a prática de um populismo descontrolado e concentrarmos um populismo, próximo a popularidade? A verdade é uma, o populismo nunca se esgota, numa pesquisa como a que estamos fazendo, o nosso desafio é despertar a sociedade para um mal tão edúndo, capaz de destruir toda uma sociedade, por isso achamos que a prática da popularidade, é menos nociva, comparada com os extremos do populismo, embora, o populismo excessivo, leve a estratégias políticas oportunistas, como é claro, alinhando-se com o populismo de esquerdas ou de direitas.

Como o prometemos, analisamos, o ontem, hoje. Agora analisaremos o populismo, como purga e os expurgos em Angola: no Futuro.

Como então surgiram os novos proprietários de tudo em Angola?

Queremos trazer a iza de comparação e explicação um assunto pouco explicado e dominado pelos leitores, menos atentos. Trata-se de destrinçar um aspecto: Angola sempre teve “donos” e “proprietários”. Explicamo-nos; os donos, sempre são os nacionais, nativos de um território, enquanto os proprietários podem ser os nacionais ou os não nacionais, denominados de estrangeiros, e por fim também nacionais, com ou sem dupla nacionalidade. Na descrição e análise, do Angola ontem, e hoje teremos sido bastante superficiais, em trazer algumas verdades não elaboradas no conhecimento vulgar quer de académicos, intelectuais ou mesmo de curiosos neste domínio. O período colonial, representando o

Angola de Ontem, teremos sido exaustivos a descrever alguns acontecimentos relativos daquela época, onde os colonos eram os proprietários da economia em Angola (das riquezas, empresas, etc) e não donos do território, razão de ser do conceito colonização, explicada em capítulo anterior.

Hoje, na Angola pós colonial (independente), os angolanos são os donos do território, mas também alguns converteram-se, em proprietários da economia em Angola, questão que queremos, trazer como sobremesa desta banquetete, o populismo.

Quando e como surgem os angolanos, nas vestes “dos novos proprietários de Angola? É a grande questão que vamos analisar e descrever, com base no livro dos actores: Jorge Costa, João Teixeira Lopes & Francisco Louça: Os Donos Angolanos de Portugal, 2014.

Permitam os leitores, faremos esta análise sem pessimismos, nem compromissos de alguma natureza, mas com investigação, e constatação dos factos narrados nesta obra. Para tal exercício apoiarmo-emos num slogan populista, da terceira República: “Corrir o que esta mal, e melhorar o que esta bem”. Já nos referimos anteriormente que não conseguimos decodificar a complexidade do que é considerado de mal, e de bem. Por isso permitam que especulemos um pouco segundo a nossa visão dos factos, achamos que faltou uma explicação, do que é que considerou-se de corrigir o que esta - *mal*; ($a^1...b^1...c^1$), e também quanto ao melhorar o que esta, *bem*; ($a^1... b^1....c^1...$). Na obra Os donos Angolanos de Portugal, os autores preocuparam-se em assinalar de onde nasce a investigação; enquanto também trazem uma história sobre o nascimento da forma de acumulação de capitais ,e da existencia de uma oligarcia burguesa angolana em portugal. Segundo os autores existem dois motivos para essa centralidade e para esse desconhecimento da relação angolana, e portuguesa: Em primeiro lugar, do lado de Portugal, os capitais angolanos providenciam o financiamento de necessidade imediata, recapitalizando bancos e empresas, participando em privatizações ou multiplicando formas de cooperação bilateral: de um dos lados as familias ligadas ao poder instituido, representado pelo ex-presidente da reública Engenheiro José Eduardo dos Santos, e do outro Lados o grupo de altas patentes, defensoras do regime, secundadas por amizades muito próximas a estas elites, num flagrante neputismo .

A Geografia política ensina-nos que é necessário respeitar os limites entre o Estado, Governos e os governados, sob pena de corruermos os

princípios do equilíbrio ambiental, pois todas as acções são realizadas na epidemia da Terra, é lá onde os ecossistemas se auto regulam, tudo para o bem da humanidade.

Retomando a questão do nepotismo, descrito no segundo capítulo, como um dos males que, tem de ser expurgado, do desenvolvimento. Realmente é fundamental, saber, um aspecto.

Quando se fala dos nacionalistas, que lutaram contra o colonialismo, estamos a falar de um grupo restrito de indivíduos pertencentes alguma organização política. Nesta mosaico tão grande de famílias angolanas, só foram legitimados, a obterem oportunidades excessivas, um certo círculo bem identificado de famílias com apelidos relevantes na nossa angolinização? Senão vejamos seguinte: nomes apelidados, como (Wandunes, Espírito Santo, Almeida, Ingles, Vieira Dias, etc) , constituem a fina flor da elite angolana, transformada na oligarquia da burguesia angolana? É só uma das perguntas, que nos preocupa, pelos grandes protagonismos com privilégios diferenciados, comparados com outros grupos familiares, diferentes áreas da vida social, económica e política, nesta imensa angola plural, cultural e intelectualmente.

A pergunta anterior tem como objectivo, tentar entender que estratégia foi orquestrada pelas lideranças angolanas para o que se chama de “Acumulação de capitais”.

Segundo Arlindo Alegre Donário, referindo-se a teoria de Karl Max sobre acumulação de capitais, faz em primeiro lugar, referindo-se ao comportamento do indivíduo; cada indivíduo tem uma atitude positiva em relação à orientação da sua “ideologia”, a qual se pode alterar com o conhecimento e experiência de vida. A cultura é crucial, segundo este autor, para entender o comportamento humano. Os indivíduos adquirem crenças e valores através das relações de alteridade, com os outros em consideração a esta realidade. As ideias naturalmente adquiridas, são importantes para explicar uma vasta gama de comportamentos humanos - a partir de pensamentos, ideias opiniões, crenças, atitudes, hábitos de, estilos, bem como regras sociais instituições políticas. (periodicosjufba.br).

A acumulação na perspectiva de Karl Marx, é um conceito criado para descrever a génese histórica do capitalismo. Segundo Karl Max, a chamada acumulação primitiva é abordada no advento da Revolução Industrial. É um processo primitivo de reprodução do capital coexistente e se complementa de forma contraditória e dialéctica. A primeira forma de acumulação esta

relacionada com à espoliação e à produção de um capital novo. Esta também, como um processo atuante na sociedade contemporânea.

Enquanto escreviamos este bloco, sobre a história da acumulação de capitais, fomos confrontados com um tema sobre os grandes relacionamentos entre os capitais angolanos, portugueses, brasileiros, chineses, numa transformação que, nos últimos anos, acentua as ligações internacionais, a cooperação, entre os capitais nacionais, e particularmente os capitais angolanos, para além dos capitais dos tradicionais parceiros europeus. De todas as ligações, a angolana é a mais destacada, porém a mais desconhecida. Por isso a razão do nosso interesse por este tema, que se encaixa quer no tema central: o desenvolvimento, como no sub-tema o populismo.

Queremos deixar claro, que não é objectivo desta investigação escrita neste livro aprofundarmos questões relativas à acumulação primitiva de capitais, e por isso deixamos aos expertos nesta matéria que o façam. Como o nosso interesse está focado para o desenvolvimento, vista de uma óptica geográfica, é razoável que tentemos entender o seguinte: O afirmamos em páginas anteriores que em Angola enquanto colónia de Portugal durante, aproximadamente 500 anos, é aceitável que na qualidade de uma sociedade capitalista, os proprietários da economia de Angola, tivessem experimentado um processo de acumulação primitiva de capitais; porém a partir de 1975, Angola ascende à independência, e o perplexo, é que em 46 anos, até aos dias de hoje que escrevemos este livro, vemos, ouvimos, constatamos a existência, de multimilionários angolanos. Por que processo de transformação terão passado alguns indivíduos da nova oligarquia burguesa angolana, para acumularem capitais, avultosos, a ponto de torná-los em mega bilionários, incluso alguns deles constarem do top 10, dos mais ricos de África?

Carlos Jorge no seu livro “Os novos donos Angola de Portugal”. Afirma que de todas as ligações que angolanos estabeleceram com outras personalidades visadas neste processo estão dois motivos para essa centralidade de capitais e para tal desconhecimento da relação com Angola. Primeiro lugar do lado de Portugal, nos capitais angolanos providenciam o financiamento de necessidades imediatas, recapitalizando *bancos e empresas*, participando em privatizações ou multiplicando formas de cooperação bilateral, de que são exemplo as alianças de Isabel dos Santos: com Américo Amorim ou depois com Belmiro de Azevedo. Em segundo lugar, do lado de Portugal, garante uma porta aberta para investimentos e

aplicações financeiras com regras e facilidades que nenhum outro país da União Europeia permitiria, nomeadamente através da compra de partes significativas de impensas, da banca e de outros sectores decisivos. Segundo Jorge, esta ligação tem características únicas. Algumas estão associadas à natureza do processo de formação da burguesia angolana, em torno do controlo pelo Estado da renda petrolífera, posta ao serviço de uma família e de um pequeno grupo de empresários da sua rede de influência. Assim num verdadeiro campo de corrupção, desigualdades sociais que provocou a violência que protegeu este privilégio familiar, marcaram e marcam a relação de capital angolano.

Voltamos a questão das famílias. Quais são realmente os apelidos dessas famílias, que neste processo se tornaram, nos novos proprietários da economia de Angola, deixando uma grande percentagem de outros compatriotas, que de uma forma ou outra terão dado a sua participação na luta de libertação, que muitos deles hoje, estão esquecidos, senão mesmo marginalizados. Poderemos cumprir assim o programa da União Africana 2063 – crescimento, emprego e desigualdades? É necessário, em primeiro lugar expurgar a imoralidade, nepotismo, cabritismo, doutormania, das mentes dos líderes africanos e dos angolanos, em particular.

Um estudo deste tipo nunca foi feito num âmbito tão vasto (Geografia Política, regional e local), influenciada por populistas nas economias. A análise cuidada da influência económica de empresas angolanas em Portugal tem o nome de um jornalista Celso Filipe, citado por Jorge Costa, Enquanto que a Geografia Política no populismo, de Dungula, no ensaio da doutormania.

Antes de terminarmos este capítulo reservamos uma pergunta, que pode parecer absurda, mas são pontos de vista. Se África enfrenta sérios problemas para se desenvolver, Angola com toda esta desordem sócio política, poderá se desenvolver, cumprindo assim o programa alargado, promessa feita a quando da proclamação da independência? Tudo é possível aquele que cre; infelizmente já se passaram quatro décadas e as coisas teimam em mudar. A esperança é a última a morrer.

Capitulo Quinto

Descodificando os Enigmas, para o desenvolvimento de África.

Caro leitor, achamos conveniente, olhar para o problema do desenvolvimento de África como enigmático, e o fazemos na perspectiva, quer da ciencia: geográfica, antropológica, sociológica e económica. Como se pode explicar, que um continente “berço da humanidade”, partindo da desintegração da grande massa continental segundo a geografia física de continentes, de Blassova , referindo da grande **Pangea**, dividindo-se geologicamente em dois grandes sub-blocos: por um lado o bloco denominado de “Ngondwana” originando (África, América do Sul, Índia, Austrália e Antártida), e por outro, o bloco a *Laurásia* , originando (Eurásia, e América do Norte). Partindo do ponto de vista antropológico, vai denominar-se a África como “continente “ “Berço da humanidade” como é denominado, hoje nas esferas da ciencia da antropológica, mas, sendo o continente dos primatas, onde geologicamente se encontram os fósseis mais antigos daqueles nossos patriarcas, o que deveria catalizar o mesmo continente, posicionano-o nos lugares cimeiros, tanto em crescimento científico, económico como de desenvolvimento sustentável, quesito imperativo, nos tempos de hoje. Ademais, esclarecer um dos pormenores sociológicos, que os demais continentes, europeu fundamentalmente, tomando conhecimento, deste monstro adormecido, cheio de recursos, foi constituído, no continente de capital inicial, para desenvolverem-se os demais continentes: Europeu (colónias), Americano (força dos escravos). Mas infelizmente não é assim . A verdade constactada é que se se encontra na cauda do desenvolvimento, quando, comparada com os demais continentes. Como explicar este enigma. De quem é a culpa? Atirar a culpa aos colonialistas não cola, por muitas razões: as independencias lá se foram a mais de 60 anos, desde que o primeiro país africano (Ghana), se descolonizou, ainda assim a marca de países em vias de desenvolvimento é real, notória, visível e quantificável: fal de empregos, existencia de desigualdades sociais, falta de oportunidades, etc. Respondendo de quem é a culpa só podemos encontrar uma resposta; na liderança africana.

Se entendermos que segundo a definição que o termo “Enigma” se reveste (para além de gramaticalmente ser um substantivo masculino de língua portuguesa), significa algo ou alguma coisa de difícil compreensão, de difícil difinição, então não é muito difícil compreender, esta relação: “berço

da humanidade, e ser lanterna vermelha”, quanto ao desenvolvimento, dando a sensação de um continente arco-íris, com uma grande particularidade. As cores, variam, a última é negra, como é também chamado o continente africano de Negro, não só desde a perspectiva sociológica, em que os habitantes, são de raça negra, mas também na perspectiva económica, o seu desenvolvimento, é negro.

Como introduzimos o problema, em análise; do porque é que África não se desenvolve, tem muito haver com pouca visão dos líderes africanos, constatação feita pelos estudos ao entorno deste continente, em fóruns quer universitários (nacionais e internacionais), assim como em outras instituições, de análises (Centro de Estudos Africanos- CIDAF ou Centro de Estudos Internacionais – CEI. Esta pouca visão, tem haver com as práticas. Retiram recursos dos seus países, e os escondem em paraísos financeiros, antigas potências colonizadoras.

A verdade é que a razão do conceito “enigma”, no título desta capítulo espelha bem algumas razões, como já o referimos em página anterior, incompreensão, mas também para concluirmos o estudo e por isso, vamos apoiar-nos em algumas estratégias, cientificamente fundamentadas, como nossa proposta para deixarmos o nosso contributo para o desenvolvimento da nossa mãe África. Tomaremos como linhas de força dois programas de desenvolvimento da; União Africana 2030, relativo a sustentabilidade e 2063 relativo a meta a ser alcançada, mas analisada, nos três pilares: o crescimento, desemprego, e a desigualdade. É claro que não se alcançarão estes desafios com uma “varinha mágica”, pese embora os africanos, estejam embebidos em crenças místicas, e ideologias nefastas, com as feitiçarias, mas estas variáveis são científicas, e elas se satisfazem cumprindo paradigmas científicos. Não nos esqueçamos de que 2030, está à porta, faltam oito anos, e para 2063, teríamos mais trinta anos. É quase impossível, dar uma volta de 360º, em 40 anos, a um fenómeno, puramente social, que se desestruturou, que requer mudanças de mentalidade radicais; primeiro nos líderes, e depois nos liderados. É imperativo mudança completa das mentalidades dos líderes, senão mesmo teremos que usar um conceito da tecnologia, “reiniciar”. Por todos os constrangimentos, só nos resta, “ reiniciar África”.

Como são Organizações africanas, reconhecidas mundialmente, elas requererão a integração para a implementação destes programas de técnicos, especializados para o efeito. É nesta senda que apresentaremos algumas propostas, alinhadas em alguns princípios que deverão ser revistos no

momento das contratações, nomeações, ou mesmo indicações do pessoal para tal exercício:

- a) Formação de tecnocratas, altamente especializados na gestão de projectos de desenvolvimento;
- b) Não primar, pela condução de ex-líderes que tenham dado sinais de não comprometimento, com o desenvolvimento dos seus países;
- c) Evitar, candidatar, técnicos, ainda que tecnocratas, com formação nas áreas de gestão de projectos no mundo, que tenham ligações, ou linhagem hereditária, com ex-líderes, que tenham dado sinais de nepotismo e sem boa vontade política de desenvolver, os seus países.

Nos apoiamos nos programas anunciados, 2030, assenta nos 17 objectivos para desenvolvimento sustentável, e o 2063, que assenta nos objectivos do relatório da OUA (Crescimento, Emprego e Desigualdade), desafio muito difícil mas que, não é impossível por algumas razões, imediatas: a primeira é que 2030, já é amanhã, como já o dissemos; Em segundo lugar, 2063, esta num período razoável, é verdade, mas os objectivos nele constantes (Crescimento, Emprego e Desigualdades), é um reto que fora anunciado a quando das independências, em 1960, a verdade é que o retrocesso neste quesito, é um facto. Nenhum país africano, conseguiu, ter sucesso neste domínio, se tivermos em conta, que para haver sucesso, é necessário atingir 100%, no desempenho de cada variável, não 70, 85 ou 99%, tem que ser 100%.

A questão nova deste relatório, denominado de “Dinâmicas do desenvolvimento em África, é que, analisa as políticas de desenvolvimento de todo o continente africano, avaliando o desempenho económico, social e institucional à luz das metas desta Agenda 2063 da União Africana. As estatísticas que ele integra contém os mais recentes indicadores económicos, sociais e institucionais como já o referimos, para o qual os referidos dados são comparáveis. Tal compilação de dados relevantes para políticas públicas, podem informar e ajudar-lhos (decisores, consultores, analistas comerciais, atores privados, jornalistas, organizações não governamentais e cidadãos empenhados por todo o mundo, interessados em medir as trajetórias de desenvolvimento dos países africanos), a tomar decisões certas, para o cumprimento de tamanho desafio. Razão mais do suficiente e plausível, para o problema inicial (porque, é que o continente africano não se desenvolve), e as hipóteses que, apresentamos, estão configuradas na: imoralidade, nepotismo, cabritismo, doutormania e

pandemias, retratados nm caítulo específico entitulado como os expurgos ao desenvolvimento de África.

Um contributo pessoal, para poder aproximar os líderes, a satisfação não plena do desemprego: sugerimos que na luta contra a corrupção sem parar, mas estrategicamente sob ponto de vista geográfico: olhar com olhos de olhar para a dimensão superficial do país (provincias, municípios, comunas, localidades) ; olhar estatisticamente para a quantidade de indivíduos, em idade activa para empregabilidade; olhar para os potenciais (novos ricos) que, se tenham apropriado , do herário público; negociar, com foco no seguinte: 1- solicitar para construção de 6 indústrias: duas agropecuárias, uma transformadora, uma serviços (turísticos), uma formativa (investigação), duas diversas (mineração). 2 - Repricar, estes activos, pelas provincias. 3- Resultados esperados: baixa de desemprego, empoderamento das familias. Ganhos: por parte dos governos, com impostos, as empresas, instituidas; investidor, factoração, co base nas suas produções.

Conclusões

Concluir uma obra como esta em que o corpus central assenta numa vasta bibliografia, não é trabalho fácil, mas não impossível. O fizemos estratificando alguns saberes aqui espelhados. Tanto é assim que para o caso do conteúdo relacionado com a geografia política, pela ausência, e inexistência de um dicionário de Geografia Política nos reservamos, optando pela bibliografia em castelhano, onde se incorporam termos e conceitos, que ademais de ser fruto de reflexões próprias de vários autores citados na bibliografia também, usados links de autores anglófonos e francófonos, tais como: Foucher, 1988; Taylor, 1994. Dizer que a Geografia Política, nos traz um ensinamento adicional do conhecimento geográfico, analisando (a geografia física, geografia humana e regional), ela vai mais longe com a perspectiva política, trazendo assuntos conclusivos sobre questões renovadas e ampliadas com matérias, sobre o Estado, recorrendo aos estudos da interação entre os comportamentos políticos dos homens e a organização do espaço, ou simplesmente a análise espacial dos fenómenos políticos, nas suas diferentes escalas.

É conclusão nesta perspectiva que, o populismo não é uma etapa do desenvolvimento da sociedade, tão pouco uma resposta irracional das massas desorganizadas. Os populismos emergem quando os cidadãos consideram que os partidos políticos, não os representam, não oferecem alternativas, e simplesmente são usados para o domínio de elites.

A versatilidade, e contextualizações no caso de Angola como estudo de caso (ontem, hoje e futuro), não foi um sofismo, é mais profunda, realista. Deve-se evitar confundir o que se tem feito com os conceitos de crescimento e desenvolvimento económico. Quando olhamos para a realidade do país, na óptica política, económico social, infelizmente o microscópio, só nos oferece indicadores de retrocessos, deste 1975 até aos dias de hoje, 2021, apesar de algumas realizações, num percentual menor dos 100%.

É urgente e obrigatório, expurgar do desenvolvimento pretendido, todos os fenómenos (imoralidade, nepotismo, Cabritismo, Doutormanias surtos Epidémicos), que obstaculizem a implementação saudável, cientificamente justificada, dos (programas, propostos: 2030 e 2063) , com transparência e lisura e muita responsabilidade, sabedoria, garantindo a sua sustentabilidade.

É imperativo, colocar, a disposição do continente, os carrís, que conduzirão, este monstro, numa dinâmica, a “rota do desenvolvimento mundial”, evitando repensar no infausto drama da história, a “rota de escravos e do new-colonization ou simplesmente, o “neocolonialismo”. Para tal os programas emanados pela União Africana, 2030 e 2063, deverão ser um dever de casa para subirmos nos carris do desenvolvimento.

Pensamos por último é interessante contribuir para buscarmos Sabedoria do Alto, que é o *Temor no Senhor*, mas também apoiarmo-nos numa estratégia usada na tecnologia computarizada aplicando o conceito de (reeniciar), os sistemas políticos, africanos, desconectando todas as mentalidades das lideranças africanas, com pensamentos de egoísmos, egocentrismos, saudosismos, e conectá-los com pensamentos positivos baseados no “Frutos do Espirito” descritos nas Sagradas, benignidade, bondade fidelidade, mansidão e domínio próprio.

Bibliografia

Álvaro Mateus & Dalila C. M.(2011). Purga em Angola, Texto Editores Lda., Luanda, Angola.

Vlasova,T.V., (1984). Geografia dos Continentes, Editorial, Pueblo e educacion, Habana.

Comeliau Cristian (1990). Planifier le développement: ilusion ou réalité?editorial, Academia Bruylant, Louvan-la-neuve, Belgique.

Cortés Lopez José L. (2001). Historia Contemporanea de Africa, Editorial Mundo Negro, Madrid.

Costa Jorge, (2014). Os Donos Angolanos de Portugal, Edição Eecução Gráfica Lda, Maia, Portugal.

Cruz José Neve, (2008). Economia W Política “ uma abordagem dialéctica da Escolh Pública, Coimbra Editora Limitada Porto, Portugal.

Estevão Carlos V. (2012). Políticas & valores em educação, Edições Húmus, Portugal.

Trigal, Lorenzo Lopez(199). Geografia Política, ediciones Cátedra Geografia Menor, Madrid, Espanha.

Torre,Carlos (2017). Populismos. Una imersion rápida, Editorial Tibitabo, Barcelona, Espanha.

De los Rios C. A.(1999). La Izquierda y la Nación, Editorial Planeta, Barcelona Esapanha.

Tali, Jean Michel Mabeko (2001). O MPLA perante si próprio, Editora Mercado de Letras, Lisboa, 2018., Lisboa.

Lopes A. Simões(2001). Desenvolvimento Regional,Editorial, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Melé Joan Antoni (2015). La Economia Explicada a los jóvenes, Ediciones Urano, Espanha.

Nugent Paul (1998). Fronteras Africanas: Barreras, canales y oportunidades, Ediciones Bellaterra, Barcelona, Espanha.

Garcia Rita (2011). S.O.S Angola, Sociedade Editorial Lda, Górdova, Espanha.

Zenha Rela, José Manuel(2006). Angola o futuro já começou, Editorial, Nzila, Luanda, Angola.

Vachon Bernard(2001). El desarrollo Local Teoria y Pratica, Ediciones Trea, S.L., Espanha.

Francisco Michel(2017). Os Kandimbas: o chefe e a Pátria, Edições Marmo, Luanda Angola.